

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**PERFIL DEMOGRÁFICO INTRA-URBANO
DE SÃO CAETANO DO SUL: UMA FERRAMENTA
DE GESTÃO**

MARIA APARECIDA DE CARVALHO

**São Caetano do Sul
2004**

Maria Aparecida de Carvalho

**PERFIL DEMOGRÁFICO INTRA-URBANO
DE SÃO CAETANO DO SUL: UMA FERRAMENTA
DE GESTÃO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
em Administração da Universidade Municipal de
São Caetano do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Administração.**

**Área de Concentração: Gestão da Regionalidade e
das Organizações**

**Linha de Pesquisa: Gestão para o Desenvolvimento
da Regionalidade**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Priscila Ferreira Perazzo

**São Caetano do Sul
2004**

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

Avenida Goiás, nº 3400 São Caetano do Sul (SP)

Diretor-Geral: Prof. Marco Antonio Santos Silva

Reitor: Prof. Dr. Laércio Baptista da Silva

Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa: Prof. Dr. René Henrique Gotzö Licht

Coordenador do Programa de Mestrado em Administração: Prof. Dr. Antonio Carlos Gil

Dissertação defendida e aprovada em 18/03/2005 pela Banca Examinadora, constituída pelos (a) professores (a):

Prof^a. Dr^a. Priscila Ferreira Perazzo

Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti

Prof^a. Dr^a. Dirce Harue Ueno Koga

*Dedico com amor e saudade
a minha mãe, Assumpta Josephina (in memoriam),
que, além dos sábios ensinamentos,
deixou-me por legado
o exemplo de uma vida de
coragem e dignidade.*

AGRADECIMENTOS

A meu tio, Walter Infanti, pelo exemplo de vida e por estimular em mim, desde pequena, a incessante busca pelo conhecimento.

Ao Levi Veiga, ex-marido e eterno companheiro, por nossa amizade e pela participação crítica nesta pesquisa. Ao Lupércio, seu irmão, pelo apoio financeiro nos momentos críticos desta caminhada.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr.^ª Priscila Ferreira Perazzo, pelos ensinamentos imprescindíveis e por acreditar na viabilidade deste projeto. À Prof. Dr.^ª. Dirce Harue Ueno Koga, professora convidada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, pela receptividade em participar desta banca examinadora. Aos professores do PMA, em especial ao Prof. Dr. Silvio Augusto Minciotti, pelos conselhos que enriqueceram este trabalho.

À Sonia Maria Ferreira, amiga guerreira de quase três décadas, pelas incontáveis palavras de fé e apoio, fundamentais na conquista deste sonho.

À Adriana Prado, grande amiga e companheira desde a graduação, por ouvir todas as minhas angústias no decorrer deste processo e transformá-las em esperança e certeza de realização.

Ao casal Roberto e Nicéia, amigos de todas as horas, pelo carinho e incentivo.

Aos queridos amigos: Ana Cláudia Santos, Antonio Carlos Munhoz (Tuca), Arlete Scarpelli, Bambina Monea (Nena), Cristiane Tiozzo, Débora Diogo, Edna Martins Sant'Anna, Edna Paraventi, Eunice Bertazzo, Gerdrut Groschitz (Trude), Hamilton Cesar da Silva, Liliana Alves de Almeida, Mara Ramos, Maria Devanir Zamboni, Maria Joselita Alves, Maria Salete Ferreira e Zilma Garcia, pelos anos de convivência e contínuo afeto.

Às pessoas queridas que já partiram: Maria Aparecida Toucci (Tia Cida), Luiz Alberto Barbosa dos Santos, Waldir Garcia, Maria da Luz Alves e Cleusa F. Bertazzo, das quais guardo doces lembranças e muitas saudades.

Aos amiguinhos de 'segunda geração': Paulo César Ferreira Santos, Ramon de Souza Martins, Renan Ferreira Olavo, Bárbara Martins do Prado e Laura de Souza Martins, que rejuvenescem minhas esperanças.

Aos meus irmãos, recém-descobertos: Sadoc, Denizete e Maria Antonia, pela carinhosa acolhida, proporcionando-me assim uma alegria maior nesta conquista. À Madrinha Sebastiana, cunhada Marina e sobrinhos (especialmente Hugo, Igor e Giovanna). Enfim, a esta nova família que renova em mim a necessidade de ser "uma eterna aprendiz".

Aos colegas de trabalho: Ronaldo Tadeu Ávilla de Paula e Silvana Pereira Gimenes, pelas importantes sugestões e, principalmente, por tornarem possível o meu ingresso neste curso.

Aos colegas de turma: Mario Maurici L. Morais, Ivete Garcia e Maristela L. L. dos Santos Ignácio, pelo companheirismo.

RESUMO

A proposta desta pesquisa é apresentar, como ferramenta de gestão, um conjunto de informações socioeconômicas do município de São Caetano do Sul – SP, desagregadas por Áreas de Ponderação, a partir dos resultados do *Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2000*, publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este estudo surge da necessidade de demonstrar que as análises tradicionais com base nos resultados gerais dos municípios tornam artificialmente invisíveis as desigualdades e disparidades socioeconômicas existentes no interior dos municípios.

Nesse sentido, esta pesquisa procura aprofundar o conhecimento da realidade das Áreas de Ponderação de São Caetano do Sul e trazer à tona a diversidade, também presente no município com melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil.

Não se pretende formular soluções ou propostas, senão fornecer subsídios e informações socioeconômicas como ferramenta para a elaboração e gestão de políticas públicas municipais.

Palavras - chave: demografia, planejamento urbano, gestão das cidades, perfil intra-urbano, ferramenta de gestão.

ABSTRACT

The aim of this study is to present, as a management tool, selected socioeconomic information about the municipality of São Caetano do Sul – SP grouped according to Areas of Investigation (AP) derived from data collected in the 2000 Demographic Census Sample Questionnaire and published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE).

Traditional analyses based on overall results have repeatedly failed to reveal socioeconomic inequalities and discrepancies rooted at the very heart of municipality life.

To draw attention to such a neglected aspect, this study intends to probe more deeply into the Areas of Investigation of São Caetano do Sul and bring to life the many-faced diversity lying there such as an attentive reading of Municipal Human Development Index of Brazil (IDH-M) can offer.

It is not our purpose to come out with a final solution or unfailing proposal, but to provide a reliable source of socioeconomic information to help in the planning and managing of public municipal policies.

Key words: Demography – Urban planning – Town management – Intraurban profile – management tool.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (tabelas, gráficos, quadros)	8
1. INTRODUÇÃO	
1.1 Origem do estudo	12
1.2 Problematização	14
1.3 Objetivos	16
1.4 Justificativa	17
1.5 Delimitação do estudo	18
1.6 Metodologia	18
2. A CIDADE QUE HABITA EM MIM: QUESTÕES CONCEITUAIS	20
3. PERFIL DEMOGRÁFICO DE SÃO CAETANO DO SUL	31
3.1 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS	31
3.2 PERFIL INTRA-URBANO DE SÃO CAETANO DO SUL	42
3.2.1 Características da população	46
3.2.2 Comportamento social	55
3.2.3 Movimento populacional	60
3.2.4 Educação	65
3.2.5 Atividade econômica da população	71
3.2.6 Condições de moradia	75
3.2.7 Arranjos familiares	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

1)	Distribuição Percentual da População da REGIÃO DO GRANDE ABC, por Grupos Etários. Censos: 1970, 1980, 1991 e 2000 - IBGE.	35
2)	Distribuição Percentual da População de SÃO CAETANO DO SUL, por Grupos Etários. Censos: 1970, 1980, 1991 e 2000 - IBGE	36
3)	Proporção de IDOSOS nos municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991 e 2000	39
4)	Distribuição Percentual da POPULAÇÃO IDOSA por Grupos Etários- Municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC - Censo 2000	40
5)	Distribuição Percentual da População dos demais municípios da Região do Grande ABC, por COR/ETNIA - Censo 2000	47
6)	Distribuição Percentual da População das APs, por COR/ETNIA - São Caetano do Sul - Censo 2000	48
7)	Distribuição Percentual da POPULAÇÃO BRANCA por Grupos Etários nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	49
8)	Distribuição Percentual da POPULAÇÃO NEGRA por Grupos Etários nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	49
9)	Pessoas com Deficiência (%) por APs São Caetano do Sul - Censo 2000	53
10)	Estado Civil da População (a partir de 15 anos de idade) por AP São Caetano do Sul - Censo 2000	58
11)	Existência de CÔNJUGE ou COMPANHEIRO (a) por AP (população a partir de 15 anos de idade) - São Caetano do Sul Censo 2000	59
12)	Tipos de União (%) por AP - São Caetano do Sul - Censo 2000	60
13)	Pessoas Residentes nas APs, NASCIDAS em São Caetano do Sul - Censo 2000	61
14)	Deslocamento da População (a partir de 15 anos de idade) dos municípios da Região do Grande ABC para TRABALHO ou ESTUDO	64
15)	Deslocamento da População (a partir de 15 anos de idade) das APs para TRABALHO ou ESTUDO - São Caetano do Sul - Censo 2000	64
16)	Taxas de Analfabetismo (pessoas a partir de 15 anos de idade) por AP - São Caetano do Sul - Censo 2000	66
17)	Taxas de Analfabetismo (pessoas a partir de 15 anos de idade) por SEXO nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	67
18)	Taxas de Analfabetismo por COR/ETNIA nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	68
19)	Escolaridade (população a partir de 15 anos de idade) por APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	70
20)	OCUPADOS (%) da População Economicamente Ativa nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	72
21)	OCUPADOS (%) da População Economicamente Ativa nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	72
22)	OCUPADOS (%) por Grupos Etários nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	73
23)	OCUPADOS (%) por Grupos Etários nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	74
24)	Tipos de Domicílios Particulares Permanentes (%) nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	78

25)	Condições de Ocupação (%) nos Domicílios Particulares Permanentes por APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	79
26)	Moradores por Domicílio nas APs São Caetano do Sul - Censo 2000	80
27)	Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a posse de ELETRODOMÉSTICOS por APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	81
28)	Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a QUANTIDADE DE AUTOMÓVEIS por APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	82
29)	Tipos de Famílias (%) nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	85
30)	Quantidade de Filhos Nascidos Vivos (%) por APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	87
31)	Responsáveis por Domicílios (%) por sexo nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	88
32)	ESCOLARIDADE (%) dos responsáveis dos domicílios nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	89

QUADROS

1)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Região do Grande ABC - 1991 e 2000	15
2)	Índice de GINI dos municípios da Região do Grande ABC, 1991 e 2000	16
3)	Local de Residência de PESSOAS NASCIDAS em São Caetano do Sul - Censos 1991 e 2000	34
4)	Proporção de IDOSOS nos municípios da Região do Grande ABC - Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991 e 2000	38
5)	Razão de Crianças e Idosos nos municípios da Região do Grande ABC - 2000	39
6)	Proporção de pessoas com deficiência, segundo o tipo de deficiência, por APs., São Caetano do Sul e Região do Grande ABC - Censo 2000	53
7)	RELIGIOSIDADE da população (a partir de 10 anos de idade) por AP - São Caetano do Sul - Censo 2000	56
8)	Situação Conjugal dos SOLTEIROS residentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	59
9)	Proporção da População dos municípios da Região do Grande ABC por UF de origem (exceto SP) - Censo 2000	61
10)	Proporção da População das APs - São Caetano do Sul por UF de origem (exceto SP) - Censo 2000	61
11)	População Residente em São Caetano do Sul em Jul/95 e sua residência atual por UF - Censo 2000	62
12)	Taxas de Analfabetismo (população a partir de 15 anos de idade) dos municípios da Região do Grande ABC	66
13)	ESCOLARIDADE da População (a partir de 15 anos de idade) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	69
14)	OCUPADOS (%) segundo Contribuição Previdenciária nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	74
15)	OCUPADOS (%) segundo Contribuição Previdenciária nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	75
16)	Tipos de Domicílios Particulares Permanentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	77

17)	Condições de Ocupação nos Domicílios Particulares Permanentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	78
18)	Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a posse de ELETRODOMÉSTICOS nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	81
19)	Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a posse de AUTOMÓVEIS nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	82
20)	Rendimento Domiciliar Per Capita (MEDIANA) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	83
21)	Rendimento Domiciliar Per Capita (MEDIANA) nas APs São Caetano do Sul - Censo 2000	83
22)	Tipos de Famílias (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	84
23)	Mulheres com FILHOS NASCIDOS VIVOS (%) residentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	86
24)	Responsáveis por Domicílios (%) segundo o sexo nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	88
25)	Responsáveis por Domicílios (%) segundo a ESCOLARIDADE (último curso concluído) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	89
26)	Renda Média Mensal dos Responsáveis por Domicílios nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	90
27)	Renda Média Mensal dos Responsáveis por Domicílios por AP São Caetano do Sul - Censo 2000	90
28)	Maiores e Menores Índices por Áreas de Ponderação - São Caetano do Sul - Censo 2000	94/95

TABELAS

1)	População Residente - Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul - Censos: 1970, 1980, 1991, 2000 - IBGE	31
2)	Domicílios Particulares Permanentes, segundo as condições de moradia - Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul - Censo 2000 - IBGE	32
3)	Tipos de Domicílios Particulares Permanentes (%) - Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul - Censo 2000	34
4)	Distribuição Percentual da População das APs, por Grupos Etários São Caetano do Sul - Censo 2000	46
5)	Distribuição Percentual da POPULAÇÃO FEMININA das APs, por Grupos Etários - São Caetano do Sul - Censo 2000	46
6)	Distribuição Percentual da POPULAÇÃO MASCULINA das APs, por Grupos Etários - São Caetano do Sul - Censo 2000	46
7)	Pessoas com Deficiência (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	52
8)	RELIGIOSIDADE (%) da população dos municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC - Censo 2000	55
9)	Estado Civil da População (a partir de 15 anos de idade) dos municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC - Censo 2000	57
10)	População Economicamente Ativa (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	71

11)	População Economicamente Ativa (%) nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	71
12)	Espécies de Domicílios nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	76
13)	Espécies de Domicílios nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000	77
14)	Moradores por Domicílios (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000	79
15)	Valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios segundo o sexo do responsável - Região do Grande ABC - Censo 2000	81
16)	Valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios segundo o sexo do responsável - São Caetano do Sul - Censo 2000	81

I. INTRODUÇÃO

1.1 ORIGEM DO ESTUDO

A população urbana mundial cresce continuamente. Segundo relatório sobre o meio ambiente urbano do World Resources Institute (WRI), realizado em 1996 e 1997, cerca de metade da população mundial, na próxima década vai morar nas cidades e, em 2025, dois terços da população do mundo será urbana.

No Brasil, o censo demográfico de 2000 apurou que, da população total (169.799.170 de pessoas), cerca de 81,2% residem em áreas urbanas. De 1950 a 2000, o Brasil se transformou de país predominantemente agrário em país urbanizado, uma vez que o crescimento da população urbana sextuplicou. Esse vertiginoso crescimento urbano constitui, atualmente, um dos maiores problemas de gestão e planejamento das cidades, que requer informações demográficas precisas e detalhadas. Nesse sentido, o presente estudo expõe o perfil demográfico do município de São Caetano do Sul por meio de uma análise intra-urbana como possível ferramenta de gestão.

A escolha do tema decorreu da escassez de estudos demográficos que priorizam o município como unidade territorial, considerando inclusive as particularidades intramunicipais. Os estudos demográficos brasileiros, na maioria, têm contemplado como unidade territorial as grandes regiões¹, Unidades da Federação ou Regiões Metropolitanas. Poucos contemplam o município como unidade básica de análise.

A importância de uma leitura acurada do território das cidades é defendida por autores de relevo. Manuel Castells, na década de 1970, contrapõe-se à concepção clássica da sociologia urbana, que percebia a cidade como organismo vivo, resgatando os princípios marxistas² que atribuem ao espaço urbano a natureza conflituosa do modo de produção capitalista – no qual tudo se relaciona e se transforma. Portanto, a luta de classes, os conflitos e as desigualdades sociais apresentam-se como questões de origem estrutural. Castells considera o espaço

¹ O conjunto das grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, adotado em 1969, está vigente até hoje.

² Ainda no séc. XIX (1845), muito antes da institucionalização da sociologia urbana, Engels já abordava os problemas urbanos decorrentes do capitalismo industrial inglês que se iniciava. Alguns anos depois, no opúsculo *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels classificam as cidades como o lugar por excelência da luta de classes (capital X trabalho), com a evidente exploração dos trabalhadores e sua miséria, cuja superação seria possível por meio da revolução do proletariado.

urbano como local privilegiado da reprodução da força de trabalho e do consumo, isto é, a expressão material da articulação dessa estrutura social conflituosa (1983, p. 55-58).

Nessa mesma perspectiva, Milton Santos e Maria Laura Silveira apresentam o território como local onde as pessoas vivem e se relacionam. Ao conceituar o espaço como “sistema de objetos e sistemas de ação”, o autor defende a dinâmica dos territórios e suas transformações, já que entende a construção de um território a partir da relação entre o espaço físico e as pessoas que dele se utilizam. Ao investigar o espaço nacional como um todo e, paralelamente, o espaço específico de cada região, o autor atribui ao território novo significado – não de “palco” mas de protagonista na dinâmica social. O uso contemporâneo do território ganha novas dimensões, superpostas, demonstrando o desenvolvimento desigual, cada vez mais explícito no território nacional (2001, p. 11-12).

Dirce Koga, em *Medidas de Cidade*, complementa tal reflexão ao estabelecer uma relação do território com a base política, os dados estatísticos e a realidade da vida coletiva. Koga compreende ser o território das cidades o *locus* onde se concretizam as relações sociais, como as de vizinhança, e, sobretudo, de poder. Nesse contexto, o “chão urbano” e seus desdobramentos deixam de ser dado natural para transformarem-se em construção humana. A referência a esse espaço não é a menção de um lugar vazio, mas dos resultados de sua ocupação. Assim, é no espaço territorial que as desigualdades sociais se evidenciam pelas condições de vida de seus moradores: saneamento, educação, renda e, principalmente, ausência ou presença ínfima de infra-estrutura e serviços públicos (2003, p. 33-80).

Portanto, um estudo demográfico que considere a divisão intramunicipal do território da cidade permite análises comparativas das suas diferentes áreas, viabilizando a construção de um perfil demográfico que confira visibilidade aos contrastes socioeconômicos do local.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Tendo como pressuposto que as desigualdades, diversidades e contrastes socioeconômicos não se esgotam nos limites geográficos de um município, ao

ficarem circunscritas à unidade municipal, as áreas de abrangência utilizadas para a investigação da qualidade de vida da população, dificultam a percepção dos problemas existentes no seu interior. Nesse sentido, em que medida o perfil demográfico de uma cidade, com base na unidade territorial municipal, traduz com fidelidade as semelhanças e desigualdades socioeconômicas de sua população?

A análise de dados municipais georreferenciados, propostos no *Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo*, produziu uma metodologia própria que consiste “na construção de uma escala que, ao integrar todas as áreas e setores populacionais da cidade, permite ao mesmo tempo classificá-los pelas condições de afastamento de uma condição básica de inclusão social” em nível distrital. A partir desses resultados, dos 96 distritos da capital, foi possível a produção de mapas georreferenciados de São Paulo nas quais a espacialização dos indicadores da pesquisa proporciona “um olhar para dentro da cidade”.

Como exemplo das desigualdades verificadas no município de São Paulo³, descritas na obra de Dirce Koga (2003), tome-se o resultado da variável Educação (chefes de família com mais de 15 anos de estudos): o melhor resultado encontra-se no distrito do Moema, onde 60,15% dos responsáveis por domicílio têm 15 anos de estudo ou mais (equivalente ao curso superior completo ou além). No vigésimo quarto lugar (26,76%) está o distrito da Mooca e, em último lugar, o distrito de Iguatemi, com apenas 0,76% chefes de família nesse patamar de escolaridade. Nesse caso, se considerássemos apenas o índice geral do município: 6,76%⁴, tal discrepância intramunicipal jamais seria percebida.

Marcel de Moraes Pedroso (2003), em sua dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aplicou metodologia do PNUD para o estudo demográfico dos territórios compreendidos pelas subprefeituras do município de São Paulo e produziu o IDH-M desagregado por subprefeitura. Com isso, concluiu que o conjunto de informações desagregadas revelou amplamente as disparidades das condições de vida no nível intramunicipal.

Dessa forma, percebe-se que outras metodologias de análise demográfica e territorial que rompem com a unidade municipal, dividindo o espaço urbano a partir

³ O município de São Paulo foi dividido em 48 distritos.

de outros referenciais, possibilitam melhor visualização dos diferentes aspectos da vida urbana intramunicipal.

Considerando o município de São Caetano do Sul objeto dessa pesquisa, em 2000 a cidade obteve pontuação de 0,919 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)⁵ – conquistando o primeiro lugar na classificação nacional. Na última década, o IDH-M de São Caetano do Sul passou de 0,842, em 1991, para 0,919 em 2000, tendo crescido 9,14%. Conforme o Quadro 1, a cidade apresentou pontuação bem mais elevada em relação aos demais municípios da região, que não superaram o índice de 5,90%.

Quadro 1) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Região do Grande ABC - 1991 e 2000

Municípios	1.991	2.000	Evolução (%)
Santo André	0,808	0,835	3,34%
São Bernardo do Campo	0,806	0,834	3,47%
São Caetano do Sul	0,842	0,919	9,14%
Diadema	0,746	0,790	5,90%
Mauá	0,754	0,781	3,58%
Ribeirão Pires	0,776	0,807	3,99%
Rio Grande da Serra	0,727	0,764	5,09%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Inicialmente, os resultados do quadro 1 tendem a evidenciar a situação privilegiada de São Caetano do Sul. No entanto, ao contrastar os resultados do IDH-M ao índice de GINI (Quadro 2) verifica-se uma situação controversa. O índice de GINI, que varia de zero a um, aqui é utilizado para mensurar igualdade ou desigualdade das condições socioeconômicas de um local. A combinação dos resultados de algumas variáveis (renda, educação, saúde) permite identificar os níveis de desigualdade social de um município, unidade da federação ou país. Quando o índice é igual a zero, constata-se que há situação teórica de igualdade. Quando igual a 1 (um), ocorre situação de máxima desigualdade. Desse modo, na medida em que o resultado se aproxima de 1 (um) constata-se aumento da desigualdade ou concentração de renda.

⁴ Fonte: IBGE (sistema SIDRA) – Censo 2000 – município de São Paulo – SP.

⁵ A metodologia de cálculo do IDH (desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) envolve a transformação de três dimensões (longevidade, educação e renda), que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação desses índices em um indicador-síntese.

Quadro 2) Índice de GINI dos municípios da Região do Grande ABC, 1991 e 2000

Município	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000
Santo André	0,48	0,53
São Bernardo do Campo	0,51	0,56
São Caetano do Sul	0,48	0,50
Diadema	0,43	0,49
Mauá	0,43	0,49
Ribeirão Pires	0,47	0,52
Rio Grande da Serra	0,42	0,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No Quadro 2, sobre o índice de GINI nos municípios da Região do Grande ABC, verifica-se que em São Caetano do Sul, os resultados não variam drasticamente em relação às cidades vizinhas. Entretanto, essa pontuação detecta que as desigualdades socioeconômicas aumentaram em São Caetano do Sul no período de 1991-2000, o que demonstra a forma irregular e não-homogênea dessas condições pelo espaço municipal.

Considerando que existem diversidades e desigualdades significativas no interior de uma cidade como São Caetano do Sul, pergunta-se:

Em que medida é possível detectar os contrastes intra-urbanos de um município a partir de uma análise fragmentada de seu território?

1.3 OBJETIVOS

A fim de investigar tais medidas, esta pesquisa visa principalmente **verificar se os estudos demográficos intra-urbanos conferem visibilidade aos contrastes socioeconômicos no município de São Caetano do Sul, a partir da utilização da unidade territorial “Áreas de Ponderação” (APs).**

Para tanto, propõe-se:

1. Arrolar os resultados do Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2000 (microdados);
2. Construir um conjunto de informações estatísticas sobre as condições demográficas intra-urbanas de São Caetano do Sul, dividido em “Áreas de Ponderação”;

3. Elaborar um estudo demográfico intra-urbano da cidade de São Caetano do Sul a partir dos temas:

- a) Características da População
- b) Comportamento Social
- c) Movimento Populacional
- d) Educação
- e) Atividade Econômica
- f) Condições de Moradia
- g) Arranjos Familiares;

4. Analisar a aplicabilidade de um estudo demográfico intra-urbano com a utilização da divisão territorial “Áreas de Ponderação” como ferramenta de gestão.

1.4 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa *Gestão para o Desenvolvimento da Regionalidade*, no Programa de Mestrado em Administração, visto tratar de questões que envolvem gestão de cidades e desenvolvimento regional. À medida que delimita o espaço da cidade de São Caetano do Sul como objeto de estudo, poderá contribuir para a elaboração de novos diagnósticos, e mais precisos, das semelhanças e disparidades intra-urbanas desta cidade, trazendo à tona situações socioeconômicas ainda desconhecidas, contribuindo na promoção de novas análises sobre o desenvolvimento local e gestão municipal. O modelo de análise das desigualdades intra-urbanas de uma cidade, que ora se propõe, também poderá servir como instrumento de planejamento e gestão de políticas municipais bem como subsídio para ações locais.

A partir do diagnóstico intra-urbano de São Caetano do Sul, os contrastes socioeconômicos do município poderão ser detectados de forma desagregada pelo território municipal, cumprindo a tarefa de conferir visibilidade às diversidades existentes nas Áreas de Ponderação (APs). Diante dos resultados obtidos, será possível analisar aspectos do desenvolvimento da cidade, que envolvem características da sua fundação e formação, ordenamento social, segregação urbana, regulação do espaço, infra-estrutura e oferta de serviços públicos, tendo em

vista a elaboração de uma nova cartografia urbana, como propõe Milton Santos, a partir de resultados da ocupação do território/área expressos nas condições de vida de seus moradores.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, ano 2000.⁶

1.6 METODOLOGIA

A pesquisa, delineada como descritiva, ora proposta tem como objetivo principal verificar se os estudos demográficos intra-urbanos conferem visibilidade aos contrastes socioeconômicos em São Caetano do Sul, a partir da utilização da unidade territorial “Áreas de Ponderação” (APs)⁷. Essas áreas são divisões territoriais distintas, criadas especificamente para a espacialização dos resultados do Questionário da Amostra do Censo 2000, não circunscrevendo necessariamente a mesma territorialidade de bairros ou distritos.

Para a elaboração do perfil demográfico de São Caetano do Sul, utilizam-se as informações brutas do banco de microdados do Censo Demográfico 2000 por “Áreas de Ponderação” adquiridas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante assinatura do Banco Multidimensional de Estatísticas, dados em seguida tabulados para a confecção dos gráficos, quadros e tabelas. Procedeu-se, em seguida, ao agrupamento dos dados, a partir de critérios tais como: Grupos de idade com a adoção de seis (6) conjuntos etários (0 a 14 anos, 15 a 24 anos, 25 a 39 anos, 40 a 54 anos, 55 a 69 anos, 70 anos ou mais); Cor ou raça com a fusão de preta e parda em negra; Religiosidade, considerando a população a partir de 10 anos de idade; Taxas de Alfabetização e Escolaridade, contemplando a população a partir de 15 anos de idade. No momento da tabulação, os números absolutos foram

⁶ Essa pesquisa baseia-se na coleta de dados do Censo Demográfico 2000, realizada no período de 01/ago/2000 a 30/nov/2000, com DATA DE REFERÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO de 1º de agosto de 2000. No entanto, a realidade que esses dados revelam envolve o início da atual década.

⁷ Unidades territoriais criadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para a divulgação dos resultados do Questionário da Amostra. O Questionário da Amostra do IBGE, pela sua complexidade, foi aplicado em território nacional somente em domicílios selecionados, numa amostragem de 5.304.711 domicílios, representando uma fração de 11,7%. Para este estudo, serão delimitados apenas os dados referentes à cidade de São Caetano do Sul.

convertidos em percentuais para melhor compreensão dos gráficos, quadros e tabelas.

A exploração da Base de Informações por Setores Censitários do município de São Caetano do Sul – Censo 2000 (CD) efetuou-se por meio do *software Estatcart – Sistema de Informações Georreferenciadas*, posteriormente agregados por Áreas de Ponderação, segundo os critérios do IBGE.

Outras fontes de coleta de dados referem-se ao mapa físico de São Caetano do Sul – por setores censitários – base cartográfica produzida pelo IBGE para o Censo 2000 e ao *Arquivo municípios partidos.xls* (em CD-ROM), que apresenta relação de 484 municípios, entre os quais São Caetano do Sul, com suas respectivas divisões em “Áreas de Ponderação - APs”.

A fim de analisar os critérios adotados para a construção das Áreas de Ponderação, foram entrevistados Antonio Luiz Carvalho Leme (Supervisor do SDDI – IBGE – SP) e Ronaldo Tadeu Ávila de Paula (responsável pela Coordenadoria de Indicadores Socioeconômicos da Prefeitura Municipal de Santo André) por um roteiro de entrevista.

II. A CIDADE QUE HABITA EM MIM: QUESTÕES CONCEITUAIS.

*Como se habita uma cidade
se pode habitar o flamenco:
com sua linguagem, seus nativos.
Seus bairros, sua moral, seu tempo.*

*Seus bairros: todos os sotaques
em que divide seus acentos; [...]*

*seu tempo: borracha que estica
em segundos de passar acento,
Cento de sesta, sesta insônia
em que se está aceso e extremo.⁸*

*A linguagem, um falar com coisas
e jamais de oito, mas de oitenta; [...]*

*sua moral: a vida se abre
e se esgota num instante intenso;*

Esses versos de João Cabral de Melo Neto sugerem que o lugar onde moramos "nos habita". Assim como habitamos numa cidade, essa mesma cidade repleta de simbolismos, habita em nós. Será que essa expressão poética não encerra uma verdade silenciosa, evocação a um só tempo de encantamento e temor?

Na Bíblia, a primeira cidade foi edificada pelo fraticida Caim, que, desobedecendo às leis de Deus, estabeleceu outras sobre a terra, submetendo a natureza. Ainda pela obra do homem, movido pelo sonho de atingir os céus, foi erguida a Torre de Babel – da confusão das línguas – outro castigo divino à maldita raça de Caim (Pesavento, 1999, p. 78).

Por isso, segundo Sandra Jatahy Pesavento, o nascimento das cidades nos chega envolto numa aura mítica. A construção de Babel⁹ – primeira obra coletiva da narrativa bíblica – atraiu a ira de Deus e sobre os que a idealizaram recaiu o castigo divino: a cidade destinada como centro do conflito e ratificada como o “lugar do homem”.

⁸ João Cabral de Melo Neto. Habitar o Flamenco. In: *Museu de Tudo*. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1975.

⁹ "E disseram uns aos outros ... Vinde, edifiquemos para nós uma cidade e uma torre, cujo tope chegue até aos céus; ...o Senhor, porém desceu para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam e disse: Eis que são um só povo e têm todos a mesma língua; ... Vinde, pois, desçamos e confundamos de tal sorte a sua linguagem, que um não compreenda o outro" Gênesis, XI, 3-7.

Pesavento classifica a cidade como “lugar do homem”, ou seja alvo da “*multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados*”. Essas cadeias são: “cidade-problema”, “cidade-representação”, “cidade-plural”, “cidade-metáfora”, confirmando que ela não se trata de um fato, mas de um objeto de análise e reflexão (1999, p. 9).

Ao homem do século XXI, o vocábulo *cidade* certamente evocará imagens de luzes, combinadas com o vaivém incessante de transeuntes e veículos. De relance, será difícil estabelecer uma conexão entre essa cidade contemporânea e a cidade medieval, entretanto, um olhar mais acurado, pouco a pouco revela tal ligação. Jacques Le Goff, dentre os vários argumentos que usa para justificar essa tese, destaca o papel da cidade medieval no âmbito da produção: de agregação de valor ou na transformação de matéria-prima em mercadoria:

“...a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho” (Le Goff, 1999, p. 49).

A fim de atender os mercados urbanos emergentes, fizeram-se necessários às cidades do período medieval a especialização dos ofícios e o desenvolvimento de técnicas tais como a metalurgia, cerâmica e vidraria, dentre outras. A origem do mercado está implicitamente ligada à formação das cidades, que – ao concentrar num determinado espaço uma numerosa população com necessidades específicas – encontra no mecanismo de trocas a única maneira de supri-las. A esse fato, Raquel Rolnik destaca que a expansão do caráter mercantil da cidade efetiva-se quando se estabelece uma divisão de trabalho entre cidades. Tal ocorrência possibilita a especialização de determinadas atividades na medida em que a produção passe a suprir uma demanda muito maior que a do mercado local (1988, p. 27).

Na Antigüidade, o surgimento de um mercado urbano deveu-se à junção de cidades, posteriormente transformadas em impérios. Segundo Rolnik, no Império Romano, as cidades estavam ligadas por estradas e portos e o comércio circulava livremente. Já nas cidades contemporâneas, os espaços são demarcados pelo mercado ou pela produção para o mercado. Nas nossas cidades, o consumo evidencia desde a proliferação dos objetos/mercadorias até as impressões visuais e auditivas, considerando o próprio espaço urbano uma mercadoria.

Contudo, na cidade medieval, segundo Le Goff, não havia segregação entre o local de trabalho e o de habitação, uma vez que a oficina do artesão era a sua moradia e, simultaneamente, a de seus aprendizes. Nesse momento histórico, pré-capitalista, ainda não havia a divisão do trabalho nem tampouco a expropriação dos meios de produção do trabalhador. Mas a cidade medieval foi um espaço determinante para sugerir a igualdade e, contraditoriamente, preservar a desigualdade.

“As cidades são, portanto, uma revolução, porque, como já se disse, sua aparência torna os homens livres e iguais, mesmo que a realidade, com frequência, permaneça longe do ideal. ... A cidade medieval mais reformou do que na verdade reprimiu. À sua maneira, ela foi o primeiro ensaio para realizar o ideal: ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’, mas foi preparada no modelo feudal da desigualdade, antidemocrático” (Le Goff, 1998, p. 91).

A essas reflexões, Manuel Castells complementa:

“...a cidade medieval representa a libertação da burguesia comerciante na sua luta para emancipar-se do feudalismo e do poder central” (2000, p.44).

Dependendo da correlação local dessas forças, esse fator permitiu uma evolução bem marcada. Nos locais onde foi possível construir uma articulação entre as classes, a configuração da economia urbana era complementar. No caso inverso, o conflito dessas classes resultou no isolamento urbano, isto é, a sobrevivência da cidade dependendo exclusivamente de sua capacidade financeira e manufatureira.

Castells também analisou a evolução urbana em decorrência das “relações triangulares burguesia-nobreza-realeza”, utilizando como exemplo as cidades espanholas e italianas. Enquanto as primeiras serviam de simples intermediárias entre a coroa e o comércio americano, as cidades italianas eram autônomas – apenas aliadas circunstanciais do imperador e dos príncipes.

Segundo o autor, o advento do capitalismo industrial não provocou o “reforço da cidade”, mas o “seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos” (2000, p.45). As cidades atraíram a indústria em decorrência do mercado e da oferta de mão-de-obra – fatores essenciais para a sua instalação. Por sua vez, a indústria desenvolveu

novas possibilidades de serviços e, conseqüentemente, novos postos de trabalho. Existiu também um processo inverso, não menos importante, baseado em elementos funcionais (matérias-primas e transportes), que alega que a “indústria coloniza e provoca a urbanização”. Nos dois casos, há um elemento comum predominante: a indústria, organizadora da paisagem urbana.

No contexto da urbanização sob o modo de produção capitalista, a cidade é considerada o local de reprodução dos meios de produção e da força de trabalho e, principalmente, fator de acumulação de capital. Vera Rezende atribui à cidade tarefas para garantir a manutenção dessa lógica *produção-trabalho-acumulação*. Para a reprodução dos meios de produção, foram criados espaços destinados às atividades industriais e seus desdobramentos. Como reprodução de força de trabalho, a cidade é também o local de residência dos trabalhadores. Na acumulação de capital, o próprio solo urbano gera renda fundiária – elemento básico do segmento de construção civil (1982, p. 19).

Tanto Castells como Rezende afirmam que o espaço urbano não se organizou aleatoriamente e não está desligado da estrutura socioeconômica. Atrás da aparente desordem, vige a coerência regida pelo modo de produção capitalista. “*O espaço tem sido, ao longo do tempo, destinado a cumprir funções específicas que variam segundo as necessidades das organizações sociais em cada época*” (Rezende, 1982, p. 19). A cidade é vista como resultado inacabado de uma série de intervenções sociais e econômicas, assim em constante transformação. Daí a afirmação de Rezende de que as cidades contemporâneas organizam-se em função do mercado e que este impulsiona a criação de uma estrutura espacial diferente, interna e externamente. Concomitantemente ao ordenamento econômico, avulta o ordenamento político – não menos importante. Hoje é impossível conceber uma cidade sem a organização do fluxo de tráfego, redes de transporte ou lei de zoneamento que regule suas construções. Percebe-se que a intervenção pública em obras e serviços está cada vez mais atrelada ao poderio econômico, favorecendo segmentos específicos.

Ainda segundo Vera Rezende, é a lógica mercantil que direciona os investimentos públicos para determinada região da cidade, cuja intensidade é motivada pela ação do mercado imobiliário. Ao controlar o preço da terra e dos imóveis, impede-se que os mais pobres tenham acesso às áreas mais valorizadas, que recebem investimentos.

Desse modo, a ação do mercado imobiliário reforça a condição de pobreza urbana na medida em que a pobreza produz-se e reproduz-se na própria construção do espaço urbano. Verifica-se tal mecanismo do mercado imobiliário em São Caetano do Sul a partir da leitura do perfil demográfico ora apresentado. Nos últimos dois censos, em São Caetano do Sul, foram registradas retrações no número de habitantes, sendo o mercado imobiliário uma das causas. Portanto, deduz-se que o elevado padrão econômico de seu espaço urbano *expelle* os munícipes mais pobres e consolida os elevados patamares de renda.

No âmbito interno, uma cidade é composta por espaços heterogêneos definidos por um contínuo movimento de separação de funções e de classes sociais denominado *segregação espacial*, exemplifica como se existissem cercas ou muros – “fronteiras imaginárias”, na expressão de Raquel Rolnik – definindo os lugares de cada coisa e de cada morador (1988, p. 41). Por sua vez, Angel Rama defende idéia próxima ao abordar a “razão ordenadora” das cidades, que “*se revela em uma ordem social hierárquica transposta para uma ordem distributiva geométrica*” (1985, p. 26).

Tal segregação configura-se nos condomínios fechados, na separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia ou nas regiões predominantemente comerciais e bancárias. Em virtude dessa lógica, é possível, ao consultar um mapa, identificar uma cidade, a partir do ordenamento de seu espaço. Angel Rama, ao discorrer sobre a formação das cidades na América Latina, aponta o modelo implantado – o de “tabuleiro de damas” – no qual os princípios de unidade, planificação e ordem rigorosa traduzem, espacialmente, a hierarquia social.

A ‘*dupla vida*’ das cidades do continente americano, caracterizada por Rama, não é obra do acaso. A ordem física é determinada pelos movimentos de construção e destruição, de instauração e renovação, e, principalmente, pela “*invenção circunstancial de indivíduos e grupos segundo seu momento e situação*”. A ordem simbólica engloba o conjunto de imagens e representações que justifica a realidade concreta e atua antes, durante ou depois de qualquer realização.

“Antes de ser uma realidade das ruas, casas e praças, que só podem existir, e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades já emergiam completas por um parto da inteligência das normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam, nos planos

que as desenhavam ... a ordem dos signos imprimiu sua potencialidade sobre o real, fixando marcas, se não perenes, pelo menos tão vigorosas para que ainda subsistam hoje e as encontremos em nossas cidades”... (Rama, 1985, p. 32-33)

Uma análise demográfica intramunicipal possibilita a visualização dessa ‘razão ordenadora’ das cidades nas duas modalidades apresentadas por Rama: a física e a simbólica. Numa unidade territorial, como as Áreas de Ponderação, estão contidos tanto elementos de ‘ordem física’ (a delimitação territorial onde as relações sociais, econômicas e culturais se consolidam) como também de ‘ordem simbólica’: quando determinados locais de uma cidade adquirem identidade própria, seja pelo grupo étnico predominante, pela concentração de determinado fluxo migratório ou pelo padrão de renda de seus habitantes.

Teresa Pires do Rio Caldeira contemporiza essa discussão ao abordar a nova modalidade de segregação urbana – os condomínios fechados – denominando-os ‘enclaves urbanos’. Sonho de independência e liberdade das classes alta e média, os condomínios fechados representam um “novo conceito de moradia” – um mundo à parte – diametralmente oposto à cidade barulhenta, poluída e confusa, composta por pessoas de todas as classes sociais.

“Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto” (Caldeira, 1997, p. 155).

Os enclaves privados, circunscritos e isolados, não se relacionam com a ordenação externa (pública) e são totalmente voltados para a sua própria organização interna. Conseqüentemente, o espaço público, percebido cada vez mais como perigoso e hostil, sofre transformações: correntes fechando ruas, grades ao redor de parques e praças, guaritas com vigilantes particulares, etc. Essa ordem pública “defensiva”, criada pelos enclaves, apóia-se na reprodução da desigualdade, no isolamento e fragmentação.

“Neste contexto, a ficção do contrato social universal e os ideais de igualdade e direitos universais que legitimam a concepção moderna do espaço público desaparecem” (Caldeira, 1997, p. 173).

No âmbito externo, a cidade define todo o espaço circundante. Rolnik atribui à cidade a propriedade de imã, isto é, de atrair, reunir e concentrar milhares de pessoas.

Destaca ainda que a industrialização foi “alimentada” pelo movimento migratório, daí a heterogeneidade cultural e étnica, até hoje presente nas grandes cidades.

Tais características podem ser verificadas em São Caetano do Sul, cuja população atualmente é composta por 51,8% de pessoas não nascidas no município, cuja heterogeneidade cultural e étnica é possível detectar à luz de um estudo intra-urbano. Dirce Koga, ao discorrer sobre o padrão básico de inclusão social e o desenvolvimento de políticas públicas, alerta para a importância das especificidades históricas e culturais intramunicipais: ...*“pois há elementos intrínsecos à formação destas sociedades que exigem respostas às necessidades de forma igualmente específicas”* (2003, p. 177).

Retomando a questão da presença do Estado na cidade, vale esclarecer que isso resulta das transformações econômicas, sociais e políticas consolidadas pelo modo de produção capitalista. É o espaço urbano o *locus* propício tanto para a acumulação de capital como para a composição de forças políticas, subsídio imprescindível para a sua reprodução e perpetuação. Rolnik o define como parâmetro essencial que traduz a ocupação espacial da cidade, expressa também nas intervenções do Estado (1998, p. 54-55). A lógica capitalista se manifesta no ordenamento do território das cidades, com a topografia e a rede de serviços disponível condicionando o valor das terras. A presença ou ausência de tais ofertas é que define o lugar de cada um na cidade, daí se afirma que a intervenção do Estado é contraditória e segregacionista.

Diante desse contexto mercantil, a tônica do sistema capitalista é o excedente de mão-de-obra, parcela de contingente que jamais será absorvida. Ao mesmo tempo, a cidade alimenta esse círculo vicioso, constituindo o contínuo potencial de consumo um dos seus principais atributos. Configura-se então o paradoxo, detectado por Le Goff na cidade medieval: sugerir a igualdade e, contraditoriamente, preservar a desigualdade. A cidade é também uma mercadoria: o espaço urbano é demarcado pela oferta de serviços de infra-estrutura, sistema viário, equipamentos (educacionais, culturais, saúde, segurança), cuja presença ou ausência determinará seu valor. É a violência o ponto culminante e o resultado direto dessa contradição, como também a tônica do acirramento das desigualdades. Eis a *razão reguladora* de Angel Rama, a *segregação espacial* de Rolnik e os *enclaves urbanos* de Caldeira.

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira, o território é geralmente percebido como a “extensão apropriada e usada”. Ao mencionar o significado da palavra *territorialidade* (*pertencer àquilo que nos pertence*), Santos e Silveira destacam que “...esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescindem da existência do Estado” (2001, p. 19). Logo, a idéia de territorialidade também se estende aos animais, como área de vivência e reprodução, mas a territorialidade humana se diferencia da dos animais na medida em que a preocupação com o destino e a construção do futuro é privilégio do homem. Precisamente, o território (é definido por Santos e Silveira) como um “nome político para o espaço de um país”, ou seja, “a existência de um país supõe um território”. Ao que acrescentam:

“Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território” (Santos e Silveira, 2001, p. 19).

Nesse sentido, pressupõe-se que os “espaços territoriais” estão sujeitos a transformações sucessivas, isto é, tal conceito de espaço postula que é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (2001, p. 21). Entretanto, o uso do território é definido pelo nível de implantação de infra-estrutura.

“São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (Santos e Silveira, 2001, p. 21).

O território, então, se apresenta como elemento de vital importância nos estudos demográficos, principalmente considerando a movimentação das pessoas, do capital, dos serviços e das mercadorias associados à ocupação econômica. Toda essa complexidade não ocorre casualmente, obedece a uma regulação política do território e, principalmente a uma regulação do território pelo mercado. É essa descontinuidade que resulta em desigualdades regionais, motivo pelo qual se

verifica no Brasil a ocorrência do crescimento desigual das cidades, determinado pelas oscilações das economias regionais ou do seu papel político.

Milton Santos propõe, ainda, que o desenvolvimento socioespacial deva ser pensado em sua totalidade, a partir de uma visão multidisciplinar, e que seus gestores devam operacionalizá-lo com base em um planejamento transectorial. Para o autor, essa é a única maneira de promovê-lo de forma realmente integrada. Nesse sentido, vislumbra-se uma noção desse processo que muito se distancia das conceituações tradicionais, em que o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como superação do subdesenvolvimento, caracterizada segundo os mecanismos de produção, que tomam as nações centrais do mundo capitalista por “modelos ideais” a copiar. Tais posições justificam a proposição de uma nova geografia:

“A geografia é viúva do espaço. Sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, a natureza ‘natural’ e a economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico” (Santos, 2002, p. 118).

Ainda refletindo sobre o conceito de território, Dirce Koga o define “*como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva*” (2003, p. 33). Para a autora, esse é o território das cidades – *locus* onde se concretizam todas as relações sociais, inclusive as de vizinhança e solidariedade, e, principalmente, as relações de poder. Nesse contexto, o chão urbano e seus desdobramentos deixam de ser um dado natural para transformarem-se em construção humana. A referência a esse espaço não é, portanto, a menção de certo lugar como um vazio, mas dos resultados de sua ocupação: “*É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes*” pelas condições de vida de seus moradores – saneamento, educação e renda, e principalmente pela ausência/presença de serviços públicos (2003, p. 33).

A relação entre território e população denota indivisibilidade. Para justificar tal argumento, Koga utiliza a comparação dos resultados gerais do Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000, cujas médias não apontam crescimento significativo da população nacional. Mas, ao considerar os respectivos resultados por região, nas particularidades dos territórios, constata-se

diferenças de mobilidade : em alguns, retração – como em São Caetano do Sul – em outros, ‘explosão demográfica’.

Em *Medidas da Cidade* ressalta-se que o território tem sido visto, em geral, apenas como referência de localização da população e não o “espaço de produção e reprodução das relações sociais”. Cita-se, como exemplo, o processo de empobrecimento da população, no qual “o território é considerado mais como um ‘acidente de percurso’ do que um percurso de fato” (2003, p. 72).

Dessa forma, a autora apresenta o diferencial do conceito de exclusão social, “mais abrangente e multidimensional”, comparado às mensurações tradicionais de índice de pobreza, já que o primeiro utiliza a variável território como “fator conjugado de análise junto à dimensão populacional”. O que a leva afirmar que “a exclusão social é também territorial”. Portanto, na medida em que estudos demográficos contemplam os territórios locais, “as desigualdades se tornam mais visíveis e gritantes” (2003, p. 72). E Koga complementa:

“A realização de diagnósticos sobre determinados territórios a partir dos indicadores generalizantes apresenta limites. Ou seja, quanto mais se aproxima das desigualdades internas de um território, aumentam as chances de obter uma radiografia que reflita de forma mais concreta a dinâmica da realidade vivida” (2003, p. 72).

Koga considera as cidades como a “maior aproximação territorial” no que se refere à configuração de prioridades para políticas públicas. Mas aponta a fragilidade da utilização de resultados gerais, levando em conta apenas as médias do município. Ao analisar experiências de construção de indicadores intra-urbanos, a autora conclui que a desagregação territorial – nos estudos demográficos – é “um elemento fundamental capaz de possibilitar medidas geossociais”. Ou seja, a mensuração das diferenças e desigualdades intramunicipais possibilita a compreensão da totalidade do município.

No decorrer do capítulo seguinte – “Perfil Demográfico de São Caetano do Sul” – a cada variável apresentada, será possível constatar tais desigualdades entre as Áreas de Ponderação do município, tanto as que propulsam as médias municipais como as que revelam as situações de vulnerabilidade socioeconômicas, até então submersas pelos festejados resultados gerais do município.

III. PERFIL DEMOGRÁFICO DE SÃO CAETANO DO SUL

A fim de apresentar os resultados desta pesquisa e verificar se os estudos demográficos intra-urbanos conferem visibilidade aos contrastes socioeconômicos no município de São Caetano do Sul, optou-se por dividir a análise em dois tópicos: tendências demográficas e perfil intra-urbano.

3.1 TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

No campo das tendências demográficas de São Caetano do Sul utilizam-se os resultados gerais do município, os dados da Região do Grande ABC e do Estado de São Paulo a partir de um recorte temporal das últimas três décadas. Por esse recurso, torna-se possível observar as tendências demográficas de São Caetano do Sul em relação à Região do Grande ABC e ao Estado de São Paulo, contemplando a população residente e sua dinâmica de crescimento ou retração nos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 e, posteriormente, a estratificação dos grupos etários.

**Tabela 1) População Residente - Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul
Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991, 2000 - IBGE**

	1.970	1.980	Evolução 1970/1980	1.991	Evolução 1980/1991	2.000	Evolução 1991/2000
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.712	40,9%	31.588.925	26,2%	37.032.403	17,2%
Região do Grande ABC	988.677	1.652.794	67,2%	2.048.674	24,0%	2.354.722	14,9%
São Caetano do Sul	150.130	163.086	8,6%	149.519	-8,3%	140.159	-6,3%

Fonte: IBGE

Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

Nos dados apresentados na Tabela 1, no período 1970/1980, verifica-se crescimento populacional em todas as unidades territoriais contempladas (Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul). A Região do Grande ABC cresceu de forma mais contundente (67,2%) no momento em que se consolidou como principal parque industrial do País. De acordo com Jéferson José da Conceição, de 1955 a 1980, a região atraiu elevado volume de investimentos privados, quer de capital estrangeiro quer nacional, sediando as empresas montadoras de veículos, autopeças e fornecedoras de insumos. Em 1957, as montadoras instaladas em São Bernardo do Campo eram responsáveis por 50% do total de veículos produzidos no Brasil e por 63% do total dos empregos gerados pela

indústria automobilística no País, o que levou a região a ser conhecida como “Detroit Brasileira” (Conceição, 2001, p. 49). Isso pode explicar a taxa de crescimento populacional mais expressiva que o resultado estadual. Contudo, o crescimento populacional de São Caetano do Sul foi proporcionalmente inferior aos índices do Estado e Região.

Na década seguinte (1980/1991), o crescimento populacional de 26,2% para o Estado de São Paulo e 24% para o Grande ABC explicitam a crise do setor industrial na região, o que reforça ainda mais sua semelhança com Detroit (Estado de Michigan, EUA):

“Algumas dessas semelhanças são: a) a economia centrada na indústria pesada; b) o desenvolvimento da organização da produção de acordo com o modelo fordista; c) a forte presença da organização sindical; d) a crise a partir da implantação de novos pólos de produção automotiva e da redistribuição geográfica da indústria; e) o crescimento do desemprego; f) o refluxo migratório” (Conceição, 2001, p.49).

A taxa registrada para o município de São Caetano do Sul foi negativa, implicando redução da população. No último período contemplado, 1991/2000, as taxas de crescimento tanto do Estado de São Paulo como da Região do Grande ABC são menores que no período anterior e a população de São Caetano do Sul apresenta-se em contínua retração.

A retração da população de São Caetano do Sul pode ser entendida a partir de quatro fatores:

1) Custo Fundiário

**Tabela 2) Domicílios Particulares Permanentes, segundo as condições de moradia
Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul - Censo 2000 - IBGE**

	Adequada	Semi-adequada	Inadequada	Total
Estado de São Paulo	63,4%	35,8%	0,7%	10.358.598
Região do Grande ABC	63,2%	36,8%	0,1%	661.714
São Caetano do Sul	80,2%	19,8%	-	43.393

Fonte: IBGE - Censo 2000

Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

A cidade apresentou os melhores resultados da região quando considerada a oferta de infra-estrutura (tabela 2), principalmente os serviços de saneamento básico¹⁰, como elemento primordial na composição do “custo da terra”. Nesse sentido, convém resgatar a argumentação de Vera Rezende sobre planejamento urbano, que salienta a lógica do mercado na aparente desordem do espaço urbano quanto à elevação do valor da terra.

“A ocupação do espaço urbano é regulada por esse valor, principal elemento mediador de sua apropriação. A cidade torna-se, assim, um potencial de consumo como qualquer outro produto; consumo que se realiza segundo as possibilidades de renda de seus habitantes. A cidade torna-se mercadoria” (Rezende, 1982, p. 20).

Nesse aspecto, é importante destacar que a oferta de serviços de saneamento influi no “custo da terra”. Segundo o que mostra a Tabela 2, em 2000, o município de São Caetano do Sul não registrou condições inadequadas de moradia, prevalecendo o índice de 80,2% de domicílios em condições adequadas. Esse fator, certamente, foi um dos responsáveis em propulsar o valor dos imóveis, dificultando assim a sua aquisição pela população de baixa renda.

2) Expansão Imobiliária Verticalizada

Outra particularidade de São Caetano do Sul é seu território: a área do Município é de apenas 15,4 km², sem as possibilidades naturais de expansão existentes nos outros municípios da Região, o que se constata pelo número de prédios de apartamentos (Tabela 3) em comparação ao Estado e à Região.

Tabela 3) Tipos de Domicílios Particulares Permanentes (%)
Estado de São Paulo, Região do Grande ABC e São Caetano do Sul - Censo 2000

	Casa	Apartamento	Cômodo	Total
Estado de São Paulo	86,5%	12,4%	1,1%	10.364.152
Região do Grande ABC	86,2%	11,9%	1,9%	661.998
São Caetano do Sul	73,6%	25,7%	0,7%	43.415

Fonte: IBGE - Censo 2000

Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

¹⁰ **MORADIA ADEQUADA:** com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até dois moradores por dormitório”.

MORADIA SEMI-ADEQUADA: com pelo menos um serviço de saneamento inadequado.
INADEQUADA: com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de dois moradores por dormitório” (Notas Técnicas - IBGE).

As condições adequadas de infra-estrutura urbana, aliadas às impossibilidades naturais de expansão horizontal e ao diferentes padrões socioeconômicos, decorrência da economia industrial, atraíram investimentos imobiliários para a construção de moradias de médio e alto padrão, elevando o custo dos imóveis e determinando o estrato socioeconômico de seus habitantes. Nesse sentido, convém recorrer a Vera Rezende, que define a ação do mercado imobiliário como propulsor da condição de pobreza urbana, na medida em que a pobreza produz-se e reproduz-se na própria construção do espaço urbano.

3) Emigração Regional

A combinação dos itens anteriores de Custo Fundiário e Expansão Vertical pode ser fator de propulsão na migração interna (Quadro 3), na medida em que a impossibilidade de aquisição ou locação de moradia forçou a população de menor renda a transferir-se para as vizinhanças da cidade.

Quadro 3) Local de Residência de PESSOAS NASCIDAS em São Caetano do Sul - Censos 1991 e 2000

Local de Residência	Em 1991	Em 2000	Evolução
Diadema	290	336	15,9%
Mauá	2.244	2.132	-5,0%
Ribeirão Pires	343	373	8,7%
Rio Grande da Serra	145	109	-24,8%
Santo André	4.390	4.780	8,9%
São Bernardo do Campo	2.915	3.256	11,7%

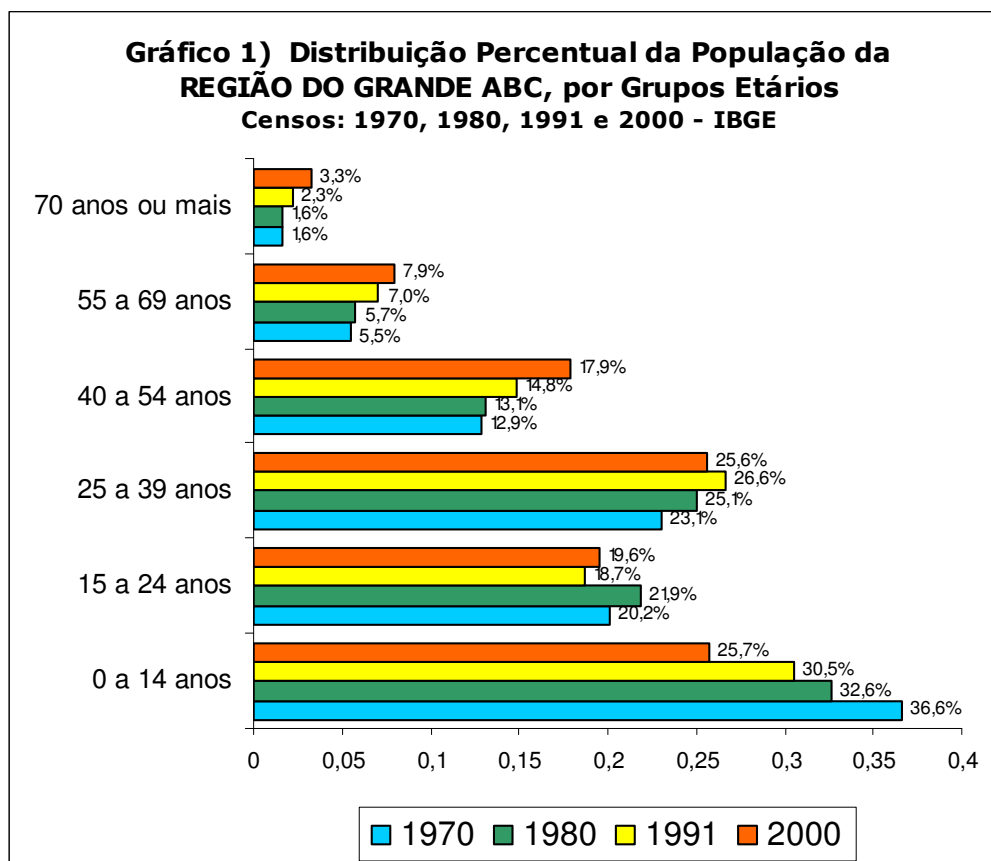
Fonte: Microdados - Censos 1991 e 2000 - IBGE

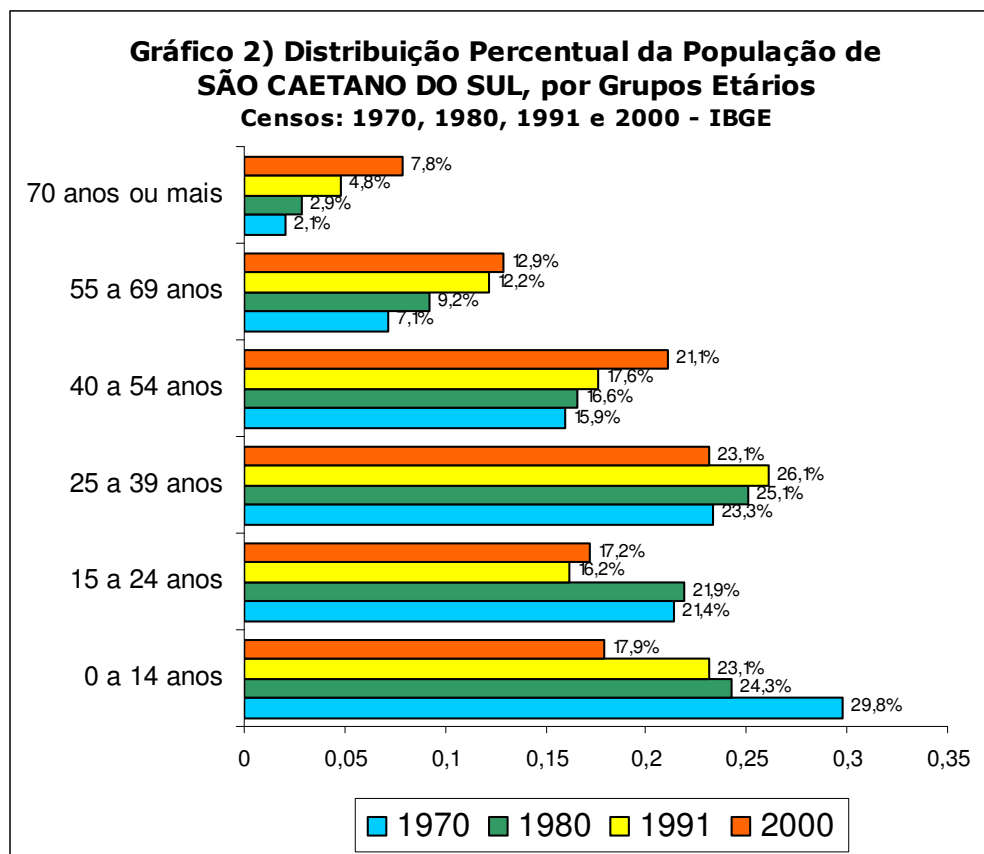
Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

4) Redução de Fecundidade

Outro aspecto a considerar na retração populacional de São Caetano do Sul refere-se ao elevado padrão socioeconômico do município, fator preponderante na redução da fecundidade. O acesso à adoção de práticas anticoncepcionais, aliadas à participação crescente da população feminina no mercado de trabalho, contribui sobremaneira para acelerar o ritmo do declínio da fecundidade (Vide Gráfico 30).

Os gráficos 1 e 2 referem-se à distribuição percentual da população por grupos de idade – Região do Grande ABC e São Caetano do Sul – nos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Embora apresentando a mesma tendência – estreitamento progressivo na base da pirâmide etária – denotam particularidades do município de São Caetano do Sul.





No que se refere à proporção de crianças de 0 a 14 anos de idade, em 1970, o município de São Caetano do Sul apresentou índice menor (29,8%) que o regional (36,6%). Em 1980 houve retração em ambos os resultados, mas acentuou-se a diferença entre Região (32,6%) e Município (24,3%), o que também se visualiza nos censos demográficos seguintes, com menor intensidade. Em 1991, a proporção de crianças na Região era de 30,5% e no Município 23,1%. O Censo 2000 registrou 25,7% (regional) e 17,9% (municipal), significando para São Caetano do Sul acentuada diminuição progressiva da população infanto-juvenil.

Quanto à população jovem¹¹ (15 a 24 anos de idade), no censo de 1970 registrou-se uma proporção um pouco mais elevada em São Caetano do Sul (21,4%) em relação à Região (20,2%). Em 1980, a participação dos jovens foi idêntica: 21,9%. Os

¹¹ Delimitação adotada pelo IBGE na sua publicação *População Jovem no Brasil: a dimensão demográfica* (ISBN 85-240-0755-9) de 1999.

índices do censo seguinte, tanto no nível regional (18,7%) como no municipal (16,2%) acusaram retração, de forma mais acentuada no Município. Os resultados do Censo 2000 indicam crescimento discreto de jovens tanto na Região (19,6%) como no Município (17,2%), mantendo entre ambos a diferença de dois pontos percentuais do período anterior.

O grupo etário de 25 a 39 anos de idade registrou configuração semelhante ao anterior (15 a 24 anos), com maior índice para o Município em 1970 (23,3%) contra 23,1% na Região. Resultado idêntico (25,1%) em 1980; ínfimos crescimentos em 1991, sendo 26,6% no ABC e 26,1% em São Caetano do Sul. O diferencial se configura em 2000, quando os resultados apresentam retração, maior no âmbito municipal (23,2%) que no regional (25,6%).

Entre as pessoas de 40 a 54 anos de idade configurou-se, progressivamente, em todos os períodos pesquisados, tendência de envelhecimento da população no Município e Região. Todavia, a aceleração desse processo se verificou em São Caetano do Sul, que registrou, no último censo 21,1% enquanto o resultado regional foi de 17,9%.

Da população entre 55 e 69 anos de idade, a dinâmica de crescimento assemelha-se à do grupo anterior, visto que, no Censo 1970, registraram-se 5,5% no ABC e 7,1% no Município. Já o Censo 2000 aponta 7,9% de participação na Região do Grande ABC e 12,3% em São Caetano do Sul, o que significa envelhecimento populacional mais significativo na cidade.

Verificando os resultados dos Censos Demográficos de 1970 a 2000, constata-se aumento na proporção da população "mais idosa", ou seja, acima de 70 anos. Na Região do Grande ABC, passou de 1,6% em 1970 para 3,3% em 2000. No município de São Caetano do Sul, o crescimento foi mais expressivo: de 2,1% para 7,8% nessas três décadas. Tal configuração tende a se consolidar num futuro próximo, uma vez que a expectativa de vida da população de São Caetano do Sul é de 78,2 anos de idade, segundo o Indicador de Longevidade do Atlas de Desenvolvimento Humano no

Brasil¹², de 2000. O que se pode verificar a partir desses resultados do Censo Demográfico 2000 é que o crescimento da população idosa no País, comumente definido como processo de *envelhecimento da população*, reflete a “influência da continuada queda da fecundidade e, simultaneamente, o aumento da esperança de vida”¹³. Da população brasileira (169.799.170 habitantes em 2000), os idosos¹⁴ representam 8,6% e, no Estado de São Paulo, a proporção de idosos é de 9%. O próximo quadro (4) contempla os resultados dos municípios da Região do Grande ABC.

Quadro 4) Proporção de IDOSOS nos municípios da Região do Grande ABC - Censos Demográficos: 1970, 1980, 1991 e 2000

Municípios	1970	1980	1991	2000
Santo André	5,0%	5,8%	8,1%	10,3%
São Bernardo do Campo	4,0%	4,0%	5,5%	6,9%
São Caetano do Sul	6,0%	8,0%	12,5%	16,0%
Diadema	2,9%	2,6%	3,6%	5,1%
Mauá	3,4%	3,3%	4,4%	5,6%
Ribeirão Pires	5,8%	5,0%	6,1%	7,2%
Rio Grande da Serra	3,9%	3,5%	4,3%	5,4%

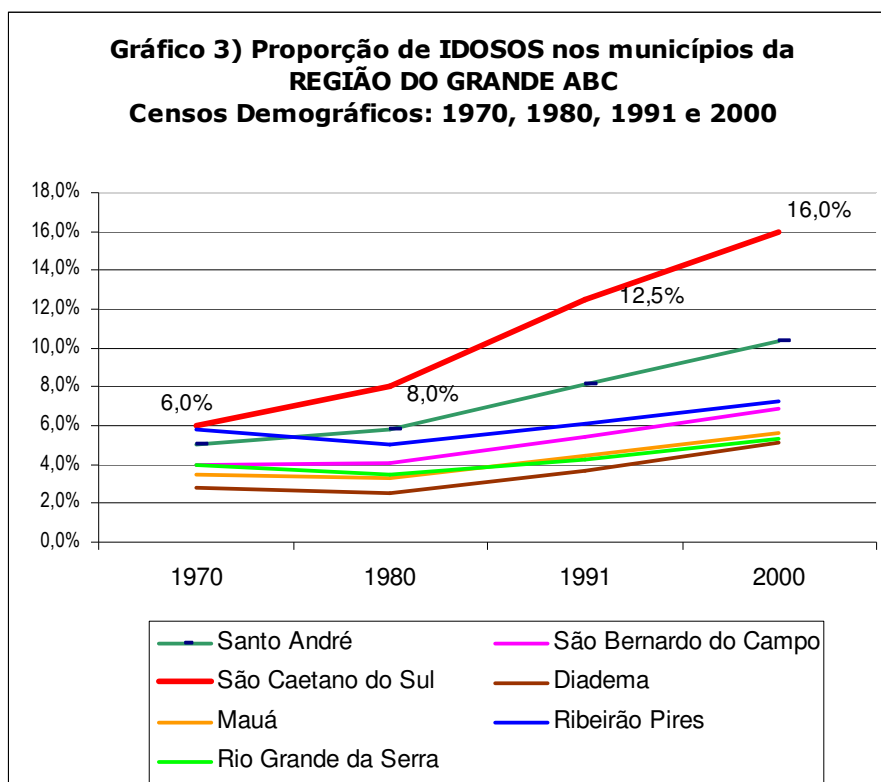
Fonte: Microdados do Censo 2000 IBGE Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

São Caetano do Sul é, indubitavelmente, a cidade com maior proporção de idosos da Região do Grande ABC. Esses resultados, com recorte temporal, ressaltam um diferencial demográfico do Município: o processo de *envelhecimento da população*. Tal processo foi desencadeado em 1970, e o resultado de 6% está acima dos atuais índices de municípios como Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra e próximo do de São Bernardo do Campo – que em 2000 registra 6,9%. O único município do ABC a registrar alguma semelhança é Santo André, todavia num nível menos expressivo.

¹² O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* é um banco de dados eletrônico com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M e outras variáveis georreferenciadas por municípios, Estados e regiões brasileiras. Trata-se de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, Instituto de Pesquisas Aplicadas IPEA e a Fundação João Pinheiro FJP.

¹³ In: IBGE *Tendências Demográficas: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2000*, 2002 p.26.

¹⁴ “A Organização Mundial da Saúde - OMS define idosa a população a partir dos **60 anos de idade**, mas faz uma distinção quanto ao local de residência dos idosos. Esse limite é válido para os países em desenvolvimento, subindo para 65 anos de idade quando se trata de países desenvolvidos” (in: *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil* p. 9 – IBGE, 2002).



Outro fator de constatação do *envelhecimento da população* é a razão entre o número de crianças¹⁵ e de idosos. O quociente do Censo 2000 para o Brasil é de 2,26 crianças para cada idoso e, no Estado de São Paulo, de 1,92. Os municípios da Região do Grande ABC são apresentados no quadro 5.

Quadro 5) Razão de Crianças e Idosos nos municípios da Região do Grande ABC - 2000

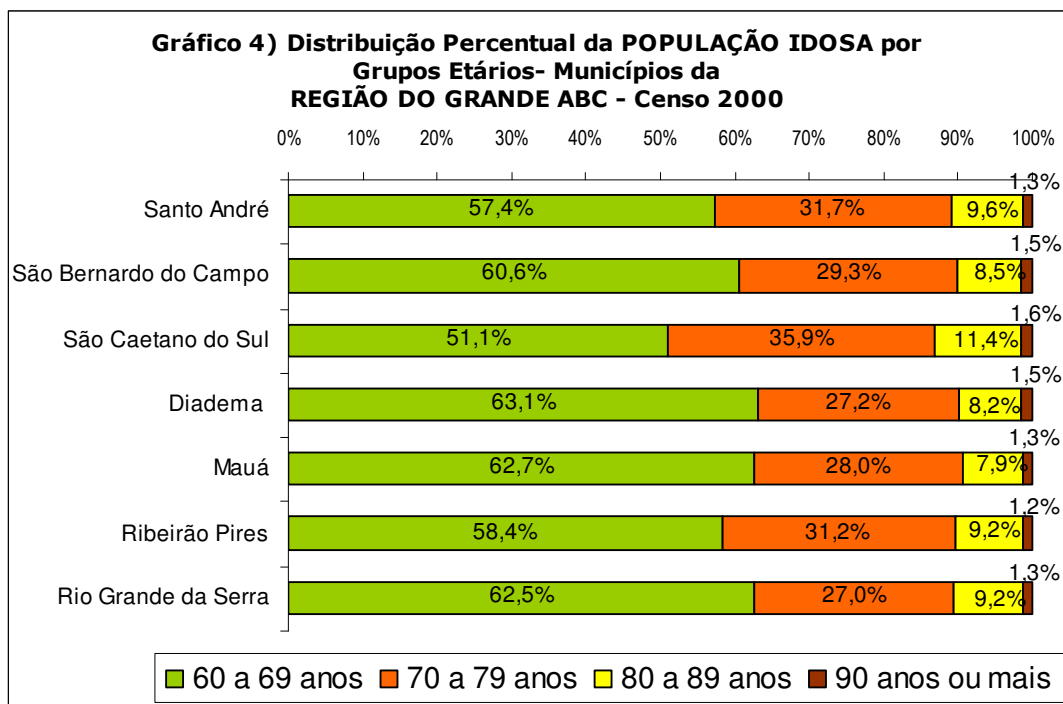
Municípios	Quocientes
Santo André	1,44
São Bernardo do Campo	2,45
São Caetano do Sul	0,69
Diadema	3,68
Mauá	3,43
Ribeirão Pires	2,31
Rio Grande da Serra	3,86

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE. Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

¹⁵ Crianças: 0 a 9 anos de idade.

Os resultados apresentados corroboram a ocorrência, em São Caetano do Sul, do fenômeno demográfico de aceleração contínua do processo de envelhecimento da população.

Esse crescimento acelerado confere a São Caetano do Sul uma proporcionalidade diferente da população idosa por faixas de idade, conforme elucida o gráfico 4.



Vale ressaltar que a conceituação de idoso encerra duas distinções clássicas: **envelhecimento** e **velhice**. O envelhecimento é inexorável, é o processo que se inscreve do tempo do nascimento à morte, percorrendo toda a história da humanidade, mas que apresenta características próprias, particulares de acordo com a cultura, o tempo e o espaço.

No Brasil, com seus expressivos traços de desigualdade social, é possível constatar a veracidade da definição do poeta João Cabral de Melo Neto no poema *Morte e Vida Severina*: as condições socioeconômicas precárias podem tornar um indivíduo “**velho, antes dos trinta**”. Muitos idosos continuam amarrados à falta de oportunidades e, em virtude da pobreza, as desvantagens potencializam as

dificuldades físicas e sociais da velhice. Em condições favoráveis, porém, bom contingente de idosos consegue viver a velhice de modo diferente, de forma bem mais criativa e prazerosa que os idosos de antigamente.

Verifica-se, portanto, estreita relação entre as condições socioeconômicas e a longevidade, que mostra não caber ao acaso ser São Caetano do Sul o município da Região do Grande ABC com a maior proporção de longevos. No entanto, a distribuição da população do Município por faixa etária X cor/etnia (gráficos 7 e 8) apresenta para a população branca 8% de pessoas na faixa etária '70 anos ou mais'. Entre os negros, apenas 4% estão nesse grupo etário. Tais resultados indicam que a longevidade também não está dissociada da questão racial, uma vez que no histórico de desigualdade social do nosso país estão presentes as diferenças de oportunidades entre brancos e negros.

3.2. PERFIL INTRA-URBANO DE SÃO CAETANO DO SUL

Para a elaboração do perfil intra-urbano de São Caetano do Sul utilizou-se a divisão territorial “Áreas de Ponderação” – unidade geográfica¹⁶ criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que permite uma leitura intramunicipal dos resultados do Questionário da Amostra do Censo Demográfico 2000.

Os critérios adotados para a criação dessa unidade territorial estão detalhados nas NOTAS TÉCNICAS DO IBGE (Anexo 1). De acordo com o depoimento¹⁷ de Antonio Luiz Carvalho Leme – responsável pela Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações no Estado de São Paulo - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, foi proposta para os municípios com população acima de 190.000 habitantes (Censo 2000) uma parceria com os órgãos de planejamento municipal para que as áreas de ponderação fossem definidas em conjunto, que garantiria a contigüidade do agrupamento de setores censitários¹⁸. Segundo Leme, no Estado de São Paulo, foram selecionados 33 municípios¹⁹ com população acima de 190.000 habitantes no Censo 2000.

O município de São Caetano do Sul (com 140.159 habitantes) não foi incluído na modalidade por apresentar população inferior à requerida pelo IBGE.

Nesse sentido, a divisão territorial de São Caetano do Sul (segundo o representante do IBGE) foi incluída no item 5 (Anexo 1), pela utilização de um sistema computacional para a agregação dos setores censitários, o que significa um procedimento estritamente técnico.

¹⁶ As áreas de ponderação são constituídas por um agregado de setores censitários para a leitura dos resultados dos Questionários da Amostra. Trata-se de um agrupamento de setores censitários com características semelhantes. Não é equivalente à unidade territorial “bairro” em função do tamanho, para não comprometer a relevância estatística das informações.

¹⁷ Entrevista concedida em 08/12/2004, por e-mail.

¹⁸ SETOR CENSITÁRIO é a menor unidade territorial do IBGE, criada para fins de controle cadastral da coleta de dados do censo demográfico, respeitando os limites da divisão político-administrativa.

¹⁹ Barueri, Bauru, Campinas, Carapicuíba, Diadema, Embu, Franca, Guarujá, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Taboão da Serra, Taubaté.

No caso dos “municípios grandes”, como, por exemplo, Santo André, houve uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o IBGE²⁰:

“Em maio de 2002, recebemos do IBGE um documento (ofício 226, de 13/05/2002) informando que os dados da amostra do Censo 2000 poderiam ser desagregados em um nível submunicipal equivalente a áreas geográficas, ou subdivisões administrativas, utilizadas para atividades de planejamento. Para que o município tivesse acesso a estas informações seria necessário proceder a divisão da cidade, agregando-se setores censitários com o objetivo de constituir as denominadas Áreas de Expansão e Disseminação (AEDs)²¹.”

Ronaldo Tadeu Ávila de Paula acrescentou ainda que, sob orientação do IBGE, procedeu-se à divisão territorial do município de Santo André em 43 áreas, tendo como referência as duas divisões territoriais utilizadas para planejamento da gestão municipal:

“Os limites territoriais das 19 Regiões de Orçamento Participativo.

Os limites territoriais dos 117 bairros da cidade

Para efetuar a agregação dos setores censitários, foram definidos dois critérios :

- 1) **Critério principal:** *Uma AED deverá estar necessariamente contida numa Região de Orçamento Participativo.*
- 2) **Critério secundário:** *Os limites de uma AED deverão, sempre que possível, corresponder aos limites da divisão de bairros.*

A adoção destes critérios permitiu obter uma divisão que possibilita a disseminação dos dados para todas as 19 Regiões de Orçamento Participativo e também para algumas subdivisões internas destas regiões (formadas por conjuntos de bairros). Além disso, as 43 AEDs podem ser articuladas de modo a formar diversas outras sub-regionalizações”.

Desse modo, a Prefeitura Municipal de Santo André, no processo de construção dessa unidade territorial, procurou compatibilizá-la com as ‘regiões do orçamento participativo’ – criadas anteriormente pela administração municipal, comumente utilizadas na gestão. As Áreas de Ponderação foram incorporadas com a denominação de REDE (*Regiões de Dados e Estatísticas*). A partir daí, vários estudos já foram construídos com a utilização dos microdados do Questionário da Amostra por REDE, tais como a revista *Mulheres de Santo André em Destaque: histórias,*

²⁰ Em anexo, a correspondência que consolidou tal parceria.

²¹ Depoimento de Ronaldo Tadeu Ávila de Paula, responsável pela Coordenadoria de Indicadores Socioeconômicos da Prefeitura Municipal de Santo André, em: 22/11/2004, por e-mail. OBS: Naquele momento, as APs ainda eram chamadas de *Áreas de Expansão e Disseminação – AEDs*.

conquistas e indicadores socioeconômicos (publicada pela Prefeitura Municipal de Santo André) e as publicações²² em formato eletrônico: *Atlas da Etnia Negra de Santo André, Perfil dos Idosos de Santo André, Analfabetismo em Santo André e Trabalhos Formais*. Ronaldo de Paula informou também que esses dados estatísticos (microdados do Questionário da Amostra por REDE) serviram de referência para a construção do Plano Diretor do município de Santo André.

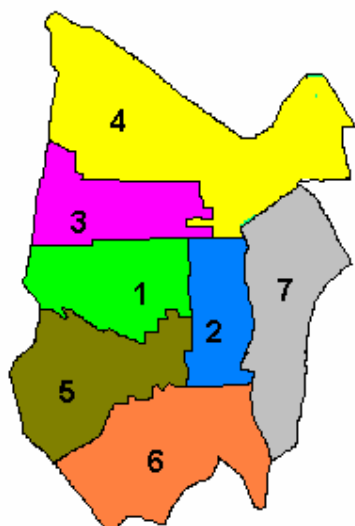
Na construção das Áreas de Ponderação, não ter ocorrido a parceria entre IBGE e os órgãos de planejamento municipal em todos os municípios, pode ter, em alguns casos, comprometido a contigüidade dos setores censitários por ocasião de seu agrupamento em Áreas de Ponderação.

Nesse sentido, não caberá neste estudo estabelecer tais distinções, uma vez que se apresenta uma análise demográfica intra-urbana de São Caetano do Sul com base nos dados e nas divisões territoriais do IBGE. De qualquer forma, é importante constatar que, como em qualquer outra fonte de dados, existem limitações como esta ora apresentada. Tais limitações não inviabilizam a percepção de uma realidade mais detalhada da cidade nem anulam o seu potencial de ferramenta de gestão.

Contudo, se houvesse preocupação mais acurada por parte do IBGE e, principalmente, das próprias administrações municipais na construção das Áreas de Ponderação, certamente a análise intra-urbana demonstrada a seguir traria maior visibilidade às desigualdades sociais existentes no município de São Caetano do Sul.

Apresenta-se o perfil intra-urbano de São Caetano do Sul por meio da unidade geográfica “Áreas de Ponderação” assim configuradas:

²² Disponíveis no site: www.santoandre.sp.gov.br em Dados da Cidade (textos analíticos).



São Caetano do Sul

Em São Caetano do Sul, as Áreas de Ponderação são compostas pelos seguintes bairros:

Áreas de Ponderação	Bairros
AP 1	Cerâmica e Oswaldo Cruz (50%)
AP 2	Olímpico (90%); Oswaldo Cruz (6%)
AP 3	Santa Paula (43%); Santo Antonio
AP 4	Fundação, Prosperidade, Centro; Santa Paula (52%)
AP 5	Oswaldo Cruz (44%); Vila São José; Jardim São Caetano
AP 6	Boa Vista; Bairro Mauá; Nova Gerty
AP 7	Olímpico (10%); Santa Maria; Barcelona

A cada tema desenvolvido, será apresentado o resultado geral do município de São Caetano do Sul como também dos municípios que integram a Região do Grande ABC.

3.2.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

No que se refere às características da população, apresentam-se as seguintes variáveis: Idade, Sexo, Cor/Etnia, Deficiência.

Tabela 4) Distribuição Percentual da População das APs, por Grupos Etários
São Caetano do Sul - Censo 2000

Áreas de Ponderação	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 69 anos	70 anos ou mais	TOTAL
AP 1	16,4%	16,6%	22,5%	21,4%	13,7%	9,3%	16.058
AP 2	16,8%	17,1%	21,7%	20,8%	14,7%	8,9%	16.014
AP 3	17,6%	16,1%	23,2%	23,0%	11,8%	8,1%	15.360
AP 4	18,0%	17,5%	23,0%	20,5%	12,6%	8,4%	19.135
AP 5	19,0%	17,6%	24,9%	20,9%	12,2%	5,4%	19.521
AP 6	18,9%	18,0%	23,2%	20,2%	12,7%	6,9%	29.830
AP 7	17,4%	16,7%	23,0%	21,3%	13,1%	8,5%	24.241

Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Idade e Sexo

As tabelas seguintes (5 e 6) se referem à distribuição por faixas etárias segundo o sexo dos habitantes.

Tabela 5) Distribuição Percentual da POPULAÇÃO FEMININA das APs, por Grupos Etários

Áreas de Ponderação	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 69 anos	70 anos ou mais	TOTAL
AP 1	15,2%	15,6%	22,4%	21,6%	14,5%	10,7%	8 651
AP 2	14,9%	16,5%	21,4%	21,1%	15,9%	10,1%	8 459
AP 3	16,1%	15,4%	23,7%	22,8%	12,6%	9,5%	8 167
AP 4	17,0%	16,3%	22,3%	20,6%	13,7%	10,1%	10 245
AP 5	17,8%	16,7%	25,2%	21,3%	12,5%	6,4%	10 301
AP 6	17,6%	17,3%	22,8%	20,7%	13,3%	8,2%	15 842
AP 7	16,3%	15,6%	22,9%	21,5%	13,9%	9,7%	12 977

Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Tabela 6) Distribuição Percentual da POPULAÇÃO MASCULINA das APs, por Grupos Etários

Áreas de Ponderação	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 54 anos	55 a 69 anos	70 anos ou mais	TOTAL
AP 1	17,9%	17,8%	22,5%	21,3%	12,7%	7,8%	7 407
AP 2	18,9%	17,7%	22,1%	20,5%	13,3%	7,6%	7 555
AP 3	19,4%	17,0%	22,7%	23,3%	11,0%	6,6%	7 193
AP 4	19,2%	18,9%	23,7%	20,4%	11,3%	6,5%	8 890
AP 5	20,4%	18,5%	24,6%	20,4%	11,8%	4,3%	9 220
AP 6	20,3%	18,9%	23,6%	19,7%	12,1%	5,4%	13 988
AP 7	18,6%	17,9%	23,0%	21,1%	12,2%	7,2%	11 264

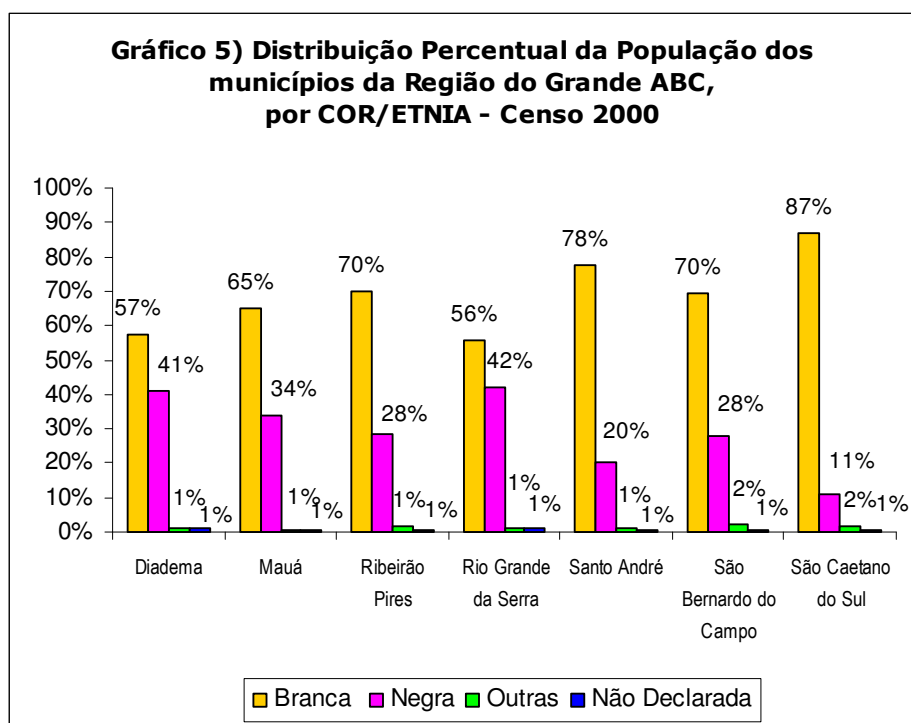
Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

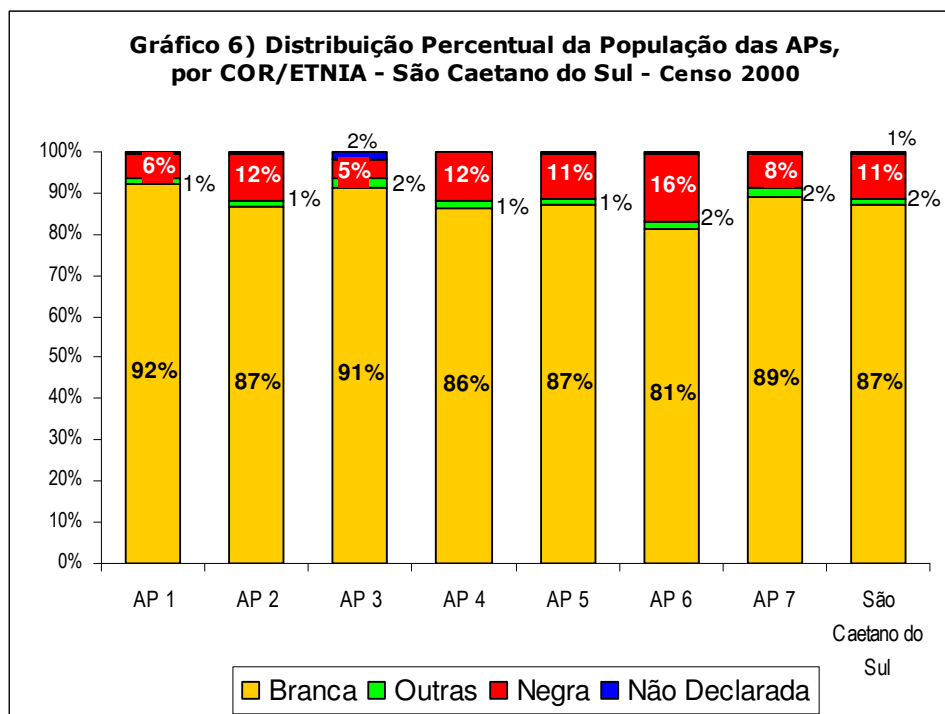
No que se refere à distribuição da população por sexo, constata-se em todas as Áreas de Ponderação predominância da população feminina, acompanhando os resultados o índice geral do Município com 53,3% e da Região do Grande ABC com 51,4%.

Cor e Etnia

A inclusão da variável COR/ETNIA é fundamental tanto para o conhecimento de suas diversidades como para o estudo das relações interétnicas. O critério de investigação do Censo 2000 foi o de autoclassificação a partir das categorias *branca, preta, parda, amarela e indígena*. Neste estudo, optou-se por agrupar as categorias *preto* e *parda* em NEGRA, o que possibilita um recorte étnico. As categorias: *amarela* e *indígena* foram agregadas em OUTRAS. Os entrevistados que se recusaram a prestar tal informação estão em NÃO DECLARADA.



O gráfico 5 destaca o município de Rio Grande da Serra com maior proporção de negros (42%), enquanto São Caetano do Sul (gráfico 6) detém proporcionalmente o maior contingente de brancos na população: 87%. Se este estudo demográfico fosse encerrado neste ponto, obter-se-ia a constatação de que, na Região do Grande ABC, as desigualdades socioeconômicas territoriais também são expressas pelo recorte racial. Ou seja, reportando-se aos resultados do IDH-M (Quadro 1), São Caetano do Sul com a pontuação de 0,919 (1º no ranking nacional) e Rio Grande da Serra: 0,764 (1472º município no ranking nacional).



Enquanto isso, pode-se analisar mais detidamente a AP 6, que detém o maior percentual de negros no município: 16%. No entanto, comparando tal resultado ao do nível regional, ainda se verifica menor proporção de negros que em Santo André, o segundo menor município de concentração de população negra na Região do Grande ABC.

Gráfico 7) Distribuição Percentual da POPULAÇÃO BRANCA por Grupos Etários nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000

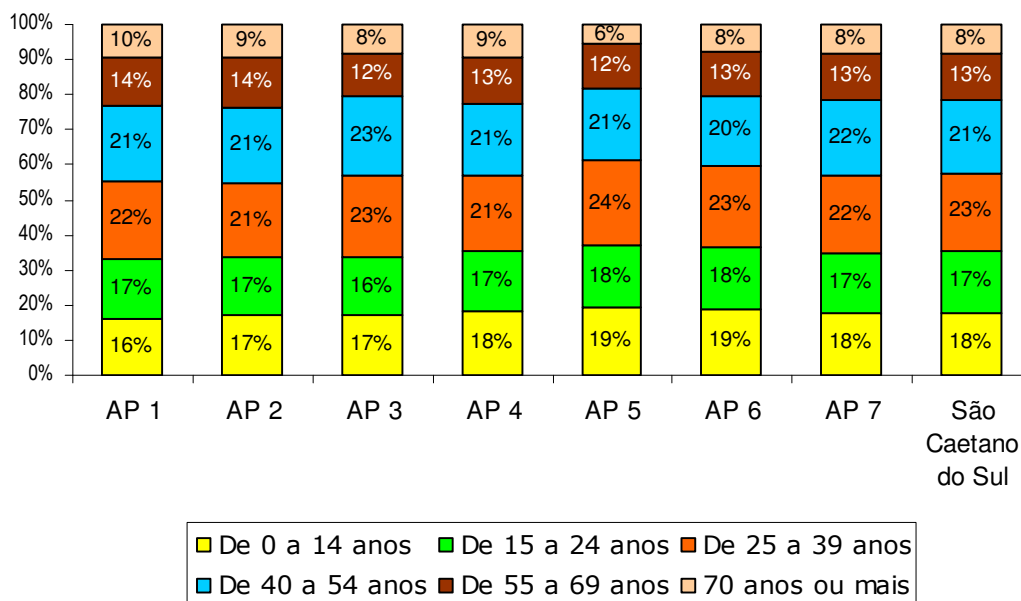
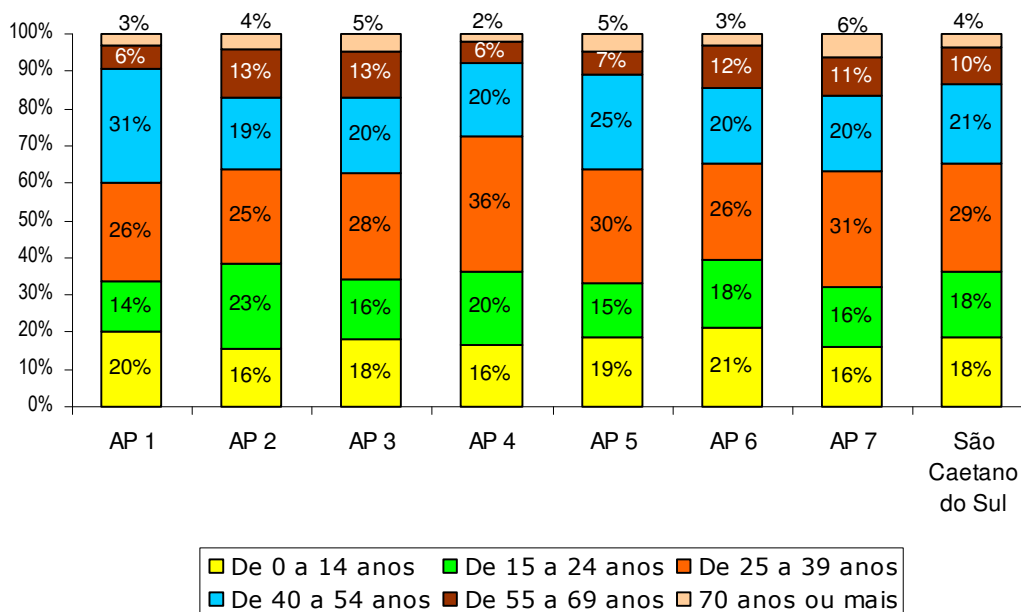


Gráfico 8) Distribuição Percentual da POPULAÇÃO NEGRA por Grupos Etários nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000



Quanto à distribuição percentual das populações branca e negra por grupos etários (gráficos 7 e 8), verifica-se uma distribuição equilibrada para a população branca. Na configuração da população negra, destaca-se a AP 4, com 36% de negros na faixa etária 25/39 anos e baixo percentual (2%) de idosos acima de 70 anos. É interessante ressaltar que os índices de negros em faixas etárias superiores são significativamente inferiores ao de brancos.

Deficiência

A deficiência é uma das variáveis mais importantes de investigação do Questionário da Amostra do Censo 2000, não apenas por detectar as condições de saúde da população, mas por mensurar o seu nível de inserção na sociedade. As estratégias de investigação da temática DEFICIÊNCIA, adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram definidas num trabalho conjunto com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), do Ministério da Justiça, considerando os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) desde a fase de planejamento do Censo Demográfico 2000.

No critério de autoclassificação, foram considerados os seguintes aspectos:

✓ Deficiência Mental Permanente

O retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível caracteriza-se por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidados pessoais, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho. Não foram consideradas como deficiência mental perturbações ou doenças mentais como autismo, neurose, esquizofrenia e psicose.

✓ Deficiência Física:

- . Tetraplegia - paralisia permanente total de ambos os braços e pernas (quadriplegia);
- . Paraplegia - paralisia permanente das pernas;

- . Hemiplegia - paralisia permanente de um dos lados do corpo;
- . Falta de membro ou de parte dele - falta de perna, braço, mão, pé, dedo polegar ou falta de parte da perna ou braço.

✓ Deficiência Visual

- a) Incapacidade de enxergar - quando a pessoa se declarou totalmente cega;
- b) Grande dificuldade permanente de enxergar - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato;
- c) Alguma dificuldade permanente de enxergar - quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

✓ Deficiência Auditiva

- a) Incapacidade de ouvir - quando a pessoa se declarou totalmente surda;
- b) Grande dificuldade permanente de ouvir - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo;
- c) Alguma dificuldade permanente de ouvir - quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade permanente de ouvir, ainda que usando aparelho auditivo.

✓ Incapacidade de Locomoção

Deficiência motora - de acordo com o grau de incapacidade motora (corrigida mediante prótese, bengala ou aparelho auxiliar, no caso de a pessoa utilizá-lo), a classificação foi:

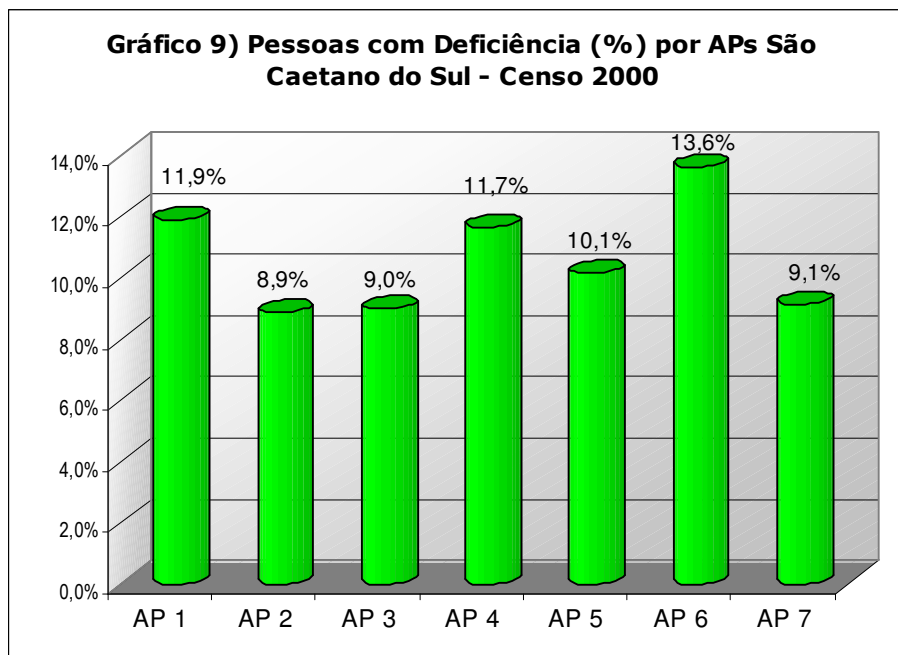
- a) Incapacidade de caminhar ou subir escadas - quando a pessoa se declarou incapaz de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, por deficiência motora;
- b) Grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas - quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar;
- c) Alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou aparelho auxiliar.

Devido aos limites do presente estudo, não se considera os graus de deficiência em toda a sua amplitude, mas apenas se constata a sua existência ou não, classificando-a.

Tabela 7) Pessoas com Deficiência (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Município	População	Com Deficiência (%)
Santo André	649 331	11,0
São Bernardo do Campo	703 177	10,1
São Caetano do Sul	140 159	10,9
Diadema	357 064	8,8
Mauá	363 392	10,7
Ribeirão Pires	104 508	12,1
Rio Grande da Serra	37 091	12,5

Fonte: Microdados do Censo 2000 Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



Comparando os resultados da Região do Grande ABC e os de São Caetano do Sul (Tabela 7 e Gráfico 9), verifica-se na AP 6 o maior índice municipal e regional: 13,6% de pessoas com deficiência.

Quadro 6) Proporção de pessoas com deficiência, segundo o tipo de deficiência, por APs., São Caetano do Sul e Região do Grande ABC - Censo 2000

	Deficiência Mental Permanente	Deficiência Física	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Incapacidade de Locomoção
AP 1	1,3%	0,7%	6,0%	4,0%	5,0%
AP 2	0,9%	0,7%	4,5%	2,7%	3,5%
AP 3	0,9%	0,5%	4,8%	2,9%	3,5%
AP 4	1,9%	0,5%	5,7%	3,9%	4,6%
AP 5	1,0%	1,1%	5,1%	3,0%	3,5%
AP 6	1,7%	1,3%	7,8%	4,0%	5,7%
AP 7	1,1%	0,8%	4,0%	3,1%	4,6%
São Caetano do Sul	1,3%	0,9%	5,6%	3,4%	4,5%
Região do Grande ABC	1,2%	0,8%	6,4%	2,7%	3,1%

Fonte: Microdados do Censo 2000

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quanto aos tipos de deficiência, destaca-se em “deficiência mental permanente” o resultado de 1,9% da AP 4 – superior aos índices municipal e regional. A AP 6, em “deficiência física” (1,3%), “deficiência visual” (7,8%) e “incapacidade de locomoção” (5,7%), situa-se bem acima dos resultados das demais APs.

O resultado geral do município de São Caetano do Sul é de 10,9% de pessoas com deficiência, aspecto que merece consideração, dada a uma tendência demográfica pautada no envelhecimento da população do município. Cabe questionar se alguns tipos de deficiência ou incapacidade decorrem de enfermidades crônicas, com maior incidência em pessoas idosas.

Néri e Soares (2004) apontam essa tendência atual da população brasileira, que, por sua vez, pode ser visualizada na cidade de São Caetano do Sul de forma mais acentuada:

...“O envelhecimento da população brasileira cria um novo quadro onde a incidência de deficiências tem estado cada vez mais relacionadas a males crônico-degenerativos, tais como hipertensão arterial, diabetes, acidentes vasculo-encefálicos, doença de Alzheimer, câncer, osteoporose e outros males que se evidenciam principalmente em pessoas de idade avançada. Concluímos que a idade é o principal elemento para o advento das deficiências e, sendo assim, as causas da deficiência em geral deveriam ser tratadas como problemas de saúde pública, ou seja, com políticas de segurança e prevenção de acidentes e doenças” (2004, p. 11).

Os percentuais destacados no Quadro 6, principalmente os índices da AP 6, merecem investigação mais acurada. É importante ressaltar que as investigações sobre deficiência advêm de autoclassificação. Esse resultado pode não refletir o agravamento das condições físicas dessa população, porém reflete, suas reais dificuldades de inserção na dinâmica da cidade – “do encontro ou desencontro da pessoa com deficiência no local onde vive”, conforme a abordagem de Luiz Soares Cruz:

“Considerando a deficiência como limitação funcional que pode ocorrer, conforme as ‘Normas’ (ONU, 1996, p. 12), por impedimento físico, intelectual ou sensorial, estabelece o conceito de deficiência como sendo uma condição da pessoa, que pode ser permanente ou transitória. Mas, por outro lado, não considera apenas este aspecto conceitual, conceitua também a palavra incapacidade como sendo a perda ou limitação de oportunidades para participar na vida da comunidade em nível de igualdade com as outras pessoas. Enfatiza as condições do ambiente e das atividades ou serviços oferecidos à população, que podem impedir ou não a participação das pessoas com deficiência, descrevendo, dessa forma, o encontro ou desencontro da pessoa com o ambiente no qual vive” (2004 p. 21).

3.2.2 COMPORTAMENTO SOCIAL

Para identificar o comportamento social da população, apresenta-se a mensuração das variáveis RELIGIOSIDADE e NUPCIALIDADE, uma vez que tanto a religião professada como os tipos de união conjugal são indicativos comportamentais.

Religiosidade

A diversidade religiosa brasileira vem aumentando nas últimas décadas, segundo informações coletadas pelo Censo 2000, que permitiram identificar maior pluralidade religiosa. A Região do Grande ABC não difere do contexto nacional no que diz respeito à religiosidade, visto que, mesmo predominando a religião católica, é possível constatar uma evolução na proporção de evangélicos, com considerável crescimento dos pentecostais²³.

Segundo Leonildo Silveira Campos (1998), que apresentou suas reflexões na VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, as profundas modificações no cenário religioso brasileiro decorrem do surgimento de novos movimentos religiosos de corte neopentecostal, outros de origem oriental e a renovação carismática na Igreja Católica.

Tabela 8) RELIGIOSIDADE (%) da população dos municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC - Censo 2000

	Sem religião	Católica	Espírita	Evangélica Pentecostal	Evangélica Tradicional	Religiões Afras	Religiões ORIENTAIS	Não determinada	Outras	POPULAÇÃO (a partir de 10 anos de idade)
Santo André	6,5%	70,2%	2,8%	12,8%	6,0%	0,3%	0,5%	0,6%	0,2%	552.571
São Bernardo do Campo	6,9%	70,5%	3,2%	11,7%	5,5%	0,4%	0,9%	0,5%	0,4%	584.609
São Caetano do Sul	5,0%	76,3%	3,9%	6,5%	6,4%	0,6%	0,6%	0,4%	0,3%	124.792
Diadema	9,0%	68,9%	1,2%	12,9%	5,8%	0,4%	0,7%	0,6%	0,5%	289.522
Mauá	8,2%	67,1%	0,9%	16,9%	5,7%	0,2%	0,3%	0,4%	0,2%	293.058
Ribeirão Pires	7,3%	69,5%	1,9%	13,3%	6,3%	0,2%	0,7%	0,7%	0,1%	87.010
Rio Grande da Serra	7,4%	65,7%	0,5%	19,8%	5,2%	0,2%	0,7%	0,4%	0,1%	29.410

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Na tabela 8, é possível constatar que, na Região do Grande ABC, São Caetano do Sul é o município com maior proporção de católicos (76,3%) e apresenta o menor índice de pessoas sem religião (5%). Registra-se também o menor percentual de evangélicos pentecostais (6,5%), enquanto em Rio Grande da Serra encontra-se o maior índice (19,8%) de pentecostais. Paradoxalmente, em São Caetano do Sul,

²³ Nessa categoria estão também incluídas as novas denominações religiosas, em franca expansão, como: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja da Graça, Renascer em Cristo (classificadas como Evangélica Pentecostal), que utilizam os apelos mais diretos às necessidades objetivas dos fiéis, como também a mídia televisiva.

município com menor proporção de negros, verifica-se o maior índice de seguidores de Religiões Afras (0,6%).

Campos também aponta alguns fatores como determinantes do crescimento das religiões neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus: “crescimento da pobreza urbana, medo do dissenso social, incerteza na manutenção do emprego, violência.” Outra estratégia é a “fórmula que prevê cura-exorcismo-prosperidade como ‘solução’ para todos os problemas humanos” (1998, mimeo).

Dessa forma, deduz-se que não é casualidade ocorrerem em São Caetano do Sul – o município com os melhores indicadores socioeconômicos – os menores índices de adesão às religiões pentecostais. É possível que a vulnerabilidade ao apelo das religiões neopentecostais seja menor no Município onde os moradores apresentam uma situação econômica e educacional privilegiada, ocasionando assim a maior proporção de adeptos de religiões afro-brasileiras²⁴.

Quadro 7) RELIGIOSIDADE da população (a partir de 10 anos de idade) por AP - São Caetano do Sul - Censo 2000

Áreas de Ponderação	Sem religião	Católica	Espírita	Evangélica Pentecostal	Evangélica Tradicional	Religiões Afras	Religiões ORIENTAIS
AP 1	4,3%	80,6%	5,2%	3,5%	5,1%	0,5%	0,6%
AP 2	4,4%	75,9%	2,7%	6,3%	7,7%	0,6%	0,9%
AP 3	4,4%	76,9%	5,1%	5,6%	6,0%	0,6%	0,5%
AP 4	4,5%	76,9%	3,5%	7,7%	5,3%	0,9%	0,7%
AP 5	5,1%	76,1%	3,7%	5,6%	8,3%	0,4%	0,8%
AP 6	6,3%	72,9%	3,0%	9,1%	7,0%	0,7%	0,8%
AP 7	4,7%	78,0%	4,8%	5,1%	6,5%	0,6%	0,2%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quanto à distribuição dos adeptos das diferentes religiões pelo Município, o maior contingente de católicos está na AP 1 (80,6%). Os evangélicos tradicionais têm a maior concentração na AP 5 (8,3%) e os evangélicos pentecostais o maior índice na AP 6 (9,1%). Para a religião afro-brasileira, o resultado mais expressivo está na AP 4 (0,9%) e, para os “sem religião”, na AP 6 (6,3%).

Nupcialidade

Na variável *nupcialidade*, muitas alterações metodológicas foram introduzidas ao longo dos censos demográficos brasileiros para que houvesse melhor identificação

²⁴ As religiões afro-brasileiras são alvos da “guerra santa” apregoada pelas religiões neopentecostais.

do comportamento da nossa sociedade²⁵. O Censo 2000 investigou tanto o estado civil²⁶ quanto o estado conjugal²⁷ das pessoas a partir de 10 anos de idade. Neste estudo optou-se por considerar a faixa etária de 15 anos de idade ou mais, por ser mais condizente com a região pesquisada.

Tabela 9) Estado Civil da População (a partir de 15 anos de idade) dos municípios da REGIÃO DO GRANDE ABC - Censo 2000

Municípios	Casado(a)	Separado(a) ou Divorciado(a)	Solteiro(a)	Viúvo(a)	POPULAÇÃO (a partir de 15 anos de idade)
Santo André	47,9%	5,4%	40,6%	6,1%	497.481
São Bernardo do Campo	47,8%	5,4%	42,1%	4,7%	520.918
São Caetano do Sul	47,8%	5,8%	38,4%	7,9%	115.105
Diadema	43,4%	4,8%	47,9%	4,0%	255.500
Mauá	47,8%	4,7%	43,2%	4,3%	256.527
Ribeirão Pires	49,0%	5,5%	40,5%	5,0%	77.170
Rio Grande da Serra	45,0%	5,1%	45,8%	4,1%	25.700

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

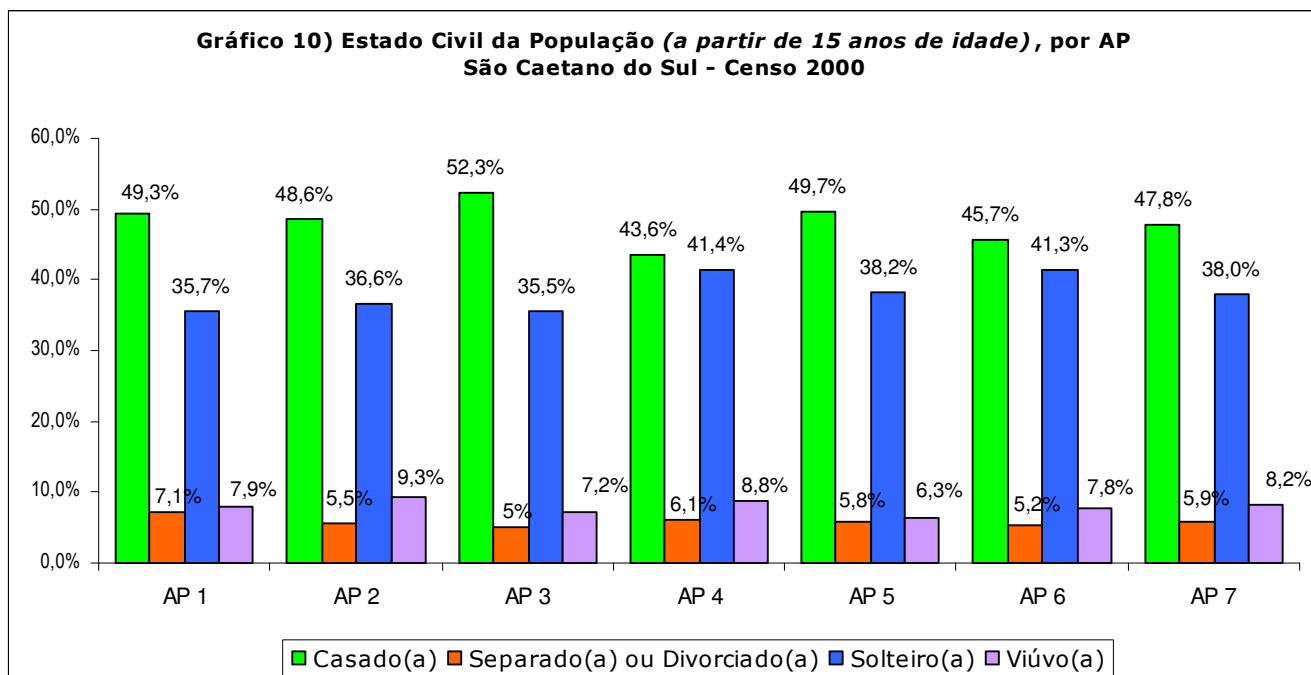
No estado civil *casado (a)* verifica-se um equilíbrio nos principais municípios da Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul). No entanto, São Caetano do Sul apresenta o maior percentual entre os separados/divorciados (5,8%) e viúvos (7,9%), porém o menor índice de solteiros (38,4%).

Nas categorias *separados/divorciados* e *viúvos*, São Caetano do Sul apresenta os índices mais expressivos da Região. É possível que tais resultados tenham sido propulsados por mulheres que, ao dissolverem a união ou enviuvarem, tendem a não contrair nova união.

Nos resultados desagregados por Áreas de Ponderação (gráfico 10), destacam-se os casados (52,3%) na AP 3, os separados (7,1%) na AP 1, os solteiros (41,4%) e viúvos (8,8%), ambos na AP 4.

²⁵ No censo anterior (1991) foi mensurado apenas o estado conjugal da população.

²⁶ ESTADO CIVIL é referente à condição jurídica de uma pessoa em relação ao matrimônio (solteiro, casado, divorciado ou viúvo). ESTADO CONJUGAL abrange a condição de coabitação, independentemente de sua formalização.



Com relação à nupcialidade, foi investigado ainda o estado conjugal daqueles que apresentam estado civil de solteiros, uma vez que os novos arranjos familiares não estão mais circunscritos à condição civil.

Em São Caetano do Sul, encontra-se o maior número de solteiros que nunca viveram em união consensual de toda a Região do Grande ABC.

Quadro 8) Situação Conjugal dos SOLTEIROS residentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

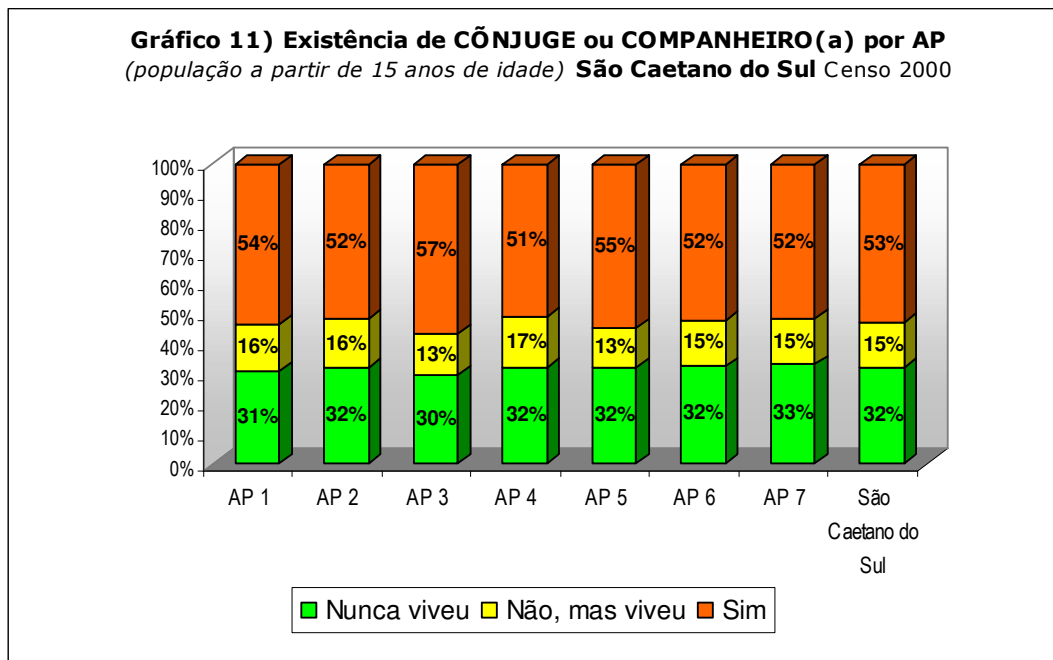
Municípios	Atualmente em UNIÃO CONSENSUAL	NUNCA viveram em UNIÃO CONSENSUAL	JÁ VIVERAM em UNIÃO CONSENSUAL
Santo André	19,3%	75,4%	5,3%
São Bernardo do Campo	21,9%	71,9%	6,2%
São Caetano do Sul	12,6%	82,6%	4,8%
Diadema	28,9%	63,3%	7,8%
Mauá	26,7%	67,0%	6,3%
Ribeirão Pires	19,1%	74,7%	6,2%
Rio Grande da Serra	29,4%	63,2%	7,3%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

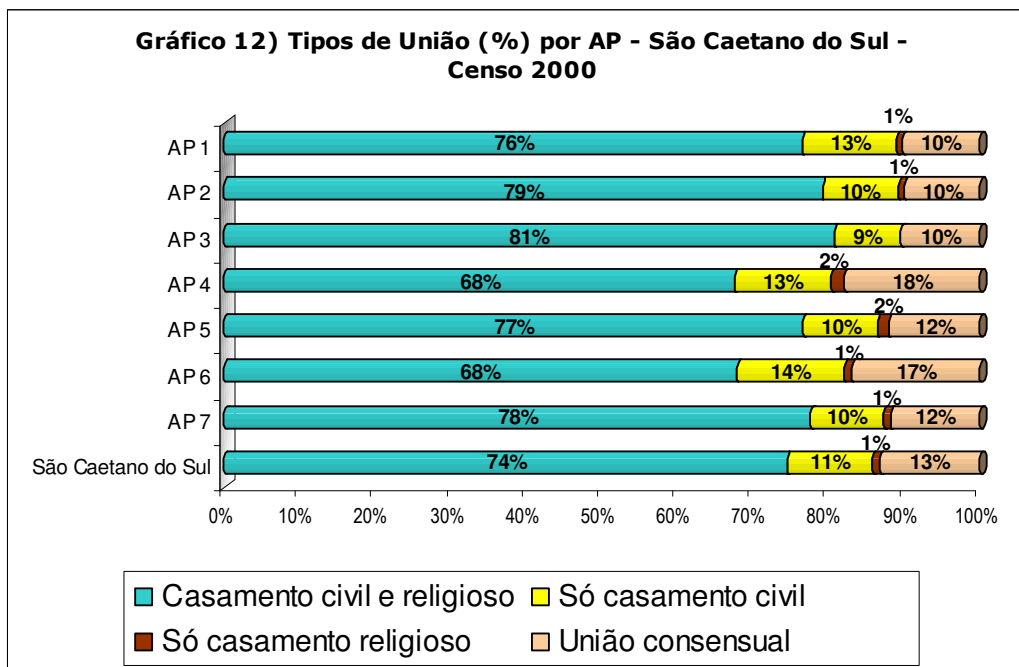
Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

No que diz respeito ao comportamento conjugal, pode-se caracterizar a população de São Caetano do Sul como conservadora, levando em consideração os dados do Quadro 8, relacionado ao gráfico 11, porque mesmo investigando o estado conjugal dos solteiros por AP, os números entre as APs mantêm certa regularidade – em torno de 50% da população de cada área – não se encontrando, nesse caso, disparidades gritantes dentro do Município.

Os dados apresentados no gráfico 12 reforçam a interpretação do comportamento conservador da população geral da cidade, visto que, de forma também regular, cerca de 80% da população optou por uma união conjugal ratificada pelo casamento civil e religioso, forma mais tradicional de matrimônio.



Pode-se ainda ressaltar que o número de casamentos apenas religiosos é muito pequeno (em torno de 1 a 2% da população em todas as APs), o que também indica preocupação pela regularização contratual da condição do estado civil.



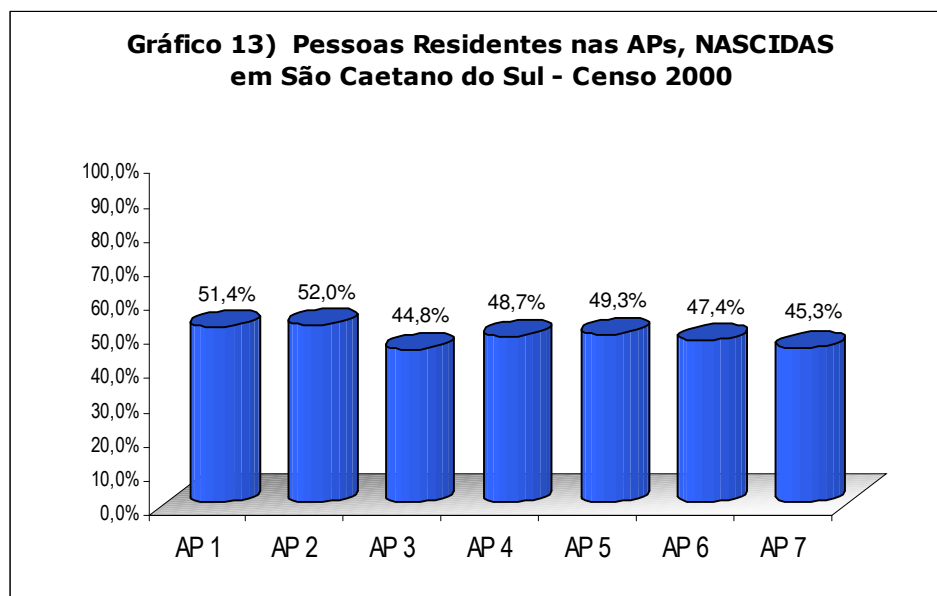
3.2.3 MOVIMENTO POPULACIONAL

Migração

A investigação sobre os movimentos da população é essencial na elaboração de um perfil demográfico, já que, ao detectar os movimentos migratórios locais e sua origem, é possível delinear melhor a dimensão tanto das demandas como das particularidades culturais dessa população.

O Censo Demográfico 2000, ao produzir o Questionário da Amostra, abordou três aspectos da migração: lugar de nascimento, lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual, e lugar de residência em 31/07/95 (correspondente aos cinco anos antes da data de referência do censo).

Como se verifica no gráfico 13, dos 140.159 habitantes de São Caetano do Sul, em 2000, 48,2% são naturais do Município. Essa média, em torno de 50%, se mantém nas sete Áreas de Ponderação em que se dividiu o município, concentrando-se na AP 2 o maior número de nascidos na cidade (52%) e na AP 3 o menor índice: 44,8%.



Quadro 9) Proporção da População dos municípios da Região do Grande ABC por UF de origem (exceto SP) - Censo 2000

	Alagoas	Bahia	Ceará	Minas Gerais	Paraíba	Paraná	Pernambuco	Piauí	Sergipe	OUTRO PAÍS
Santo André	1,1%	4,6%	1,2%	4,8%	1,1%	3,2%	4,8%	1,1%	0,6%	1,2%
São Bernardo do Campo	1,0%	6,1%	3,2%	6,5%	2,7%	2,7%	4,4%	1,6%	0,4%	1,1%
São Caetano do Sul	0,5%	3,0%	0,7%	3,1%	1,8%	1,7%	3,6%	1,0%	0,2%	2,6%
Diadema	1,7%	9,3%	4,7%	8,6%	2,3%	2,3%	6,4%	1,3%	0,6%	0,4%
Mauá	2,2%	7,0%	2,0%	6,7%	1,7%	4,2%	6,8%	2,5%	0,8%	0,4%
Ribeirão Pires	1,2%	5,7%	2,2%	5,6%	1,5%	3,1%	4,2%	1,1%	0,9%	0,9%
Rio Grande da Serra	2,8%	6,2%	1,5%	9,4%	1,5%	2,2%	6,1%	1,3%	1,9%	0,4%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quadro 10) Proporção da População das APs - São Caetano do Sul - UF de origem (exceto SP) - Censo 2000

	Alagoas	Bahia	Ceará	Minas Gerais	Paraíba	Paraná	Pernambuco	Piauí	Sergipe	OUTRO PAÍS
AP 1	0,8%	1,2%	0,1%	2,5%	1,7%	1,4%	3,0%	1,1%	0,2%	2,3%
AP 2	0,5%	2,4%	0,6%	2,4%	1,5%	2,0%	3,5%	0,3%	0,1%	2,0%
AP 3	0,5%	1,8%	0,8%	2,5%	0,9%	1,7%	2,4%	0,3%	0,2%	3,2%
AP 4	0,2%	3,4%	0,4%	4,2%	2,2%	1,9%	2,7%	2,4%	0,2%	2,4%
AP 5	0,2%	2,3%	0,8%	3,1%	2,5%	1,5%	2,7%	1,7%	0,1%	1,7%
AP 6	0,6%	4,6%	1,3%	3,8%	1,7%	1,6%	5,5%	0,8%	0,1%	2,3%
AP 7	0,5%	3,3%	0,5%	2,6%	1,7%	1,6%	3,6%	0,4%	0,2%	3,8%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

De acordo com o quadro 9, que apresenta os migrantes residentes na Região do Grande ABC e suas Unidades da Federação de origem (exceto os nascidos no Estado de São Paulo), os menores índices registrados estão em São Caetano do Sul.

Com relação ao quadro 10, visualiza-se uma análise desagregada do município de São Caetano do Sul por APs, pela qual se detectam algumas especificidades, como no caso da AP 6, que concentra maior porcentagem de migrantes nordestinos e mineiros (18,4%), com resultados próximos aos de Santo André com 19,4%. Já a AP 7 concentra o maior contingente de imigrantes: 3,8%.

Milton Santos ressalta que “o deslocamento desses milhares de indivíduos para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria das condições de vida” (2001, 41). A Região do Grande ABC, pela concentração industrial, atraiu (principalmente nas décadas de 1970 e 1980) grande fluxo de migrantes.

Outras modalidades de migração vêm sendo detectadas nos grandes centros urbanos: são as “migrações de retorno” e “migrações no sentido urbano-rural”, vale dizer o retorno dos migrantes para seu local de origem (Patarra, 2003).

Tais categorias merecem atenção, uma vez que são indícios de inversão de fluxos migratórios. Nesse aspecto, o quadro 11 contempla (em números absolutos) as pessoas que residiam em São Caetano do Sul em 1995 e o seu atual Estado de residência²⁸.

Quadro 11) População Residente em São Caetano do Sul em Jul/95 e sua residência atual por UF - Censo 2000

UF de RESIDÊNCIA	PESSOAS
Alagoas	8
Bahia	255
Ceará	54
Minas Gerais	547
Paraíba	213
Paraná	530
Pernambuco	287
Piauí	141
Sergipe	25
Total	2.060

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Levando em consideração tal aspecto, pode-se detectar em São Caetano do Sul que 2.060 pessoas deixaram a cidade no período de 1995 a 2000, retornando para seu Estado de origem.

²⁸ Optou-se por considerar as UF contempladas nas análises anteriores (quadros 9 e 10).

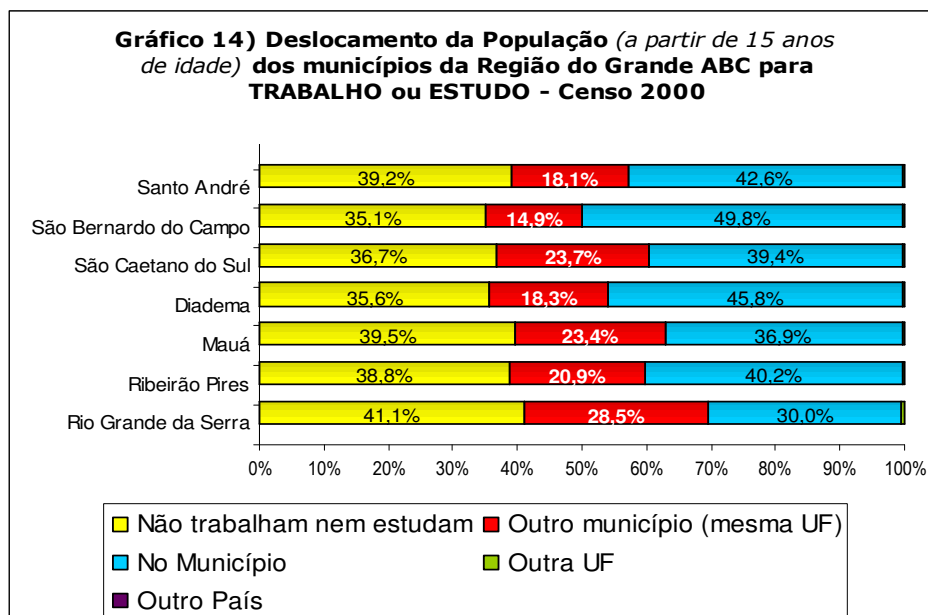
Deslocamento

As pesquisas sobre movimento pendular²⁹ - *deslocamento diário das pessoas de casa para os respectivos locais de trabalho ou de estudo* – constituem informação fundamental para as atividades de planejamento local e regional, fornecendo um indicador seguro sobre a integração funcional entre localidades.

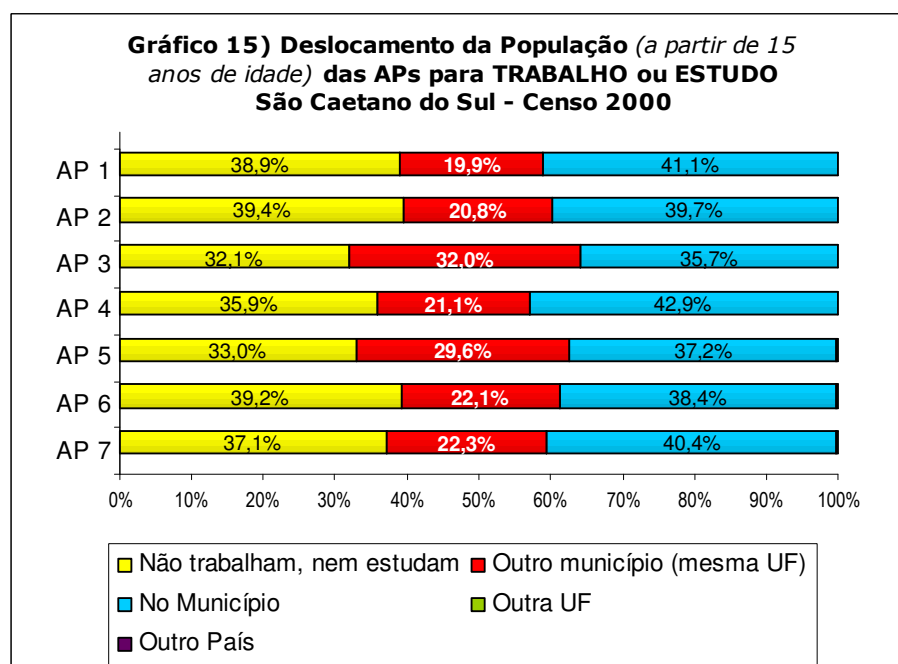
O conhecimento da intensidade desses fluxos, além de facilitar a racionalização dos sistemas de transportes, permite melhorar a qualidade de vida das populações pela redução dos custos de transporte, do tempo gasto nos deslocamentos e diminuição dos níveis de poluição, entre outros. A utilização desse indicador como uma das medidas de integração funcional entre áreas permite, ademais, agregar numa única área residências, locais de trabalho e estudo. A integração entre as diferentes localidades que compõem uma área metropolitana se faz por diversos tipos de fluxos (bens, comunicação, pessoas, serviços), que apontam o nível de coesão funcional entre essas áreas. Ao que Milton Santos enfatiza:

“Cresce a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas, ordens e, sobretudo, dinheiro. E esses fluxos exigem novamente uma importante infra-estrutura para se concretizarem. Cada pedaço do território, por menor que seja, exige um número crescente de fluxos. É o aumento da arena e o aumento da área de produção” (2001, 132).

²⁹ Censo Demográfico 2000 – Migração e Deslocamento, IBGE, 2003 p. 64.



Considerando esses fluxos, o gráfico 14 revela que, ao contrário do que se presume, São Caetano do Sul é um dos municípios da Região do Grande ABC com maior taxa de deslocamento de pessoas para outro município (23,7%), superado apenas por Rio Grande da Serra (28,5%).



Analisada a mesma situação de forma desagregada, percebe-se, no gráfico 15, que o maior índice de deslocamento para outro município é de 32%, na AP 3, superando o resultado mais elevado (Rio Grande da Serra, 28,5%) de toda a Região do Grande ABC.

OBS: Convém ressaltar que os dados referentes à população que não estuda e não trabalha (gráficos 14 e 15) não serão comentados, uma vez que aí se incluem as pessoas aposentadas e, portanto, não reflete diretamente a situação de desemprego.

3.2.4 EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, as estatísticas sobre Educação no Brasil, produzidas pelo IBGE, têm fornecido importantes indicadores, em condições de caracterizar melhor a população brasileira. As informações sobre alfabetização foram investigadas sistematicamente desde 1950, o que possibilitou a construção de séries históricas pelos quais se acompanha o grau de desenvolvimento dos diversos segmentos etários da população.

As estatísticas educacionais são de extrema importância, tanto para detectar as demandas por educação nas esferas federal, estadual e municipal, como para subsidiar as políticas específicas. Além disso, em certa medida, também dimensionam a qualidade dos serviços prestados.

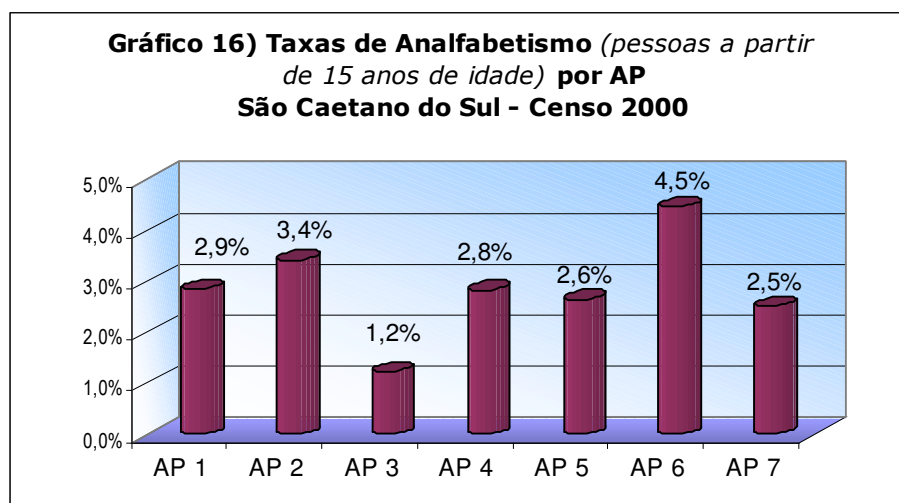
As recentes mudanças no sistema educacional brasileiro, decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), e a contextualização do Brasil no âmbito do Mercosul exigem constante atualização dos dados por parte do IBGE. Apesar de o Censo Demográfico 2000 ter mensurado a alfabetização para pessoas acima de 5 anos de idade, neste estudo optou-se por focar o analfabetismo³⁰ a partir dos 15 anos de idade, por considerarmos este grupo etário o mais indicado para detectar os níveis de exclusão educacional.

³⁰ Considerou-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquelas pessoas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram ou as que apenas assinavam o próprio nome foram consideradas analfabetas.

Quadro 12) Taxas de Analfabetismo (população a partir de 15 anos de idade) dos municípios da Região do Grande ABC

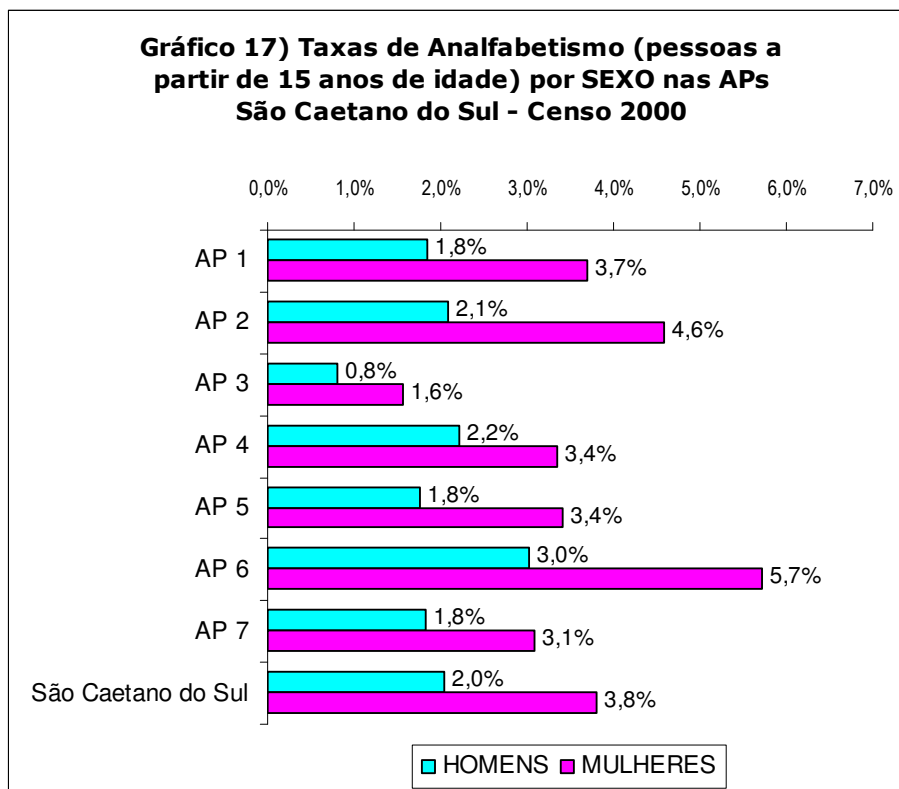
Municípios	Taxas de Analfabetismo
Santo André	4,5%
São Bernardo do Campo	5,0%
São Caetano do Sul	3,0%
Diadema	6,8%
Mauá	6,6%
Ribeirão Pires	5,4%
Rio Grande da Serra	8,4%

Fonte: IBGE - Censo 2000



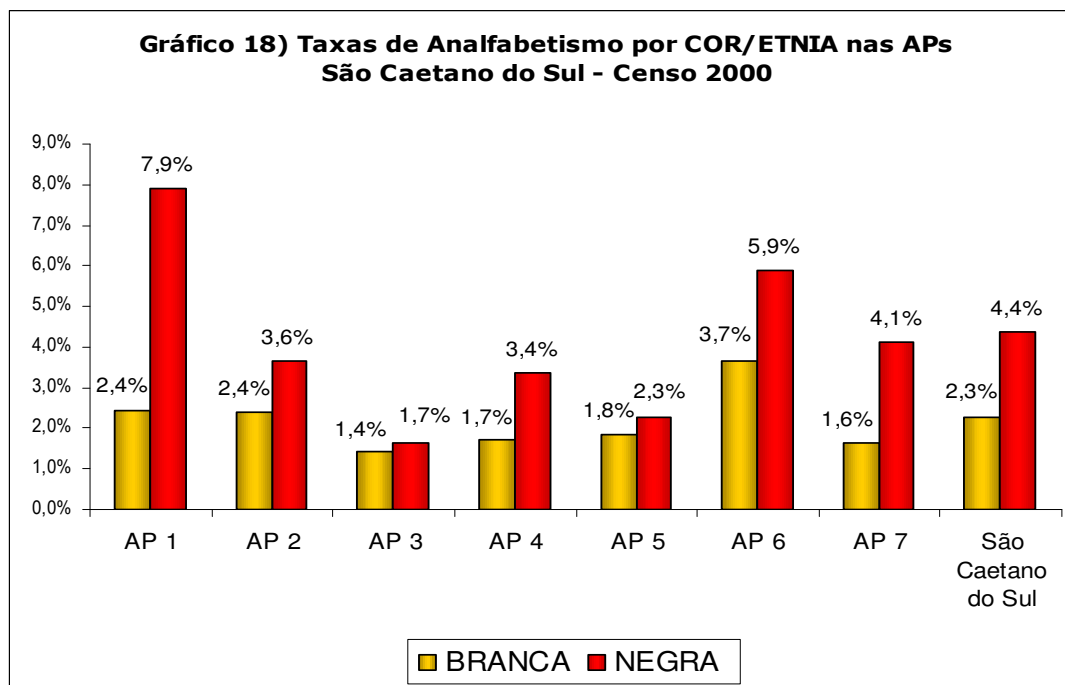
São Caetano do Sul apresenta o melhor resultado da região, com uma taxa de 3% de analfabetos na população a partir de 15 anos de idade. Todavia, numa leitura intramunicipal (gráfico 16), é possível constatar disparidades internas.

Enquanto a AP 3 apresenta a ínfima taxa de analfabetismo de 1,2%, a AP 6 ostenta um resultado superior à média geral da cidade: 4,5% de analfabetos (índice equivalente ao do município de Santo André).



Quanto às taxas de analfabetismo por sexo (gráfico 17), verificam-se diferenças significativas entre homens e mulheres, com maior preponderância de analfabetismo na população feminina. O IBGE atribui tais disparidades ao maior acesso, até a década de 1960, dos homens à escola, cumprindo as etapas de escolarização em graus mais avançados.

A diferença de analfabetismo entre os sexos permanece tanto na AP 3 – detentora dos menores índices – quanto na AP 6 que apresenta os resultados menos positivos – tendência também evidente no resultado geral do Município: 2% de analfabetos do sexo masculino e 3,8% do sexo feminino.



Ao verificarmos a condição de alfabetização (gráfico 18) com recorte de cor e etnia, é possível constatar que é a população negra que concentra o maior percentual de analfabetos, tanto em nível desagregado (APs) como no resultado geral do Município.

O Gráfico 18 traz resultados surpreendentes nas taxas de analfabetismo entre a população negra, tais como as demonstradas na AP 1, com 7,9%, aproximando-se do índice de Rio Grande da Serra, que detém a pior marca da região (8,4%) nos resultados gerais.

Beltrão e Novellino (2002) destacam as principais tendências dos estudos sobre as questões raciais no Brasil: a) uns acreditam numa democracia racial, ou seja, na inexistência do preconceito de cor/etnia. Nessa perspectiva, a condição de desigualdade dos negros em relação aos brancos pode ser atribuída à ausência de oportunidades de educação e à pobreza, conseqüências da escravatura; b) a tendência que vincula questões raciais a questões de classe social, subordinando a primeira à segunda. De acordo com essa tendência, o preconceito seria muito mais

social que racial; c) os que defendem que cor/etnia é fator determinante na condição social dos indivíduos. Ao que acrescentam:

“Independentemente da tendência esposada, retratar a situação diferenciada do nível de alfabetização dos negros e pardos vis-à-vis ao de outras raças é um ponto de partida para compreender a extensão das clivagens sociais existentes no País” (2002 p. 8).

De qualquer maneira, o que se verifica no Brasil e em São Caetano do Sul – o município detentor da melhor pontuação no IDH-M – é um hiato entre a condição socioeconômica das pessoas e sua etnia, visto que, conforme mostra o gráfico 18, mesmo no nível mais elementar da educação, que é a alfabetização, a desigualdade racial ainda permanece.

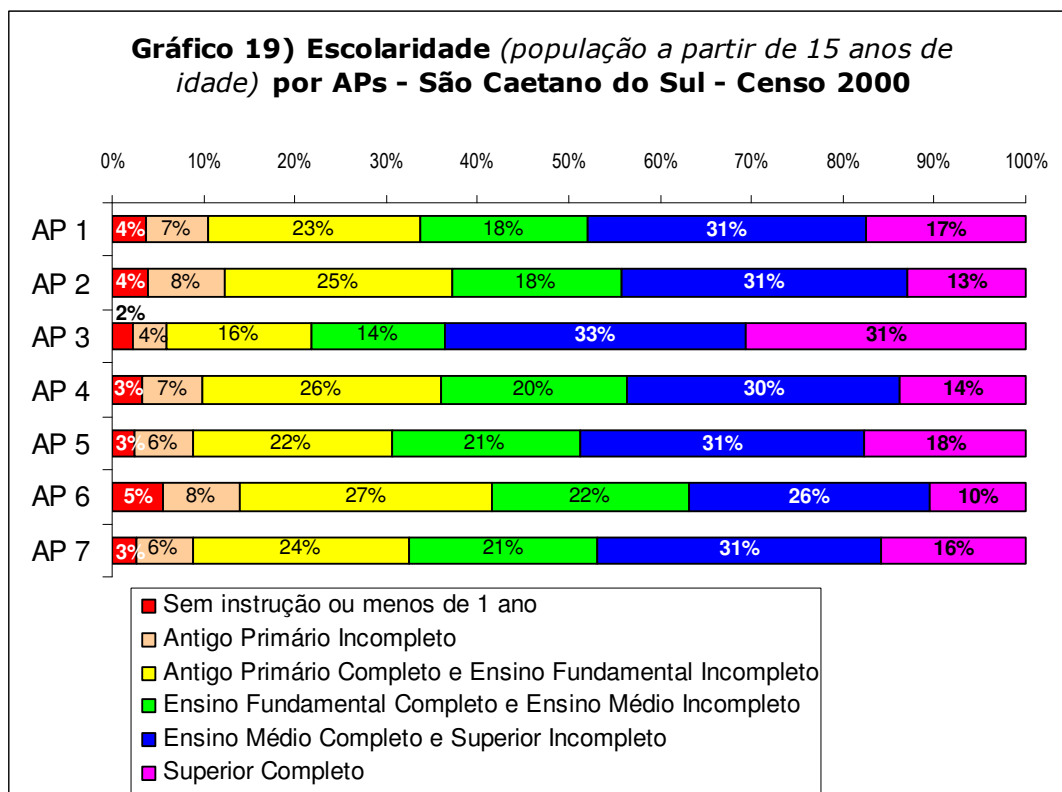
Nos resultados por escolaridade contemplados a seguir (Quadro 13 e Gráfico 19), verifica-se ainda nos municípios da Região do Grande ABC, exceto em São Caetano do Sul, pequena predominância de pessoas com “antigo primário completo e ensino fundamental incompleto”. Convém salientar, porém, que o percentual de “ensino médio completo e superior incompleto” é significativo em alguns municípios, apresentando-se em São Caetano do Sul como o grau de escolaridade com maior índice: 29,9%. Em São Caetano do Sul, a categoria “ensino superior” registra o melhor resultado do ABC (16,1%). Entretanto, na maioria das Aps, a escolaridade predominante é “ensino médio completo e superior incompleto”, com exceção da AP 6, na qual a maior incidência (27%) é de pessoas com “antigo primário completo e ensino fundamental incompleto”.

Quadro 13) ESCOLARIDADE da População (a partir de 15 anos de idade) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

MUNICÍPIO	Sem instrução ou menos de 1 ano	Antigo Primário Incompleto	Antigo Primário Completo e Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo	Não determinado
Santo André	4,8%	8,5%	28,7%	22,4%	26,5%	8,7%	0,4%
São Bernardo do Campo	5,0%	8,6%	27,9%	22,5%	27,1%	8,6%	0,3%
São Caetano do Sul	3,6%	6,8%	23,8%	19,5%	29,9%	16,1%	0,3%
Diadema	7,0%	11,1%	35,0%	24,9%	19,1%	2,5%	0,4%
Mauá	6,2%	11,6%	35,9%	24,2%	19,1%	2,5%	0,6%
Ribeirão Pires	5,8%	8,4%	30,9%	23,0%	26,4%	5,0%	0,6%
Rio Grande da Serra	8,4%	13,9%	35,8%	22,8%	17,5%	1,3%	0,3%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



Convém ressaltar que, mesmo nas APs que vêm apresentando os piores índices do Município, os níveis de escolaridade da população ainda são superiores aos da Região, sobretudo no que diz respeito ao percentual de pessoas com curso superior completo.

Contudo, retomando os dados de emigração apontados no Quadro 3 (Local de Residência de Pessoas Nascidas em São Caetano do Sul) e a questão imobiliária já discutida, percebe-se que o Município, de certa forma, expeliu as pessoas com baixa escolaridade, visto que esse segmento populacional também apresenta baixos índices de renda e, conseqüentemente, mudaram-se para outras localidades da Região.

Nesse ponto, cabe ressaltar que os indicadores de educação compõem a pontuação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Portanto, considerando todos os dados apresentados até o momento, percebe-se que, em São Caetano do Sul, os bons indicadores de educação resultaram da conjugação de diferentes

fatores, nem sempre positivos, diante de uma análise desagregada do Município, que busca as relações intra-urbanas.

Nesse sentido é que este estudo sugere que a análise intra-urbana de uma cidade se coloque a serviço dos processos de planejamento e gestão dos municípios, para, como no caso de São Caetano do Sul, rever o “mito” da cidade de “Primeiro Mundo” e de “melhor qualidade de vida” do País, que se sustenta nas propagandas que divulgam o IDH-M nº 1, sem questionamento das condições socioeconômicas mais imbricadas no interior do município.

3.2.5 ATIVIDADE ECONÔMICA DA POPULAÇÃO

No Censo 2000, a investigação da variável “trabalho” incluiu pessoas a partir de 10 anos de idade, classificadas em dois segmentos: “pessoas economicamente ativas”³¹ e “pessoas não-economicamente-ativas”.

Tabela 10) População Economicamente Ativa (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (10 anos de idade ou mais)	PEA
Santo André	552.571	58,4%
São Bernardo do Campo	584.609	61,1%
São Caetano do Sul	124.792	59,0%
Diadema	289.522	62,4%
Mauá	293.058	57,8%
Ribeirão Pires	87.010	58,3%
Rio Grande da Serra	29.410	55,8%

Fonte: Microdados do Censo 2000 Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

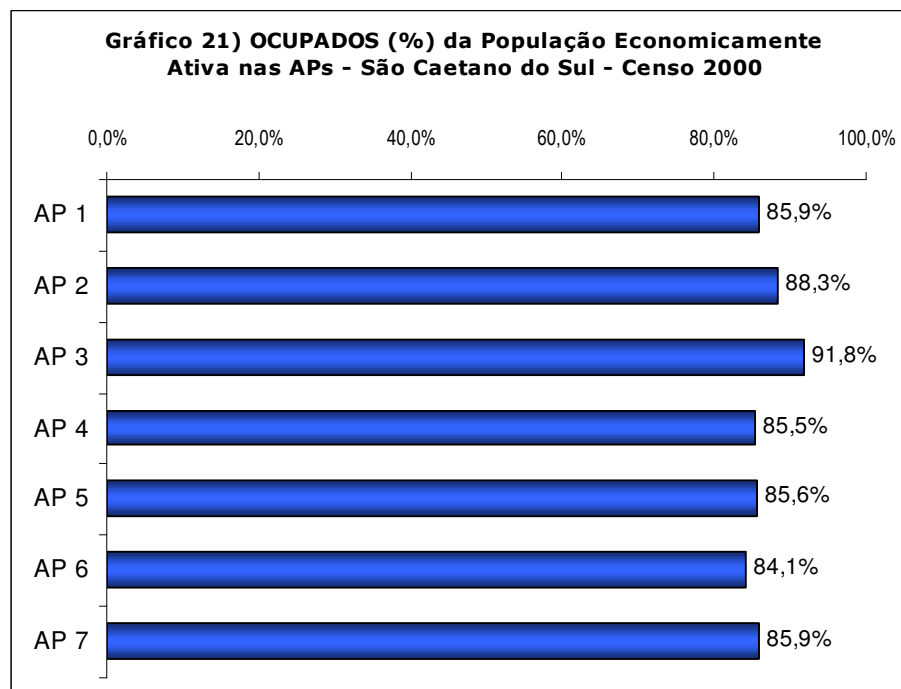
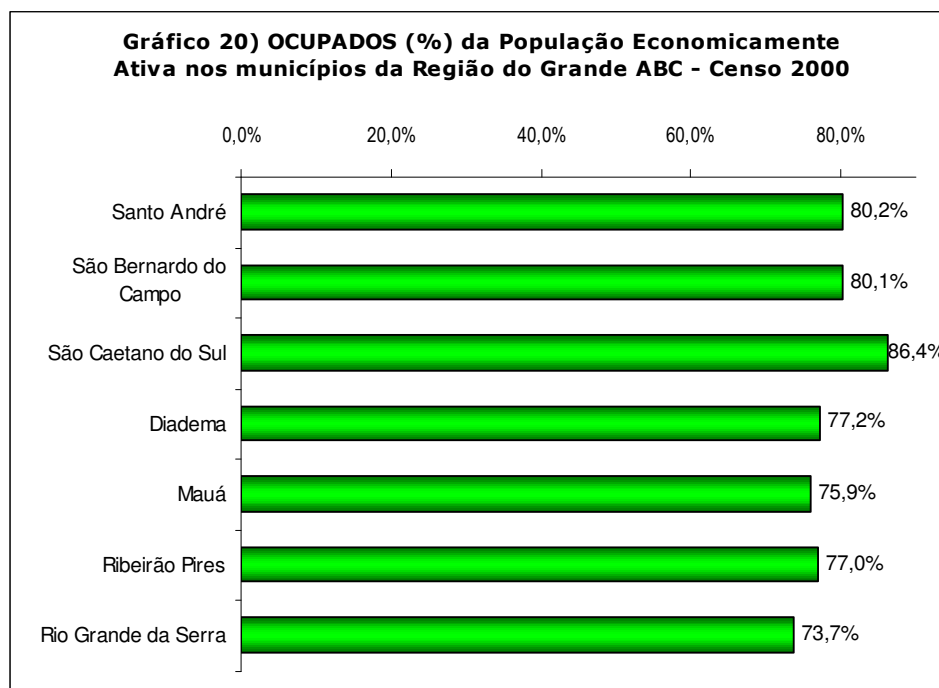
Tabela 11) População Economicamente Ativa (%) nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000

Áreas de Ponderação	POPULAÇÃO (10 anos de idade ou mais)	PEA
AP 1	14.438	57,7%
AP 2	12.817	55,8%
AP 3	13.881	58,9%
AP 4	17.221	60,4%
AP 5	17.228	62,0%
AP 6	27.931	58,5%
AP 7	22.370	58,8%

Fonte: Microdados do Censo 2000 Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

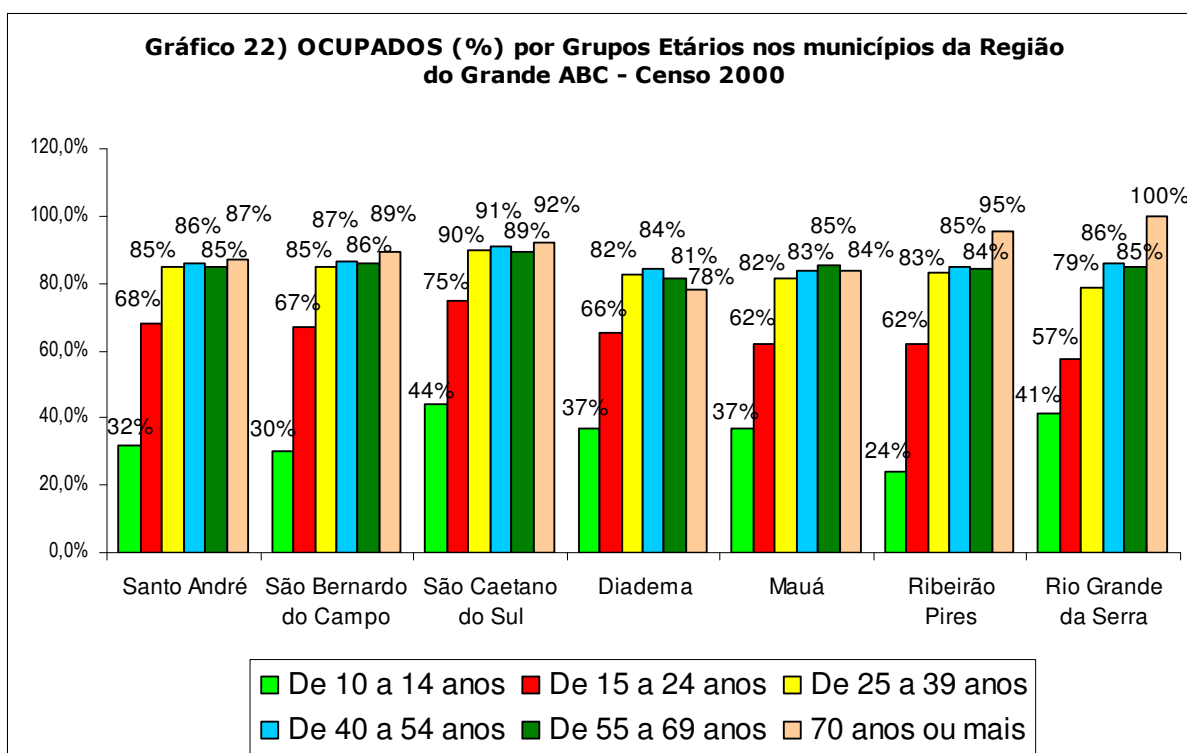
³¹ POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: pessoas (a partir de 10 anos de idade) que declararam ter algum trabalho ou estar à procura de uma ocupação.

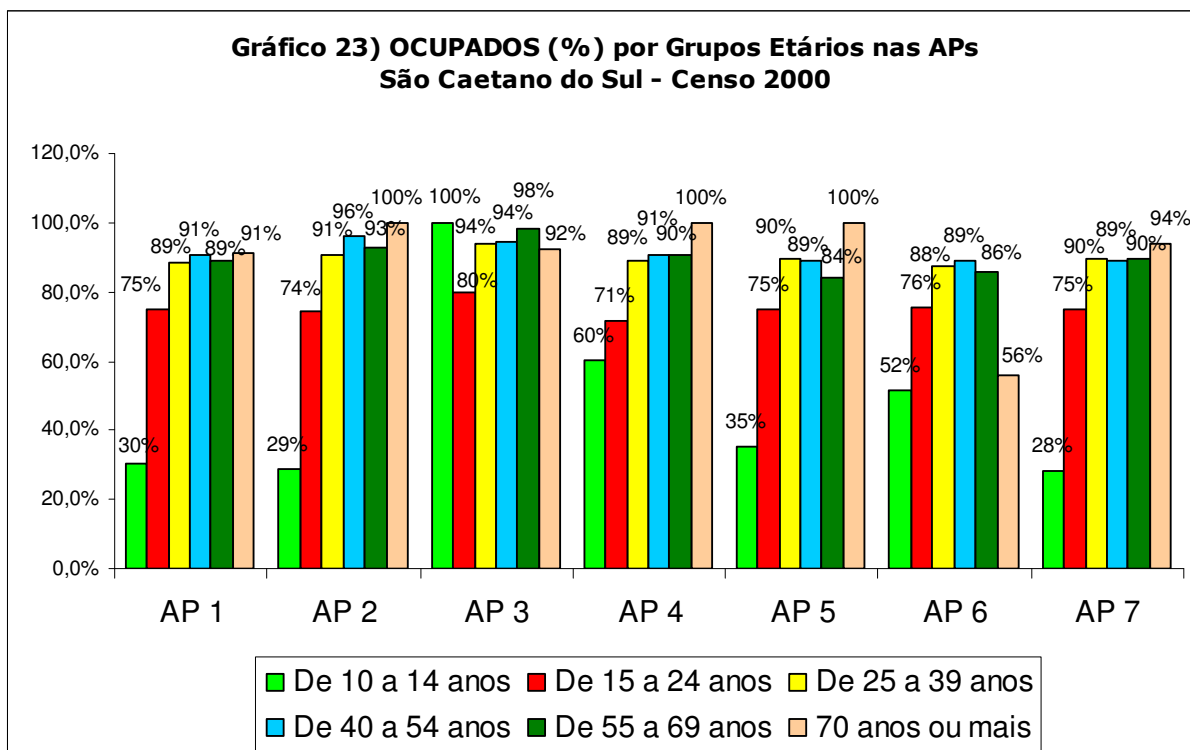
Da população economicamente ativa (PEA), receberam a classificação de OCUPADAS as pessoas que tinham trabalho em tempo integral ou parcial na semana de referência. Incluíram-se ainda como ocupadas as pessoas em férias, licença ou greve.



Em âmbito regional, o gráfico 20 destaca o município de São Caetano do Sul como o de maior incidência de “ocupados”: 86,4%. Já nos resultados por Áreas de Ponderação (gráfico 21), o melhor índice está na AP 3, com 91,8% da PEA exercendo alguma ocupação. Por outro lado, a AP 6 registra a menor proporção (84,1%), o que significa que 15,9% das pessoas economicamente ativas estavam sem trabalho algum. Entretanto, tal resultado ainda é melhor que o registrado pelo município de Santo André (80,2%), que apresenta um dos menores índices da Região do Grande ABC.

Quanto aos grupos etários, as pessoas ocupadas apresentam a seguinte distribuição:





No que se refere à contribuição previdenciária dos “ocupados” – quadros 14 e 15 – verifica-se o maior contingente de trabalhadores informais na AP 2 (29,1%), seguido pela AP 6, com 28,9%. Já a AP 3 se destaca com o maior índice em “demais situações”: 27,3%. Nessa categoria estão os empregadores, profissionais liberais e autônomos.

Quadro 14) OCUPADOS (%) segundo Contribuição Previdenciária nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Município	Não	Sim, carteira assinada	Sim, demais situações	Sim, func. público ou militar
Santo André	29,7%	54,2%	12,4%	3,8%
São Bernardo do Campo	30,3%	53,8%	11,9%	4,0%
São Caetano do Sul	26,0%	52,3%	17,7%	4,0%
Diadema	31,0%	57,7%	7,6%	3,7%
Mauá	32,2%	56,8%	7,8%	3,2%
Ribeirão Pires	31,8%	51,9%	10,9%	5,4%
Rio Grande da Serra	34,6%	52,9%	7,3%	5,3%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quadro 15) OCUPADOS (%) segundo Contribuição Previdenciária nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000

Áreas de Ponderação	Não	Sim, carteira assinada	Sim, demais situações	Sim, func. público ou militar
AP 1	21,9%	56,8%	17,5%	3,8%
AP 2	29,1%	51,4%	15,3%	4,2%
AP 3	19,9%	48,3%	27,6%	4,3%
AP 4	27,5%	52,0%	15,5%	4,9%
AP 5	25,4%	51,3%	18,9%	4,4%
AP 6	28,9%	54,7%	13,0%	3,4%
AP 7	26,6%	50,9%	18,9%	3,7%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Dos resultados apresentados (gráficos 20 e 21), constata-se, mais uma vez, a estreita relação entre educação e trabalho. Os maiores percentuais de PEA Ocupados estão exatamente nos locais que registram os melhores índices educacionais: São Caetano do Sul, no âmbito regional, e AP 3, na esfera intramunicipal, comprovando assim que a elevação do nível educacional oferece maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

O desemprego também obedece à mesma lógica: os menores percentuais de PEA Ocupados estão nos locais com indicadores educacionais menos satisfatórios, Rio Grande da Serra no ABC e AP 6 no Município.

3.2.6 CONDIÇÕES DE MORADIA

Um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida da população é, sem dúvida, sua condição habitacional. Para essa variável, destacamos seis aspectos:

- a) espécie de domicílio: um indicador das moradias existentes que permite, ao mesmo tempo, quantificar e qualificar os domicílios;
- b) tipos de moradia: casa, apartamento, cômodo;
- c) condições de ocupação dos domicílios: indicador do comprometimento da renda das famílias com a habitação;
- d) densidade de moradores por domicílio: indicador do grau de conforto e privacidade de seus habitantes;
- e) bens existentes no domicílio: indicador do acesso da população às condições mais confortáveis da vida moderna;

f) renda domiciliar per capita.

Segundo definição do IBGE, *domicílio* é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais da definição concentram-se em *separação e independência*.

O Instituto caracteriza algumas espécies de domicílio: Domicílio particular, quando o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares são desagregados em duas categorias: a) permanente - aqueles construídos para servir, exclusivamente, à habitação e, que na data de referência, tinham por finalidade servir de moradia a uma ou mais pessoas; b) improvisado - localizados em unidade não-residencial (loja, fábrica, etc.) sem dependências destinadas, exclusivamente, à moradia, mas servindo como tal. Os prédios em construção, núcleos de favela, vagões de trem, carroças, tendas, barracas utilizados como moradia são classificados como *domicílios particulares improvisados*.

Outra espécie definida pelo IBGE é o domicílio coletivo, quando a relação entre as pessoas que nele habitam está condicionada a normas de subordinação administrativa (hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas psiquiátricas e alojamento de trabalhadores).

Diante dessa classificação, os dados relacionados aos domicílios são:

Tabela 12) Espécies de Domicílios nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	PARTICULARES		COLETIVOS	Total dos DOMICÍLIOS
	Permanentes	Improvisados		
Santo André	98,5%	0,9%	0,5%	188 231
Sao Bernardo do Campo	99,1%	0,2%	0,7%	199 792
Sao Caetano do Sul	98,3%	0,2%	1,5%	44 168
Diadema	99,2%	0,6%	0,2%	98 888
Mauá	99,6%	0,1%	0,3%	99 410
Ribeirão Pires	98,1%	0,2%	1,7%	28 805
Rio Grande da Serra	99,4%	0,3%	0,3%	9 777

Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Tabela 13) Espécies de Domicílios nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000

ÁREAS DE PONDERAÇÃO	PARTICULARES		COLETIVOS	Total dos DOMICÍLIOS
	Permanentes	Improvisados		
AP 1	99,1%	0,2%	0,7%	5 120
AP 2	99,8%	0,2%	-	4 962
AP 3	99,3%	0,3%	0,3%	4 989
AP 4	97,8%	0,2%	1,9%	6 168
AP 5	99,8%	0,1%	0,1%	5 880
AP 6	97,0%	0,1%	2,9%	9 213
AP 7	96,9%	0,3%	2,8%	7 836

Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quanto aos tipos de domicílios particulares permanentes, o quadro 16 demonstra que São Caetano do Sul é o município mais “verticalizado” do ABC, enquanto o município de Diadema tem a maior incidência de “cômodos”³².

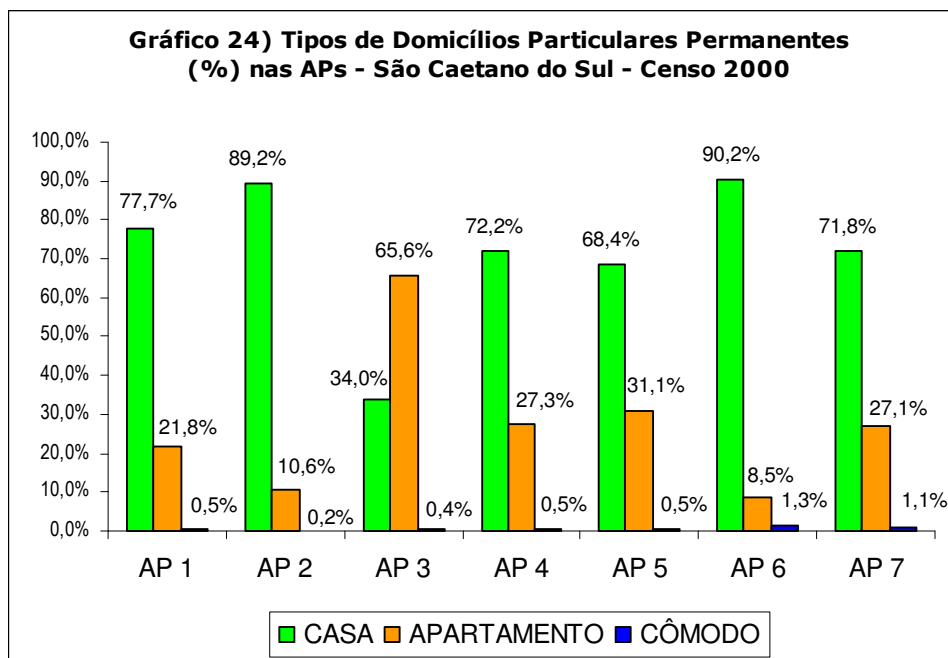
Quadro 16) Tipos de Domicílios Particulares Permanentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Casa	Apartamento	Cômodo
Santo André	88,2%	10,7%	1,1%
São Bernardo do Campo	79,6%	18,0%	2,4%
São Caetano do Sul	73,6%	25,7%	0,7%
Diadema	86,9%	9,0%	4,1%
Mauá	96,0%	3,1%	0,9%
Ribeirão Pires	97,2%	1,6%	1,2%
Rio Grande da Serra	98,7%	0,2%	1,1%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Para os resultados intramunicipais, o gráfico 24 aponta as maiores concentrações de “cômodos” em São Caetano do Sul situados nas APs 6 (1,3%) e 7 (1,1%), ao passo que os prédios de apartamentos predominam na AP 3: 65,6%.

³² **Cômodo:** quando composto por um ou mais aposentos localizados em uma casa de cômodos ou cortiço.



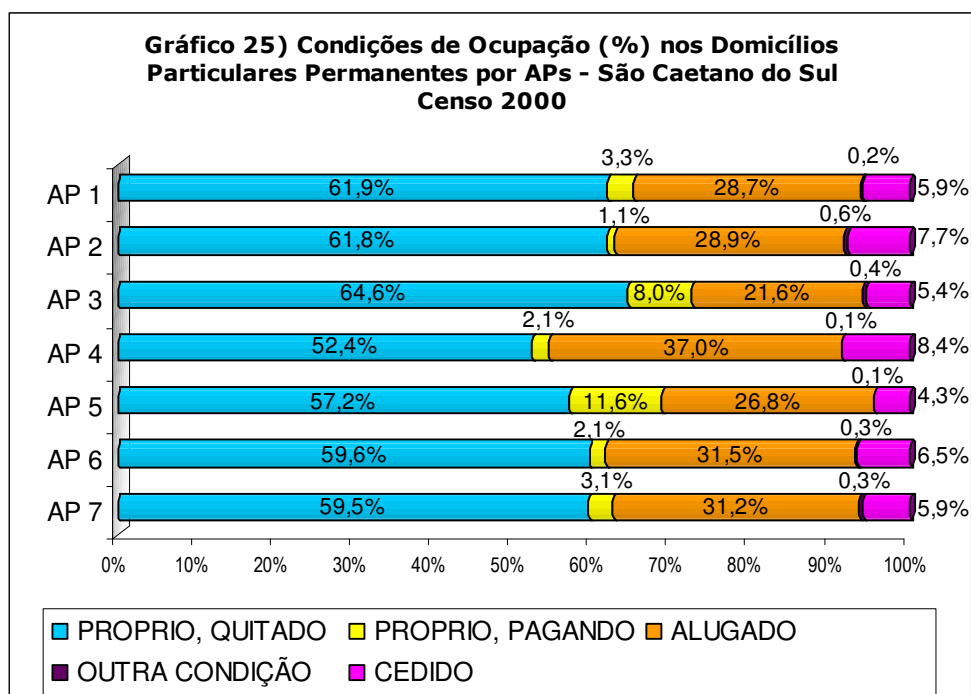
Quanto às condições de ocupação, São Caetano do Sul detém a maior proporção de domicílios alugados: 29,8% (quadro 17), de que é expressão mais contundente a AP 4, com índice de 37% (gráfico 25).

Quadro 17) Condições de Ocupação nos Domicílios Particulares Permanentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Próprio, pago	Próprio, pagando	Alugado	Cedido	Outra Condição
Santo André	64,5%	5,9%	18,0%	9,0%	2,6%
São Bernardo do Campo	65,0%	8,5%	16,1%	8,0%	2,4%
São Caetano do Sul	59,3%	4,3%	29,8%	6,3%	0,3%
Diadema	61,0%	5,0%	22,6%	9,2%	2,2%
Mauá	63,8%	3,9%	15,9%	11,1%	5,3%
Ribeirão Pires	67,4%	2,1%	17,0%	12,8%	0,8%
Rio Grande da Serra	64,1%	1,5%	15,0%	18,3%	1,1%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



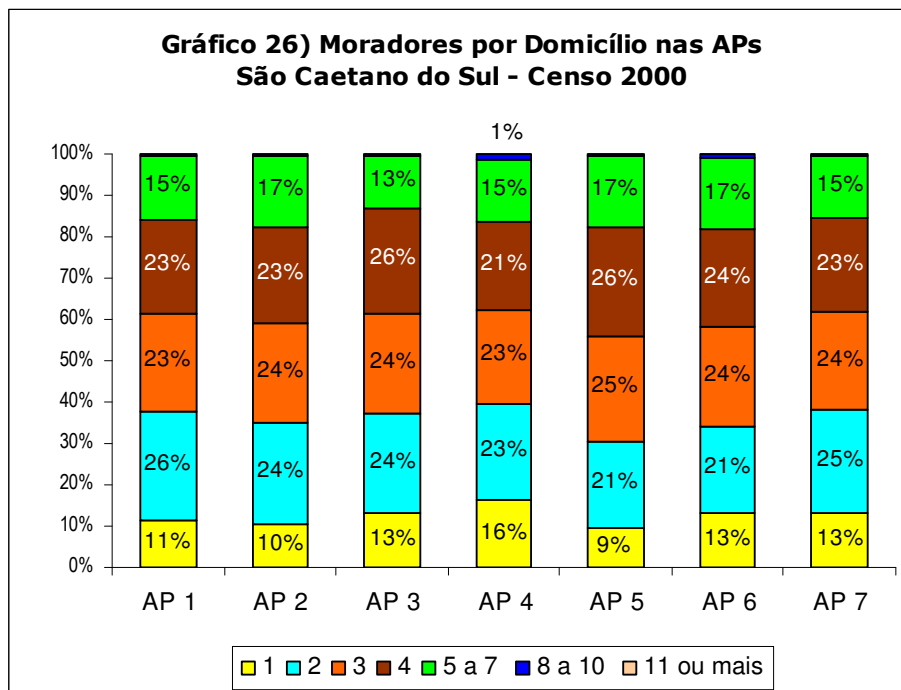
São Caetano do Sul é o município da Região do Grande ABC com maior proporção de “um morador” e “dois moradores” por domicílio: 13% e 22,9%. Todavia, a maior incidência é de domicílios com “três moradores” (24,1%). Nas APs, o maior índice de “um morador” está na AP 4 (16%), com maior peso na variável “dois moradores” na AP 1 (26%). Mais uma vez, a AP 6 se destaca pela diversidade com relação aos demais resultados: maior concentração de “três” e “quatro” moradores – ambas com 24%.

Tabela 14) Moradores por Domicílios (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	1	2	3	4	5 a 7	8 a 10	11 ou mais	DOMICÍLIOS
Santo André	9,4%	19,5%	24,2%	25,4%	20,0%	1,3%	0,2%	188.231
São Bernardo do Campo	8,9%	18,1%	24,2%	26,1%	21,0%	1,5%	0,2%	199.792
São Caetano do Sul	13,0%	22,9%	24,1%	23,5%	15,7%	0,8%	0,1%	44.168
Diadema	8,3%	16,7%	24,9%	25,0%	22,9%	1,8%	0,2%	98.888
Mauá	7,7%	16,3%	24,5%	25,9%	23,5%	2,0%	0,2%	99.410
Ribeirão Pires	8,7%	15,8%	23,9%	26,3%	23,4%	1,8%	0,2%	28.805
Rio Grande da Serra	7,6%	15,6%	22,9%	25,0%	25,7%	2,8%	0,5%	9.777

Fonte: Microdados Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



Dos dados já apresentados, pode-se inferir que as condições domiciliares da população de São Caetano do Sul são as melhores da Região. Convém relembrar que a cidade apresenta os melhores índices de escolaridade e trabalho e, conseqüentemente, as melhores possibilidades de moradia.

Para a análise da posse de bens de consumo, sinal do acesso da população às condições mais confortáveis da vida moderna, inicialmente apresentamos a presença de eletrodomésticos nos domicílios:

- ✓ Forno de microondas;
- ✓ Máquina de lavar roupas (exceto “tanquinhos”);
- ✓ Microcomputador.

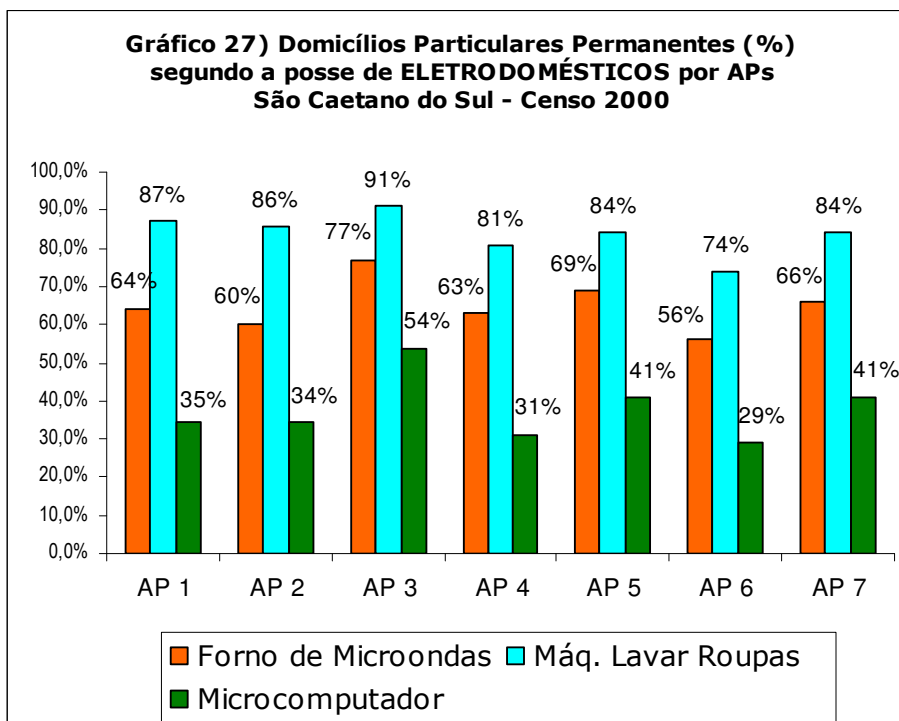
O quadro 18 e o gráfico 27, como outras variáveis exploradas anteriormente, não só ratificam a situação socioeconômica privilegiada de São Caetano do Sul como também enfatizam o diferencial da AP 6 em relação às demais, demonstrando ser a área do município com os indicadores menos satisfatórios em relação a educação, trabalho e condições de moradia.

Quadro 18) Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a posse de ELETRODOMÉSTICOS nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Forno de Microondas	Máquina de Lavar Roupas	Microcomputador
Santo André	53,7%	70,7%	25,5%
São Bernardo do Campo	53,0%	68,1%	25,1%
São Caetano do Sul	64,3%	82,9%	37,1%
Diadema	36,8%	47,4%	11,8%
Mauá	35,2%	48,6%	11,0%
Ribeirão Pires	39,5%	56,6%	16,3%
Rio Grande da Serra	22,0%	36,8%	6,3%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



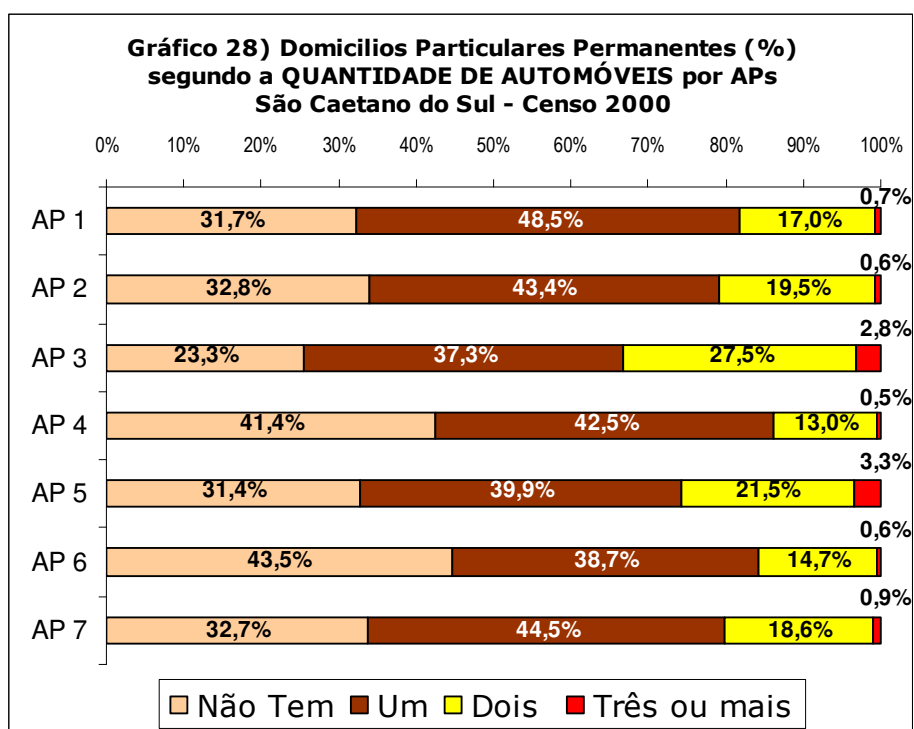
Ainda analisando os dados relacionados aos bens de consumo, é importante abordar a quantidade de automóveis, de uso particular, por domicílio.

Quadro 19) Domicílios Particulares Permanentes (%) segundo a posse de AUTOMÓVEIS nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Não Tem	Um	Dois	Três ou mais
Santo André	42,5%	41,8%	12,9%	2,9%
São Bernardo do Campo	44,5%	40,5%	12,1%	2,8%
São Caetano do Sul	34,8%	41,9%	18,3%	5,0%
Diadema	62,8%	31,6%	4,7%	0,9%
Mauá	59,6%	34,5%	5,1%	0,8%
Ribeirão Pires	52,1%	38,6%	7,6%	1,6%
Rio Grande da Serra	72,2%	24,8%	2,4%	0,6%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



Comparando os dados para a Região do Grande ABC (quadro 19), a maioria dos domicílios de Rio Grande da Serra (72,2%) não dispõe de automóveis, condição muito semelhante à da AP 6, em São Caetano do Sul (gráfico 28), cuja desvantagem nesse campo se constata pelo índice de 43,5%.

O último item a analisar nesta série se refere à renda domiciliar per capita. Para melhor dimensão da realidade optou-se pelo rendimento mediano³³ e não pelo rendimento médio, comumente utilizado.

Os resultados desta variável acentuam a questão das desigualdades socioeconômicas e ratificam que a concentração de renda é um dos principais problemas do Brasil. Tomemos primeiramente a Região do Grande ABC (quadro 20), onde a variação percentual entre o pior e o melhor desenho de renda per capita, respectivamente – São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra –, é de 248,7%. Observando a mesma variável no nível intramunicipal (quadro 21), registra-se menor impacto de variação entre APs, mesmo considerando significativo o percentual de 141,7% entre as APs 3 e 6.

**Quadro 20) Rendimento Domiciliar Per Capita
(MEDIANA) nos municípios da
Região do Grande ABC - Censo 2000**

Municípios	R\$
Santo André	350,00
São Bernardo do Campo	333,33
São Caetano do Sul	566,67
Diadema	225,00
Mauá	210,00
Ribeirão Pires	258,50
Rio Grande da Serra	162,50

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

**Quadro 21) Rendimento Domiciliar Per Capita
(MEDIANA) nas APs
São Caetano do Sul - Censo 2000**

Áreas de Ponderação	R\$
AP 1	575,00
AP 2	500,50
AP 3	1.075,60
AP 4	500,00
AP 5	598,00
AP 6	445,00
AP 7	600,00

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

³³ Em estatística, **mediano** é o ponto central em uma série de valores dispostos por ordem de magnitude.

Isso demonstra que São Caetano do Sul detém a melhor renda per capita da Região, condição que bem pode ser entendida pelas variáveis analisadas anteriormente, ou seja, que fatores como educação, exploração imobiliária e trabalho, quando conjugados, modificam esses resultados.

Por sua vez, essa mesma conjugação de dados é responsável, na esfera intramunicipal, pelas disparidades existentes. É nessa direção que o uso desses dados pode valer por ferramenta de gestão, mesmo que as possibilidades de uso não estejam em discussão no presente estudo.

3.2.7 ARRANJOS FAMILIARES

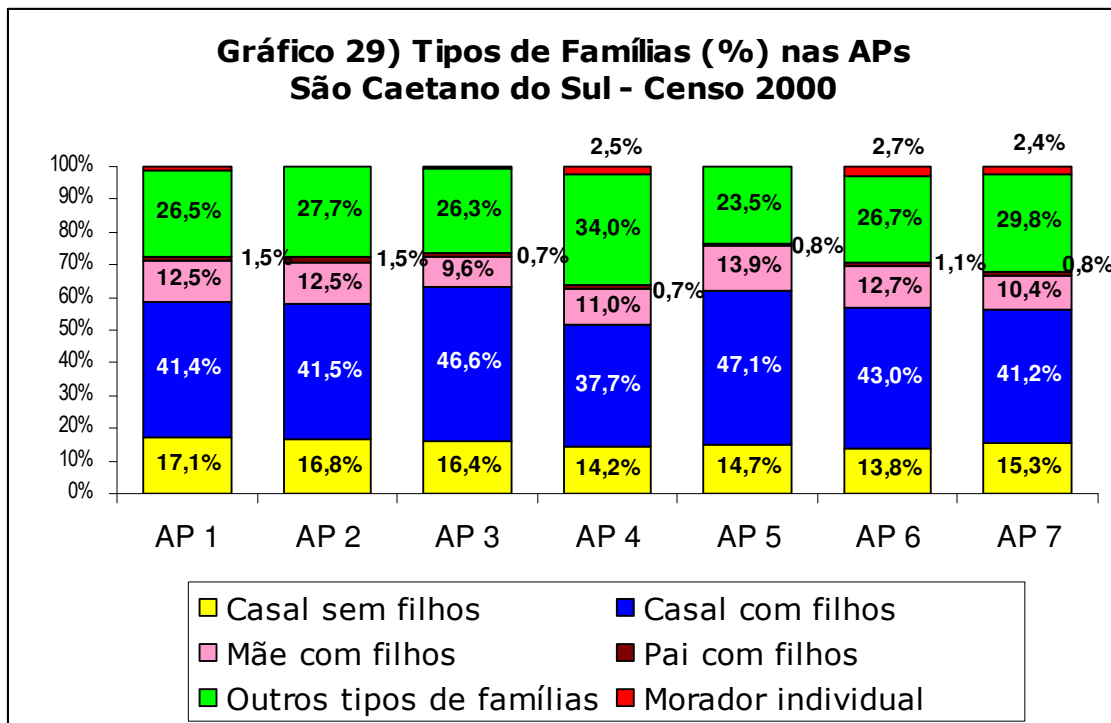
O estudo sobre os padrões de organização da família, com base em dados estatísticos, permite compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas. Considerar a família como unidade de análise decorre, basicamente, da importância desse grupo social como núcleo articulador de todo o processo de reprodução social. Assim, estudar a família é de fundamental importância para compreender como as pessoas se organizam e se reproduzem biológica e socialmente.

Quadro 22) Tipos de Famílias (%) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mãe com filhos	Pai com filhos	Outros tipos de famílias	Morador individual
Santo André	13,4%	49,6%	11,4%	1,5%	23,6%	0,6%
São Bernardo do Campo	12,0%	51,8%	11,3%	1,1%	23,2%	0,7%
São Caetano do Sul	15,2%	42,5%	11,8%	1,0%	27,9%	1,5%
Diadema	10,6%	51,4%	11,9%	1,3%	24,7%	0,2%
Mauá	10,9%	55,5%	11,3%	1,1%	20,8%	0,3%
Ribeirão Pires	11,3%	54,4%	10,1%	1,4%	21,0%	1,7%
Rio Grande da Serra	11,8%	54,1%	13,0%	1,4%	19,5%	0,1%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



A configuração das famílias de São Caetano do Sul difere, em alguns aspectos, do padrão regional: se, de um lado, é o percentual mais significativo de “casal sem filhos” (15,2%) e “outros tipos de família” (27,9%), por outro, detém o menor índice de “casal com filhos” (42,5%) e “pai com filhos” (1%).

Nos resultados internos, o maior contingente de famílias de “casal sem filhos” se encontra na AP 1 (17,1%) e o menor na AP 6 (13,8%). A menor proporção de “casal com filhos” está na AP 4 (37,7%), que detém o índice mais expressivo de “outros tipos de famílias”: 34%.

No Censo 2000, a investigação de fecundidade abrangeu mulheres a partir de 10 anos de idade e seus filhos (nascidos vivos e nascidos mortos). Restringimos nossa tabulação à quantidade de filhos nascidos vivos. Vale destacar que essa variável é um indicador importante de qualidade de vida, porque está intimamente relacionada com os níveis de educação e renda. Tais fatores contribuem para o discernimento quanto à ocasião oportuna da maternidade e para o planejamento dos filhos desejados traduzindo-se, por conseqüência, na facilidade de acesso aos métodos contraceptivos.

José E. Diniz Alves ressalta a importância de associar as questões de gênero³⁴ na transição da fecundidade³⁵, uma vez que “a perspectiva de gênero não se contrapõe às diversas abordagens da transição da fecundidade”. Ao contrário, trata-se de um elemento a mais para explicar a redução do tamanho das famílias e a opção por poucos filhos (2004, mimeo).

Quadro 23) Mulheres com FILHOS NASCIDOS VIVOS (%) residentes nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Nenhum filho	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos ou mais
Santo André	38,9%	14,5%	20,6%	13,0%	5,6%	7,5%
São Bernardo do Campo	40,0%	15,4%	19,5%	12,5%	5,5%	7,2%
São Caetano do Sul	39,4%	14,6%	23,2%	13,2%	4,9%	4,7%
Diadema	39,9%	16,3%	17,1%	11,9%	6,1%	8,8%
Mauá	39,1%	15,1%	17,6%	12,2%	6,2%	9,8%
Ribeirão Pires	39,0%	15,1%	19,0%	12,7%	5,6%	8,5%
Rio Grande da Serra	37,9%	15,1%	15,0%	12,3%	8,4%	11,4%

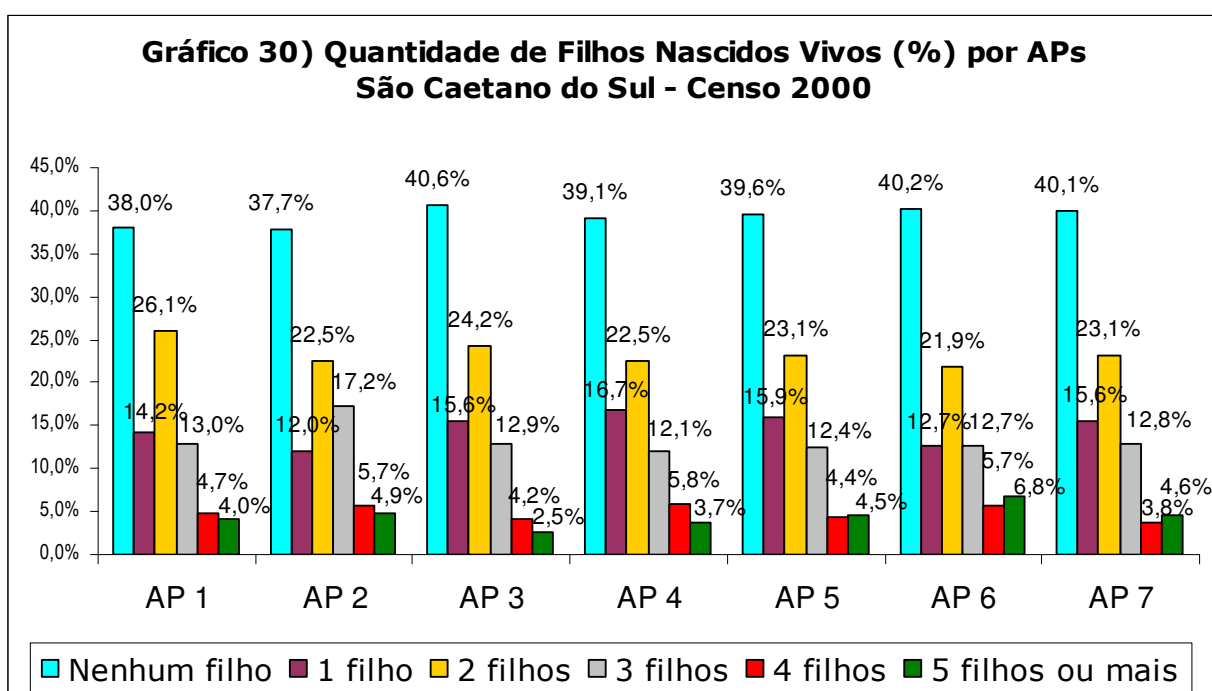
Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Na Região do Grande ABC (quadro 23), observa-se no município de São Bernardo do Campo a maior proporção de mulheres sem filhos (40%). Em contrapartida, Rio Grande da Serra detém o menor índice (37,9%). Na categoria “1 filho”, os índices são semelhantes, ressaltando-se a maior taxa (16,3%) em Diadema. São Caetano do Sul em “2 filhos” registra o maior percentual (13,2%) e o menor nos seguintes: 4,9% e 4,7%, respectivamente.

³⁴ Buscando entender melhor as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, estudiosas feministas passaram a utilizar o conceito *gênero*. *Gênero* significa a construção social dos sexos e não o estudo da mulher. Utiliza-se tal conceito para compreender as relações sociais entre homens e mulheres em determinada sociedade, partindo do princípio de que as diferenças entre os sexos não são biológicas, mas socialmente construídas. Nesse sentido, gênero é um conceito relacional, visto não encarar a discriminação da mulher sem relacioná-la ao homem e à sociedade em que vive. Portanto, gênero é uma categoria de análise que busca entender como as relações desiguais entre homens e mulheres são construídas, considerando outras categorias de análise como classe social, raça/etnia e geração.

³⁵ Transição de fecundidade é um fenômeno relativamente novo na história da humanidade. Refere-se à constatação de que em determinado grupo houve passagem de índices altos para índices baixos de fecundidade.



Nos resultados intramunicipais (gráfico 30), na categoria “nenhum filho” se destaca a AP 3 (40,6%); em “1 filho” a AP 4 (16,7%); “2 filhos” a AP 1 (26,1%); “3 filhos” a AP 2 (17,2%); “4 filhos” a AP 4 (5,8%) e, “5 filhos ou mais” a AP 6 (6,8%).

Mais uma vez se destaca a AP 6 – a maior incidência de mulheres com 5 filhos ou mais (6,8%) –, ratificando a estreita relação entre educação e renda, ou seja, que mulheres com baixa renda e escolaridade precária estão mais expostas à gravidez não planejada. Outro fator relevante, no aspecto comportamental, é a religião: na AP 6 também são registrados os maiores percentuais de evangélicos pentecostais, que convém ressaltar, não costuma incentivar a utilização de contraceptivos.

Responsáveis por Domicílios

A classificação de responsável por domicílio, adotada pelo IBGE, está baseada na definição dos moradores, isto é, são os componentes da família que definem a pessoa considerada como referência. No passado, utilizava-se para esta variável a denominação *chefe de família*. Convém destacar que São Caetano do Sul é o município com o maior índice de mulheres responsáveis por domicílios (28%) na Região do Grande ABC. No âmbito intramunicipal, o resultado mais significativo de domicílios “chefiados” por mulheres é de 32% na AP 4.

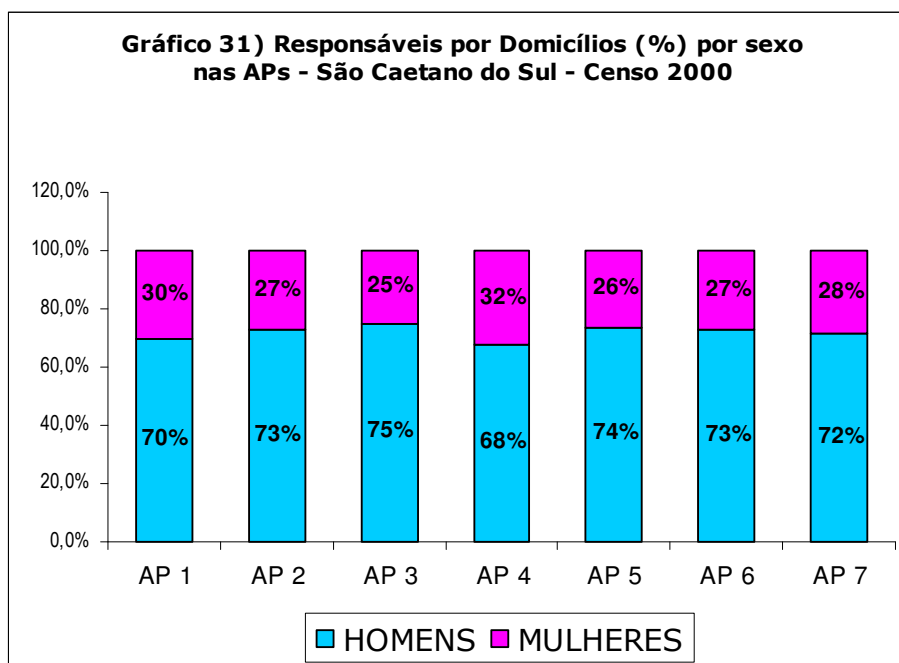
Quadro 24) Responsáveis por Domicílios (%) segundo o sexo nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	HOMENS	MULHERES
Santo André	76,2%	23,8%
São Bernardo do Campo	77,8%	22,2%
São Caetano do Sul	72,0%	28,0%
Diadema	76,4%	23,6%
Mauá	78,5%	21,5%
Ribeirão Pires	78,8%	21,2%
Rio Grande da Serra	78,4%	21,6%

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Gráfico 31) Responsáveis por Domicílios (%) por sexo nas APs - São Caetano do Sul - Censo 2000

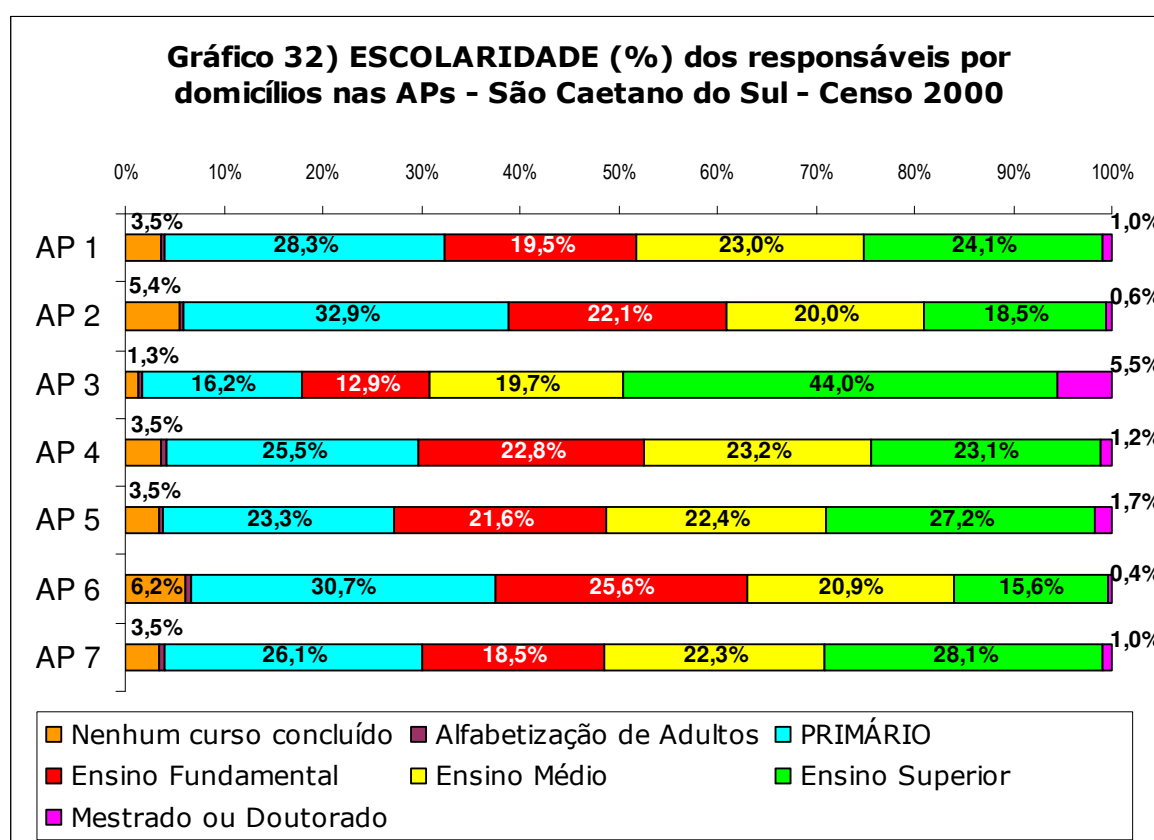


Quadro 25) Responsáveis por Domicílios (%) segundo a ESCOLARIDADE (último curso concluído) nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	Nenhum curso concluído	Alfabetização de Adultos	Antigo Primário	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado ou Doutorado
Santo André	5,8%	0,7%	27,0%	29,4%	22,3%	14,5%	0,4%
São Bernardo do Campo	6,0%	0,5%	21,4%	32,8%	22,6%	16,3%	0,4%
São Caetano do Sul	4,0%	0,5%	26,5%	20,9%	21,6%	24,9%	1,5%
Diadema	8,6%	0,7%	25,0%	42,7%	18,7%	4,2%	0,1%
Mauá	8,2%	0,9%	26,6%	41,1%	18,7%	4,5%	0,1%
Ribeirão Pires	6,8%	0,8%	27,9%	32,2%	23,6%	8,5%	0,2%
Rio Grande da Serra	10,7%	0,9%	26,7%	39,0%	19,8%	2,9%	-

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho



No que se refere à escolaridade, os responsáveis por domicílios de São Caetano do Sul demonstram estar em situação diferente da do contexto regional: menores taxas para os responsáveis com menos escolaridade e taxas expressivas para os de nível médio e superior. A AP 3 acompanha o desenho do Município, com maior intensidade, chegando a concentrar 44% de responsáveis por domicílio com “ensino superior” e 5,5% em “mestrado ou doutorado”. No sentido inverso se encontra a AP 6, com 6,2% com “nenhuma escolaridade”, apenas 15,6% no “ensino superior” e 0,4% em “mestrado e doutorado”.

São Caetano do Sul é o município com o maior patamar de “rendimento médio mensal” da Região do Grande ABC (quadro 26), com R\$ 1.624,88, superando em três vezes o valor de Rio Grande da Serra, o menor registrado.

Quadro 26) Renda Média Mensal dos Responsáveis por Domicílios nos municípios da Região do Grande ABC - Censo 2000

Municípios	R\$
Santo André	1.077,46
São Bernardo do Campo	1.116,59
São Caetano do Sul	1.624,88
Diadema	610,15
Mauá	612,37
Ribeirão Pires	783,46
Rio Grande da Serra	493,81

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quadro 27) Renda Média Mensal dos Responsáveis por Domicílios por AP - São Caetano do Sul - Censo 2000

Áreas de Ponderação	R\$
AP 1	1.437,87
AP 2	1.198,55
AP 3	3.257,35
AP 4	1.487,08
AP 5	1.870,67
AP 6	1.054,62
AP 7	1.592,87

Fonte: Microdados do Censo 2000 - IBGE

Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Contudo, analisando tal variável na esfera intramunicipal, verifica-se a disparidade de **208,9%** entre a AP 3 (R\$ 3.257,35) e a AP 6 (R\$ 1.054,62), ou seja, por meio da leitura intramunicipal, tornam-se visíveis as desigualdades internas, visto que, mesmo tendo o rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílio residentes no Município atingido a faixa de mil reais, as disparidades permanecem.

Tabela 15) Valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios, segundo o sexo do responsável - Censo 2000

Municípios	HOMENS	MULHERES	Diferença em %
Santo André	1.209,27	655,82	84,4%
São Bernardo do Campo	1.232,84	709,81	73,7%
São Caetano do Sul	1.899,34	920,82	106,3%
Diadema	674,45	401,95	67,8%
Mauá	670,62	399,73	67,8%
Ribeirão Pires	857,20	508,71	68,5%
Rio Grande da Serra	533,65	349,13	52,9%

Fonte: Microdados do Censo 2000 Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Tabela 16) Valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios, segundo o sexo do responsável - Censo 2000

Áreas de Ponderação	HOMENS	MULHERES	Diferença em %
AP 1	1.693,83	848,52	99,6%
AP 2	1.399,18	658,44	112,5%
AP 3	3.767,61	1.718,28	119,3%
AP 4	1.749,90	933,28	87,5%
AP 5	2.137,87	940,57	127,3%
AP 6	1.250,88	651,70	91,9%
AP 7	1.832,63	985,89	85,9%

Fonte: Microdados do Censo 2000 Tabulação: Maria Aparecida de Carvalho

Quanto às desigualdades salariais entre homens e mulheres (tabela 15), constata-se um paradoxo: o município de São Caetano do Sul, detentor do maior patamar de rendimento, também é o que registra o maior índice (106,3%) de diferença salarial entre os sexos.

Os resultados internos (tabela 16) não acompanham a lógica regional, uma vez que a Área de Ponderação com menor patamar de renda (AP 6) não é a que registra o menor índice de desigualdade salarial entre os sexos. Entretanto, vale ressaltar que os patamares intramunicipais de desigualdade são muito mais expressivos que os resultados gerais da Região.

Segundo o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, “a pobreza tem o rosto de uma mulher. Do 1,3 bilhões de pessoas na pobreza, na época, 70% eram mulheres.”

Mesmo questionada por alguns autores, a cifra tem servido de parâmetro aos estudos sobre a “feminização da pobreza”³⁶.

Maria Salet Novellino ressalta que a maioria dos estudos referentes ao tema, também *“associam a pobreza feminina à ausência de um homem adulto no domicílio, o qual foi e continua a ser visto como aquele cujo papel é o de principal provedor da família”* (2004, p.4). Nesse sentido, a feminização da pobreza se objetiva nas famílias/domicílios chefiados por mulher.

A autora identifica alguns aspectos relacionados às formas de participação feminina no mercado de trabalho que podem explicar o fenômeno da feminização da pobreza: a) prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; b) discriminação salarial; c) concentração nas ocupações que exigem menor qualificação e, conseqüentemente, menores salários; d) participação nos níveis mais baixos da economia informal.

Novellino também se refere às famílias dissolvidas pelo divórcio, isto é, com a transferência de renda na forma de pensão alimentícia, já que:

...“a possibilidade de a mulher separada receber uma transferência com o mesmo valor da realizada pelo ex-marido quando estavam casados é muito baixa” (2004 p. 4).

Nesse sentido, acrescenta-se ainda outra possibilidade: a viuvez. Com a morte do cônjuge, contribuinte do sistema previdenciário, a viúva passa à condição de “pensionista”, percebendo, na sua maioria, apenas parte do salário do cônjuge.

Todos esses fatores demonstram que ainda é necessário observar atentamente a condição de vida das mulheres nas cidades e pensar políticas públicas preocupadas verdadeiramente com a possibilidade de reduzir drasticamente as diferenças de gênero, gritantes até o presente momento.

³⁶ O conceito ‘feminização da pobreza’ foi introduzido por Diane Pearce, em 1978, num artigo publicado na *Urban and Social Change Review*, cujo pressuposto era que “a pobreza está rapidamente se tornando um problema feminino”.

A interpretação dos dados sobre a condição das mulheres de São Caetano do Sul demonstra que uma análise intramunicipal pode oferecer subsídios para o planejamento de ações dos gestores locais, tanto no sentido da qualidade material de vida como no de estimular a transformação de valores, comportamentos, direitos e cidadania.

O perfil das mulheres de São Caetano do Sul contribui, para refletir que, mesmo em uma cidade com o “IDH-M nº 1”, as disparidades de gênero estão presentes, ou seja, o campo dos direitos e valores sociais nem sempre acompanha o desenvolvimento econômico, como bem se vê na diferença salarial entre homens e mulheres de alta renda e escolaridade de nível superior.

A fim de concluir a análise do perfil demográfico de São Caetano do Sul em sua dimensão intra-urbana, o quadro 28 pretende demonstrar os maiores e menores índices de todas as variáveis mensuradas neste estudo, de forma a visualizar as disparidades existentes no interior do município.

Quadro 28) Maiores e Menores Índices por Áreas de Ponderação - São Caetano do Sul - Censo 2000

VARIÁVEIS	MAIORES		MENORES		RESULTADO MUNICIPAL
	Índice	AP	Índice	AP	
Idade					
0 a 14 anos de idade	19,0%	AP 5	16,4%	AP 1	17,9%
15 a 24 anos de idade	18,0%	AP 6	16,1%	AP 3	17,2%
25 a 39 anos de idade	24,9%	AP 5	21,7%	AP 2	23,1%
40 a 54 anos de idade	23,0%	AP 3	20,2%	AP 6	21,1%
55 a 69 anos de idade	14,7%	AP 2	11,8%	AP 3	12,9%
70 anos ou mais	9,3%	AP 1	5,4%	AP 5	7,8%
Cor/Etnia					
Brancos	92%	AP 1	81%	AP 6	87%
Negros	16%	AP 6	5%	AP 3	11%
Deficiência	13,6%	AP 6	8,9%	AP 2	10,9%
Deficiência Mental	1,9%	AP 4	0,9%	AP 2 e 3	1,3%
Deficiência Física	1,3%	AP 6	0,5%	AP 3 e 4	0,9%
Deficiência Visual	6,0%	AP 1	4,0%	AP 7	5,6%
Deficiência Auditiva	4,0%	AP 1 e 6	2,7%	AP 2	3,4%
Incapacidade Locomoção	5,7%	AP 6	3,5%	AP 2,3,5	4,5%
Religiosidade					
Sem Religião	6,3%	AP 6	4,4%	AP 2 e 3	5,0%
Católicos	80,6%	AP 1	72,9%	AP 6	76,3%
Espíritas	5,2%	AP 1	2,7%	AP 2	3,9%
Evang. Pentecostais	9,1%	AP 6	3,5%	AP 1	6,5%
Evang. Tradicionais	8,3%	AP 5	5,1%	AP 1	6,4%
Religiões Afras	0,9%	AP 4	0,4%	AP 5	0,6%
Estado Civil					
Solteiros	41,3%	AP 6	35,5%	AP 3	38,4%
Casados	52,3%	AP 3	43,6%	AP 4	47,8%
Separados/Divorciados	7,1%	AP 1	5,0%	AP 3	5,8%
Viúvos	9,3%	AP 2	6,3%	AP 5	7,9%
Estado Conjugal (existência de cônjuge ou companheiro)					
Nunca viveu	33%	AP 7	30%	AP 3	32%
Não, mas já viveu	17%	AP 4	13%	AP 3 e 5	15%
Sim	57%	AP 3	51%	AP 4	53%
Migração					
Nascidos em S.C.do Sul	52,0%	AP 2	44,8%	AP 3	48,2%
Nascidos no Nordeste	14,6%	AP 6	6,9%	AP 3	10,7%
Nascidos em Minas Gerais	4,2%	AP 4	2,4%	AP 2	3,1%
Nascidos em outro país	3,8%	AP 7	1,7%	AP 5	2,6%
Deslocamento (p/ trabalho ou estudo)					
No Município	42,9%	AP 4	35,7%	AP 3	39,4%
Outro município (mesma UF)	32,0%	AP 3	19,9%	AP 1	23,7%
Educação					
Taxas de Analfabetismo	4,5%	AP 6	1,2%	AP 3	3,0%
Taxas de Analfabetismo (homens)	3,0%	AP 6	0,8%	AP 3	2,0%
Taxas de Analfabetismo (mulheres)	5,7%	AP 6	1,6%	AP 3	3,8%
Taxas de Analfabetismo (brancos)	3,7%	AP 6	1,4%	AP 3	2,3%
Taxas de Analfabetismo (negros)	7,9%	AP 1	1,7%	AP 3	4,4%
Superior Completo	31%	AP 3	10%	AP 6	16,1%
Atividade Econômica					
População Economicamente Ativa	62,0%	AP 5	55,8%	AP 2	59,0%
Ocupados	91,8%	AP 3	84,1%	AP 6	86,4%
Ocupados sem carteira assinada	29,1%	AP 2	19,9%	AP 3	26,0%
Ocupados com carteira assinada	56,8%	AP 1	48,3%	AP 3	52,3%
Funcion. Público ou Militar	4,9%	AP 4	3,7%	AP 7	4,0%
Outras situações (empregador, prof. liberal)	27,6%	AP 3	13,0%	AP 6	17,7%

continua...

CONTINUAÇÃO Quadro 28) Maiores e Menores Índices por Áreas de Ponderação - São Caetano do Sul - Censo 2000

VARIÁVEIS	MAIORES		MENORES		RESULTADO MUNICIPAL
	Índice	AP	Índice	AP	
Condições de Moradia					
Casa	90,2%	AP 6	34,0%	AP 3	73,6%
Apartamento	65,6%	AP 3	8,5%	AP 6	25,7%
Cômodo	1,3%	AP 6	0,2%	AP 2	0,7%
Próprio (pago)	64,6%	AP 3	52,4%	AP 4	59,3%
Próprio (pagando)	11,6%	AP 5	1,1%	AP 2	4,3%
Alugado	37,0%	AP 4	21,6%	AP 3	29,8%
Cedido	8,4%	AP 4	4,3%	AP 5	6,3%
Quantidade de Moradores					
1 morador	16%	AP 4	9%	AP 5	13,0%
2 Moradores	26%	AP 1	21%	AP 5 e 6	22,9%
3 Moradores	25%	AP 5	23%	AP 1 e 4	24,1%
4 Moradores	26%	AP 3 e 5	21%	AP 4	23,5%
5 a 7 Moradores	17%	AP 2,5,6	13%	AP 3	15,7%
Posse de Eletrodomésticos e Automóveis					
Com Forno de Microondas	77%	AP 3	56%	AP 6	64,3%
Com Máquina de Lavar Roupas	91%	AP 3	74%	AP 6	82,9%
Com Microcomputador	54%	AP 3	29%	AP 6	37,1%
Sem automóvel	43,5%	AP 6	23,3%	AP 3	34,8%
Renda Domiciliar Per Capita (Mediana)	R\$1.075,60	AP 3	R\$445,00	AP 6	R\$566,67
Arranjos Familiares					
Casal Sem Filhos	17,1%	AP 1	13,8%	AP 6	15,2%
Casal Com Filhos	47,1%	AP 5	37,7%	AP 4	42,5%
Mãe com Filhos	13,9%	AP 5	9,6%	AP 3	11,8%
Pai com Filhos	1,5%	AP 1 e 2	0,7%	AP 3 e 4	1,0%
Outros tipos de famílias	34,0%	AP 4	23,5%	AP 5	27,9%
Morador Individual	2,7%	AP 6			1,5%
Fecundidade					
Nenhum Filho	40,6%	AP 3	37,7%	AP 2	34,4%
1 filho	16,7%	AP 4	12,0%	AP 2	14,6%
2 filhos	26,1%	AP 1	21,9%	AP 6	23,2%
3 filhos	17,2%	AP 2	12,1%	AP 4	13,2%
4 filhos	5,8%	AP 4	3,8%	AP 7	4,9%
5 filhos ou mais	6,8%	AP 6	2,5%	AP 3	4,7%
Responsáveis por Domicílio					
Homens	75%	AP 3	68%	AP 4	72,0%
Mulheres	32%	AP 4	25%	AP 3	28,0%
Renda Média Mensal	R\$3.257,35	AP 3	R\$1.054,62	AP 6	R\$1.624,88
Renda Média Mensal (homens)	R\$3.767,61	AP 3	R\$1.250,88	AP 6	R\$1.899,34
Renda Média Mensal (mulheres)	R\$1.718,28	AP 3	R\$651,70	AP 6	R\$920,82

Fonte: Microdados IBGE

Elaboração: Maria Aparecida de Carvalho

A AP 3 (composta pelo Bairro Santo Antonio e 43% do Bairro Santa Paula) registra os melhores índices de Educação do Município: 31% com curso superior completo – quase o dobro do resultado municipal, que é de 16,1%, como também as menores taxas de analfabetismo em todas as modalidades mensuradas no presente estudo³⁷. Também é o local onde se verifica o maior índice de População Economicamente Ativa Ocupada (91,8%) – cinco pontos acima do resultado municipal. Nesta AP,

³⁷ Além da taxa de analfabetismo geral (pessoas a partir de 15 anos de idade), foram elaboradas também *taxas de analfabetismo por sexo e taxas de analfabetismo por cor/etnia*.

apurou-se ainda o menor percentual de trabalhadores informais (Ocupados sem carteira assinada): 19,9% e maior incidência de Ocupados em Outras Situações: 27,6% (empregadores, profissionais liberais e autônomos). Outras importantes variáveis, como renda domiciliar, posse de eletrodomésticos/automóveis e imóvel próprio pago, dentre outras, apontam a AP 3 como a detentora dos melhores índices do Município.

Na outra extremidade encontra-se a AP 6, que se destaca pela maior prevalência de desigualdade com relação aos resultados gerais do Município. Na AP 6 são registradas tanto as maiores taxas de analfabetismo, como o menor percentual de pessoas com curso superior completo. O menor patamar de renda aliado ao menor índice de População Economicamente Ativa Ocupada também dão à AP 6 uma situação socioeconômica de desigualdade sem relação ao padrão do Município.

Na AP 6 foi detectada a maior incidência de pessoas com deficiência (13,6%), o que corrobora a estreita relação entre deficiência e situação socioeconômica. Quando se amplia a verificação para tipos de deficiência, a AP 6 registra os maiores índices de 'deficiência física' e 'incapacidade de locomoção', o que valida a possibilidade de esses resultados não refletirem a severidade da deficiência, mas as reais dificuldades de inclusão dessas pessoas na dinâmica da cidade.

Dentre os 29.830 habitantes da AP 6³⁸, correspondentes a 21,3% da população de São Caetano do Sul, verifica-se a maior concentração de negros, o mais expressivo índice de moradores jovens (15 a 24 anos de idade) e também o local de residência da maioria dos nordestinos radicados no Município. Dos domicílios particulares permanentes da AP 6, registra-se a maior pontuação de 'cômodos'³⁹ e os menores índices de posse de eletrodomésticos mais sofisticados, como forno de microondas, máquina de lavar roupas e microcomputador. Tais resultados ratificam assim os argumentos de Dirce Koga:

³⁸ Resultado do Censo 2000 – IBGE.

³⁹ Tipo de domicílio composto por um ou mais aposentos localizados em uma casa de cômodos ou cortiço.

“O território traz, portanto, uma carga do presente marcado pela história de uma sociedade elitista, em que valores culturais, institucionais se configuram como elementos significantes na vidas das pessoas, e que terminam consolidando processos de exclusão social. É no território que as mudanças do mundo do trabalho se concretizam na precarização das condições de vida da maioria da população, formando enclaves de pobreza e exclusão social” (2003, 262).

Nesta leitura intramunicipal, foi possível detectar a desconcertante taxa de analfabetismo de negros de 7,9% na AP 1, uma das APs com resultados mais regulares em relação aos resultados do Município. Uma AP não apresentar resultados discrepantes não significa homogeneidade de seu território ou condições adequadas de sobrevivência para todos os seus habitantes. O resultado ora descrito é um exemplo, cristalino, das contradições e contrastes no acesso a um dos quesitos mínimos de cidadania – a alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa apontam para a confirmação das desigualdades socioeconômicas existentes no município de São Caetano do Sul, sinalizadas pelo Índice de GINI. Porém, por meio da metodologia proposta, foi possível reunir grande número de informações desagregadas por Áreas de Ponderação, capazes de revelar a amplitude das disparidades nas condições de vida da população em nível intramunicipal.

O desenvolvimento de várias temáticas para a leitura regional, local e intramunicipal constitui eficiente exercício metodológico para o aprofundamento do nosso conhecimento sobre as especificidades que abrangem os âmbitos intramunicipal e intra-regional.

Por meio dessa análise, deparou-se com um universo de informações pouco exploradas pelos estudos demográficos. Novos problemas foram detectados e, conseqüentemente, novas soluções se tornam necessárias.

Procurou-se, ao longo do estudo, trazer ao debate as inter-relações entre os aspectos de gênero e etnia e seus possíveis desdobramentos nas condições socioeconômicas da população.

Do ponto de vista pragmático, o nível de desagregação das informações produzidas nesse estudo constitui importante ferramenta, extremamente útil nas áreas de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas municipais.

As possibilidades da “ferramenta” são muitas, como já se demonstrou durante a apresentação dos resultados, mas extrapola os limites desta análise apresentar soluções às disparidades existentes no Município.

A gestão eficaz dos governos municipais tornou-se vital perante as transformações econômicas estruturais ocorridas principalmente na Região do Grande ABC. A

criação de um sistema de informações desagregado e preciso, que permita focalizar as ações considerando as especificidades de cada área, certamente contribuirá para que a cidade de melhor índice de desenvolvimento humano do Brasil estenda tal condição, de forma eqüitativa, a toda a sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Questões Demográficas: Fecundidade e Gênero. Textos para Discussão nº 9: Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

CALDEIRA, Teresa. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. Novos Estudos Cebrap n. 47: São Paulo, março 1997, pp. 155-176.

CAMPOS, Leonildo Silveira: Teatro, Templo e Mercado: a Igreja Universal do Reino de Deus e as mutações no campo religioso protestante. Artigo apresentado na VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22 a 26 de setembro de 1998.

KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

NERI, Marcelo e SOARES, Wagner. Idade, Incapacidade e a Inflação do Número de Pessoas com Deficiência. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP): Caxambu/MG, setembro de 2004, mimeo.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP): Caxambu/MG, setembro de 2004, mimeo.

PATARRA, Neide Lopes: Movimentos Migratórios no Brasil: Tempos e Espaços. Textos para discussão: Rio de Janeiro, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

RAMA, Angel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REZENDE, Vera. Planejamento Urbano e Ideologia. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.